

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Fillipe Perantoni Martins

**TELEOLOGIA E CAUSALIDADE NA PRÁXIS POLÍTICA:
MOMENTO IDEAL DO PARTIDO FRENTE ÀS
MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013**

Juiz de Fora

2015

FILLIPE PERANTONI MARTINS

TELEOLOGIA E CAUSALIDADE NA PRÁXIS POLÍTICA: MOMENTO
IDEAL DO PARTIDO FRENTE ÀS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração “Serviço Social e Sujeitos Sociais” da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Elcemir Paço-Cunha

Juiz de Fora

2015

Aos militantes que lutam, sonham e resistem.

Agradecimentos

O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

João Guimarães Rosa

Como nas palavras de Rosa, a travessia foi intensa, mas os desafios valeram cada esforço. Nessa caminhada algumas pessoas foram essenciais e eu não poderia deixar de agradecê-las, da maneira mais sincera, à enorme contribuição que me proporcionaram.

Primeiramente agradeço aos meus pais, Júlio e Lena, pelo amor incondicional, conselhos, amizade, carinho e generosidade. Minha maior inspiração vem de vocês.

Às minhas avós, lindas e presentes, por todos os momentos de convívio.

Às minhas tias, primas e primos, pelos sorrisos, conversas e companheirismo.

À minha linda flor, Polyana, por me fazer tão bem.

Aos meus queridos/queridas amigos/amigas: Luiz, Bruno, Guto, Isabela, Joseane, Júlia, Victor e Naiara. A vida com vocês é muito mais colorida.

Ao samba de batuques e acordes revolucionários com os amigos Cadu e Thiago Barreto.

Ao meu orientador, Elcemir, pela paciência, generosidade teórica e compreensão. Aos “seus cuidados” tive um amadurecimento teórico e político.

Ao Ronaldo Fortes, pelo estudo individual e por ter me proporcionado apreender um pouco da contribuição de Lukács.

À Malu, amiga querida, inspiração teórica e companheira de sonhos, pelas preciosas sugestões na banca de qualificação e disponibilidade em contribuir mais uma vez com meu amadurecimento intelectual.

Ao Marcelo Braz, pela participação na banca de qualificação e pelas sugestões fundamentais no resultado final deste trabalho.

Ao Ranieri Carli, pela contribuição e disponibilidade em compor a banca.

Aos mestres, queridos e fundamentais na minha vida acadêmica: Rodrigo Souza, Rodrigo Santos, Rosângela Batistoni, Carina Moljo e Cristina Bezerra.

Aos professores/professoras e alunos/alunas do curso de Serviço Social da UEMG/Carangola. Apesar do pouco tempo a experiência com vocês foi inesquecível.

Aos servidores e alunos do IFMG, pelo companheirismo e amizade.

Aos amigos/amigas de revolução, militantes impenitentes por uma sociedade sem classes: Felipe Cogu, Vic, Tallia, Priscilla, Raphael Bazarello, Larissa, Cynthia, Cláudio, João Gabriel, Josi Boucherville, Rosana e tantos outros aqui representados por estes. O convívio, conversas e aprendizado com vocês me fazem acreditar que vale à pena viver quando se é comunista.

E finalmente, à turma mais especial que o mestrado em Serviço Social da UFJF já teve. Muito mais que amigos/amigas de turma, compartilhar esse momento com vocês foi um enorme prazer.

*O dia se renova todo dia
Eu envelheço cada dia e cada mês
O mundo passa por mim todos os dias
Enquanto eu passo pelo mundo uma vez*

O Mundo é Assim
Alvaiade - Velha Guarda da Portela

RESUMO

A proposta desta dissertação é contribuir para a militância político-partidária que se dedica à construção de uma sociedade sem classes. Numa conjuntura que acumula desgastes às organizações políticas, como sindicatos e partidos políticos, buscamos nas acepções de Lukács elementos sobre a política, ideologia e “momento ideal”. Por esse viés, estudamos o marxismo clássico para adentrar na complexa discussão sobre o partido revolucionário, principal meio de universalização das lutas sociais. Com essa base teórica construída, nos voltamos ao movimento da realidade, em especial às manifestações que explodiram no Brasil em junho de 2013. Recuperando elementos objetivos e subjetivos desse ascenso, tentamos minimamente contribuir para o debate sobre a alteração ou não no momento ideal partidário, escolhendo, no caso, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Não temos a pretensão de afirmar que foi possível compreender o momento ideal do PSTU, pois para isso seria necessário um estudo muito mais amplo, mas nosso esforço foi no sentido de entender, pela ótica de um partido político de esquerda ativo nas principais lutas sociais do país, seus limites e possibilidades a partir do movimento da realidade.

Palavras-chave: Práxis Política; Partido Revolucionário; Lutas Sociais.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to contribute to political party activists dedicated to the construction of a classless society. In an environment that accumulates wear political organizations such as trade unions and political parties, seek the meanings of Lukács elements of politics, ideology and "ideal time". By this bias, we studied classical Marxism to enter the complex discussion of the revolutionary party, the main means of universal social struggles. With this built theoretical basis, we turn to the movement of reality, especially the demonstrations that erupted in Brazil in June 2013. Recovering objective and subjective elements of this rise, try to minimally contribute to the debate on the amendment or not in ideal party time choosing, in this case, the Unified Socialist Party of Workers (PSTU). We do not pretend to say that it was possible to understand the ideal time of the PSTU, for therefore a much larger study would be needed, but our effort was in order to understand, from the perspective of a political party active in the left main social struggles of country, its limits and possibilities from the reality

Keywords: Praxis Policy; Revolutionary Party; Social Fights.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. MOMENTO IDEAL E PRÁXIS POLÍTICA	15
1.1. Lukács e a Política.....	15
1.2. Ontologia do Ser Social: causalidade e teleologia.....	17
1.3. Política, Ideologia e a Construção da Práxis	31
2. PARTIDO REVOLUCIONÁRIO E PRÁXIS POLÍTICA NOS CLÁSSICOS DO MARXISMO	46
2.1. O Partido em Marx e Engels.....	49
2.2. Lenin e a função do Partido.....	68
3. CAUSALIDADE DAS RUAS: CONFORMAÇÕES DE UM ASCENSO.....	81
3.1. Pré-Junho: A Conjuntura para além do enviesado "novo desenvolvimentismo"	83
3.2. O Brasil nas ruas: considerações sobre as manifestações de junho.....	87
4. TELEOLOGIA DE UM PARTIDO: PSTU FRENTE À CAUSALIDADE DAS RUAS	92
5. APONTAMENTOS CONCLUSIVOS.....	131
BIBLIOGRAFIA	140

INTRODUÇÃO

A produção desta dissertação representa muito mais do que o fechamento desse grande ciclo acadêmico com a Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF) e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGSS/UFJF). As reflexões teóricas e apontamentos advindos da pesquisa que realizamos nos trouxeram novas inquietações, percepções mais maduras e fôlego na incessante luta pela transformação social.

O despertar da curiosidade, fundamental para todo pesquisador, me acompanha desde a graduação na busca em compreender por que nos dias de hoje os indivíduos cada vez mais procuram saídas individuais para os seus problemas, hostilizando, incessantemente, organizações coletivas, movimentos sociais, e principalmente, partidos políticos.

Neste trabalho procurei adentrar na concepção da política em Lukács, como forma de analisar com mais elementos todo o complexo subjetivo que cerca o que seria o “momento ideal” do partido. O exercício seria pensar o partido enquanto sujeito coletivo, ou seja, no complexo de tomada de decisões envolvendo o conjunto das múltiplas personalidades, influências, culturas políticas e ideologias que envolvem a subjetividade de cada indivíduo, balizadores de uma intervenção coletiva (ou ação política) organizada, disciplinada e, sobretudo, com possibilidades enormes de incerteza, pressupondo a dificuldade não só com os sujeitos internos das organizações político-partidárias, mas os demais, objetos da ação política, o que envolve um nível de complexidade deveras denso, mas necessário para uma real compreensão da importância do partido hoje.

Na busca pelo entendimento da efetividade da ação político-partidária e da validade da ferramenta de organização coletiva do Partido Político, tentaremos remontar como, nos elementos ontológicos do ser social, se desenvolve a teleologia em função do trabalho, simples e complexo, e como, a partir da sofisticação teleológica, o homem atingiu a consciência de outros homens e influenciou ações coletivas.

Como parte fulcral dessa teleologia secundária, o estudo do momento ideal nos fornecerá subsídios para verificar a práxis, em seu impacto na realidade, a partir de cada ação política do Partido.

Ciente que delimitar o “momento ideal” pressupõe formação ideal, ideário ou mesmo ideologias, ressaltamos que, acerca do método,

Por análise imanente não se compreende o estudo que confere ao produto ideológico explícito, origem e desenvolvimento imanente ao próprio campo das ideologias¹. O que vale dizer que as ideologias, como todas as manifestações superestruturais, não possuem uma história autônoma², mas esta sua condição de dependência genética das forças motrizes de ordem primária não implica que elas não se constituam em entidades específicas, com características próprias em cada caso, que cabe descrever numa investigação concreta que respeite a trama interna de suas articulações, de modo que fique revelado objetivamente seu perfil de conteúdos e a forma pela qual eles se estruturam e afirmam. (CHASIN, 1978, p. 77)

E ainda, pela necessidade de se compor a análise concreta de uma formação ideal, que no caso dessa pesquisa, se materializada no ideário dos Partidos e suas respectivas práxis políticas, Chasin (2009, p. 40) esclarece que,

In limini, a subsunção ativa aos escritos investigados é sempre ponto de partida e passo fundamental no autêntico procedimento de rigor; por isso mesmo, não perde de vista a íntima vinculação dos mesmos à trama real e ideal dos quadros temporais a qual pertencem, e com a qual estabelecem liames complexos de confluência e ruptura, num amplo gradiente de complicadas variações, que em outros passos exige esclarecimento. É da síntese – junção e interpenetração – de tais momentos analíticos que se perfaz a *análise concreta* de uma formação ideal. Desse modo, ao contrário das hermenêuticas da imputação, que não compreendem o que interpretam, e também dos julgamentos pelo exterior (gnosiopriorismos e tipos ideais) operados pelo neo-racionalismo, que sentenciam réus abstratos ou falecem em perplexidade, a destacada *análise concreta* – inclusive enquanto condição de possibilidade à efetiva integração de seus momentos analíticos, sempre reconhecidos e reconhecíveis em seus graus de maior ou menor concretude e abstratividade – exige a captura *imanente* da entificação examinada, ou seja, a *reprodução analítica* do discurso através de seus próprios meios e preservado em sua identidade, a partir da qual, e sempre no respeito a essa integridade fundamental, até mesmo em seu “desmascaramento”, busca esclarecer o intrincado de suas origens e desvendar o rosto de suas finalidades.

Acerca dos arranjos metodológicos, corroboramos com Gramsci, quando afirma que a história de um partido não é apenas “a mera narração da vida interna de uma organização política, de como ela nasce, dos primeiros grupos que a constituem, das polêmicas ideológicas através das quais se forma o seu programa e sua concepção do mundo e da vida” (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2011, p. 300). Quando o objetivo é construir uma história crítica e não

¹Em nota, cita-se Lukács: “A história da filosofia, da mesma forma que a da arte e a da literatura, não é (...) simplesmente a história das ideias filosóficas ou das personalidades que as sustentam. É o desenvolvimento das forças produtivas, o desenvolvimento social, o desenvolvimento das lutas de classes que coloca os problemas à filosofia e indica a esta os roteiros para a sua solução. E os contornos fundamentais e decisivos de uma filosofia, qualquer que ela seja, não podem ser postos em relevo a não ser na base do conhecimento destas forças motrizes de ordem primária.” G. LUKACS, *El Asalto a la Razón*, op. cit., p. 3.

²Cita-se agora Marx e Engels: 124. “A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia e as formas de consciência que a elas correspondem perdem, assim, a aparência de sua própria substantividade. Não têm sua própria história, nem seu próprio desenvolvimento, mas os homens que desenvolvem sua produção material e seu intercâmbio material mudam também, ao mudar esta realidade, seu pensamento e os produtos de seu pensamento”. C. MARX - F. ENGELS, *La Ideologia Alemana*, Grijalbo, Barcelona, 1972, p. 26.

apenas uma descrição histórica dos partidos, a “história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social” (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2011, p. 301), ou ainda, “escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico” (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2011, p. 301). Nesse sentido, “um partido terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país” (GRAMSCI *apud* COUTINHO, 2011, p. 301). Com base nas considerações de Gramsci, entendemos ser necessário elucidar metodologicamente a questão da totalidade, cujo desafio consiste em lidar com “um evento particular, ou mesmo com uma série particular de eventos, sem perder de vista a sua relação com a totalidade em movimento da qual ele é um momento determinado” (COELHO, 2005, p. 27).

Dessa forma, acreditamos ter nas mãos o problema da determinação da totalidade histórica, permeada por duas grandes ameaças, que conforme Coelho (2005, p. 27), são as seguintes:

De partida, duas ameaças [...] põem-se diante do historiador que considera a exigência teórico-metodológica de trabalhar com a categoria de totalidade: o objetivismo mecanicista, de um lado, e o indeterminismo subjetivista, de outro. O primeiro perigo é o de reduzir a interpretação histórica das trajetórias dos sujeitos a meros epifenômenos, completamente determinados por forças exteriores. A explicação histórica consistiria, neste caso, em estabelecer as leis objetivas gerais que comandam a história e encontrar os lugares e funções que elas predeterminaram para os agentes. O segundo perigo, no extremo oposto, é o de negar a existência de determinações históricas gerais e conceber a pesquisa histórica como descrição das subjetividades dos agentes. Neste caso a categoria totalidade precisaria ser excluída do trabalho de produção de conhecimento sobre a história.

Ciente disso, teremos atenção para seguir sempre o materialismo histórico nas análises, uma vez que,

[...] há uma conexão entre estrutura e processo, entre o que é dado (divisão social do trabalho, num certo momento) e o construído (formas de ação política) (...). A história não é apenas uma lógica (embora a contenha); também não pode ser reduzida à vontade consciente dos indivíduos (mas não pode dela prescindir) (FONTES *apud* COELHO, 2005, p. 27).

A opção em analisar o Partido Político e não assembleias populares, movimentos sociais identitários, conselhos de direito, etc., parte de uma convicção de que na realidade política do Brasil contemporâneo, apesar da profunda crise, no que diz respeito às representações políticas, essa ainda é uma das poucas formas de organização que conseguem oferecer um *programa* que vise à transformação das classes sociais na sociedade. Longe de

fechamos uma acepção sobre esse debate, que renderia outro trabalho, recuperamos escritos importantes da compreensão marxiana e engelsiana sobre a “estratégia momentânea” do partido. Outro autor utilizado, marxista, mas com teorizações diferentes de Marx sobre o Partido foi Lenin. Seu entendimento do partido como protagonista indispensável da revolução social foi um parâmetro importante nas nossas reflexões.

Voltar aos clássicos para pensar a práxis partidária hoje se mostrou extremamente necessário, uma vez que, conforme Lênin já nos elucidou, essa forma de se organizar ainda é muito eficiente para que consigamos diferenciar a luta política da luta econômica, no sentido de instrumentalizar a classe para uma revolução social.

Doravante as elaborações sobre o partido e sua importância, retomamos para os dias de hoje, buscando contextualizar a práxis de um partido de esquerda no que foi o maior ascenso popular brasileiro no século XXI até aqui.

Esse tópico trará questões pré-manifestações, questionando as correntes teóricas que afirmavam que o país vivia um crescimento econômico com justiça social, remetendo ao que foi o nacional-desenvolvimentismo, repaginado pelo que seria o “neodesenvolvimentismo”. Sob essa teorização, evidente que o país passava por um grande momento histórico, sem motivos aparentes para o que se viu em junho de 2013. Nosso esforço aqui foi recuperar as bases da rebeldia, trazendo elementos que demonstram a insensatez de quem acreditou que a gestão pública brasileira atravessava um momento às avessas dos interesses do capital, pois mesmo com tímidas mudanças, a estrutura governamental continuava atrelada ao velho liberalismo clássico.

Visto assim, e a par dos limites dessa produção, tivemos que optar em analisar apenas um partido de esquerda, e não três, como havíamos pensado a princípio. Gostaríamos de ressaltar que a opção pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) se deu pelo enorme número de publicações pré e pós-junho, e que numa próxima oportunidade gostaríamos de realizar esse estudo nas publicações de outros dois partidos de esquerda que também resistem de forma impenitente às ofensivas objetivas e subjetivas da sociedade do capital, que são o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Comunista do Brasil (PCB).

No que diz respeito ao PSTU, a práxis constituinte do seu momento ideal foi analisada a partir dos artigos publicados no site oficial do partido, no eixo nacional, entendido por nós como o eixo que compilava as principais publicações do partido em âmbito nacional. São artigos publicados a partir de maio de 2013 até setembro de 2013, destacados de forma

detalhada no último capítulo do nosso trabalho. Com isso, tentamos reconstruir os fundamentos da práxis do PSTU naquele período, buscando também ver em que medida o momento ideal do partido foi modificado por conta das manifestações. O resultado desse esforço teórico poderá ser acompanhado nas páginas seguintes desse trabalho.

1. MOMENTO IDEAL E PRÁXIS POLÍTICA

*Na minha mente várias portas
E em cada porta uma comporta
Que se retrai e às vezes se desloca
E quantos segredos não foram guardados nessa maloca?*

Casa de Papelão
Criolo

1.1. LUKÁCS E A POLÍTICA

Quando pensamos em ações sociais e intencionalidades, no caso específico do nosso estudo, sobre os partidos políticos da esquerda brasileira, poucas vezes se tem a preocupação em considerar os elementos ativamente constituintes do ser social, ou seja, de entender mais profundamente quem são os sujeitos sociais formuladores e os fins de determinada ação social. Acreditando que uma maior possibilidade de efetividade da intencionalidade só será possível considerando de forma radical os pressupostos ontológicos do ser social, tentaremos, a partir de Georg Lukács, retomar elementos importantes nessa perspectiva.

A escolha de Georg Lukács não ocorre sem um motivo relevante. Militante do Partido Comunista Húngaro, viveu de 1885 a 1971 e se deparou com o marxismo vulgar predominante da 2ª Internacional. Na contramão dessa concepção³, elaborou uma vertente designada por ele mesmo como marxismo ortodoxo, pretendendo restaurar os então equívocos teóricos da maioria da militância marxista de sua época. Como um dos responsáveis pela direção do Partido Comunista Húngaro, travou incessantes batalhas no interior do Partido, perdendo quase todas. Um bom retrato desse período ocorreu em 1929, quando, em resultado

³As posições adotadas por Lukács durante o período Stalinista fomentaram muitas polêmicas entre os estudiosos marxistas. Como nosso objetivo não é abrir essa discussão, por ora, adotaremos a posição de que, “[...] o fato é que os silêncios de Lukács, sua reverência formal a Stalin e a limitação da sua crítica oblíqua ao plano da cultura custaram-lhe o rótulo de “stalinista”: G. Lichtheim menciona “a resoluta adesão de Lukács a Stalin” e, de forma mais delicada, Y. Ishaghpour credita-lhe uma “adesão mais ou menos tácita ao stalinismo”; outros, como H. Rosenver, assinalam a “sua patética resistência ao stalinismo”; na contracorrente, críticos como L. Kofler replicaram que “Lukács e o stalinismo distinguem-se entre si como o socialismo democrático distingue-se do socialismo burocrático. Entre eles não há nenhuma ponte”. Entendemos que este último juízo está mais próximo da verdade – mas ele requer determinações para tornar-se mais exato. De uma parte, é necessário analisar em que medida a opção de Lukács impôs-lhe limitações significativas no plano das suas avaliações crítico-filosóficas e estéticas; de outra, no que diz respeito diretamente à sua concepção de política, há que investigar como também a sua opção pelo “combate espiritual de um *partisan*”, no marco posto pela defesa do “socialismo em um só país”, deixou seqüelas que não podem ser ignoradas” (NETTO, 2011, p. 13-14). Outra importante contribuição acerca dessa discussão, encontra-se no texto “Lukács e o Stalinismo” de Nicolas Tertulian e traduzido por Ronaldo Vielmi Fortes, disponível em: [<http://www.verinotio.org/conteudo/0.65943372031621.pdf>].

de um exaustivo estudo da conjuntura húngara e mundial, preparou as *Teses de Blum*. Em seu conteúdo, no combate à ditadura de Horthy, propõe não uma república conselheira, como proposto pela Comuna húngara de 1919, mas uma ditadura democrática de operários e camponeses.

Entretanto, nesse mesmo momento (1928) a orientação da Internacional Comunista era vertiginosamente oposta às posições das *Teses de Blum*, substituindo a política da “frente única proletária” por aquela da “classe contra a classe”, acreditando que a conjuntura havia mudado, no sentido de que a “estabilidade relativa” do capitalismo sucederia um novo período, marcado pela sua crise geral, que iria substituir a luta pela ditadura do proletariado. Segundo Netto (2011, p. 11), o resultado disso não poderia ser outro: “uma fragosa derrota das *Teses de Blum* no congresso do Partido húngaro, que obrigou Lukács a uma autocrítica insincera⁴ (1929) e ao recolhimento em face da atividade político-partidária”.

Partir das considerações acerca da política em Lukács pressupõe o risco de se adentrar numa arena melindrosa e polêmica. Sabidamente a política, no sentido de se pensar um sistema de teoria política, não constitui o núcleo central do pensamento desse autor, muito embora exista uma dimensão política evidente. Segundo Netto,

[se] a dimensão política [em Lukács] está sempre presente, conformando mesmo um estrato significativo da sua atividade intelectual e prático-concreta, é preciso sublinhar que ela não dispõe do privilégio de que goza em marxistas cuja atenção prioritária voltou-se para a política enquanto esfera com estatuto, legalidade e relevância específicos (como, por exemplo, em Antonio Gramsci). (NETTO, 2011, p. 21)

Em perspectiva oposta, para Vaisman,

[...] basta aqui é indagar: por que considerar como “giros” certas clivagens fundamentais que o pensamento lukácsiano sofreu em sua longa e controvertida trajetória? Por que insistir na tese de que, embora Lukács não tenha sido “um pensador sobre a política”, foi “um pensador político”? A quem Netto pretende responder com, diga-se de passagem, tão séria e contundente afirmação? Seria tão vital Lukács, em algum momento de sua trajetória, ter-se voltado à elucidação de uma teoria do Estado, da esfera política e, assim por diante, de

⁴ Netto destaca sobre essa citação, que “sobre esta autocrítica, quase quatro décadas depois Lukács esclareceu que: “Quando soube de fontes confiáveis que Béla Kun preparava a minha exclusão do partido na condição de ‘liquidador’, decidi renunciar a prosseguir a luta, pois sabia da influência de Kun na Internacional, e publiquei uma ‘autocrítica’. Embora naquela época eu estivesse profundamente convencido de estar defendendo um ponto de vista correto, sabia também – pelo destino de Karl Korsch, por exemplo – que a exclusão do partido significava a impossibilidade de participar ativamente da luta contra o fascismo iminente. Como ‘bilhete de entrada’ para tal atividade, redigi esta autocrítica, já que, sob tais circunstâncias, eu não podia e não queria mais trabalhar no movimento húngaro. Era evidente que esta autocrítica não podia ser levada a sério: a mudança de opinião fundamental que sustentava as teses [...] passou a ser doravante um fio condutor para minha atividade teórica e prática” (LUKÁCS *apud* NETTO, 2011, p. 26).

temas que alguns teriam já denunciado como ausentes não apenas no filósofo húngaro, mas também no próprio Marx? Essas supostas “lacunas” teriam tornado tais figuras menos importantes nesse e em outros quesitos? E por que tal quesito seria assim tão fundamental e decisivo? Se for para seguir os próprios passos de Lukács da maturidade, por que o território da política é tão decisivo em termos ontológicos? (VAISMAN, 2009, p.177)

Sobre essa polêmica, acreditamos que em toda e qualquer análise referente aos aspectos ontológicos do ser social, necessariamente há de se considerar as dimensões da política – ao menos nas sociabilidades já divididas em classe –, sem que para isso seja necessário formular um estatuto específico que a discuta. Esse tratamento sistemático que, diga-se de passagem, também não há em Marx, que pese pensar política desconectada das relações do ser social, inexistente em Lukács justamente porque essa desconexão não faz sentido⁵.

Assim, por entender esse autor com uma contribuição preciosa acerca da ontologia do ser social, elemento fundamental para entender as diversas dimensões da práxis política, sendo, além disso, militante ativo de uma estrutura partidária comunista e convicto impenitente de uma sociedade sem classes, acreditamos que sua obra possui uma significação extraordinária para a contemporaneidade.

1.2. ONTOLOGIA DO SER SOCIAL: CAUSALIDADE E TELEOLOGIA

Principiando-se da constatação marxiana de que o homem é um ser ativo no mundo real, parte-se do pressuposto que o real existe e pode ser compreendido pelo homem. A concepção ontológica de Lukács baseia-se na constatação objetiva de que o homem é um ser que responde às circunstâncias objetivas, dando saída às questões vitais para sua sobrevivência, o que incide sobre o realmente existente e o transforma transformando a si mesmo.

A discussão sobre o real, na teoria social de uma maneira geral, possui grande relevância. Acerca disso, a elaboração de uma ciência da lógica, como fizera Hegel, entende que o processo do pensamento é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para Marx, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano. Segundo Marx, teoria não é o exercício de examinar as formas dadas de um objeto, descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta, via de

⁵O debate brasileiro sobre a política em Lukács vem fomentando elaborações relevantes e motivando diversos estudos e pesquisas. Por questões metodológicas não poderemos adentrar em mais autores desse campo, todavia, além de Netto e Vaisman, também gostaríamos de ressaltar as considerações de Carli (2013) e Fortes (2015).

regra, dentro de uma relação causa/efeito, do seu movimento visível, assim como os procedimentos que ocorrem nas tradições positivistas e/ou empiristas. Não seria também a criação de tipos ideais em busca dos traços de identidade superficial entre complexos fenômenos recíprocos. Muito menos seria a construção de enunciados discursivos, passíveis de jogos de linguagens na academia e exercícios de combates teóricos, horizonte almejado pela Pós-Modernidade.

Para Marx, o objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independe de qualquer influência do pesquisador. O conhecer seria a reprodução ideal do movimento real do objeto que pesquisa, isto é, a lógica imanente da processualidade efetiva. A análise do objeto será tão mais correta e verdadeira quanto mais aproximada for a reprodução de sua lógica movente.

A compreensão tem por objetivo, além de ultrapassar a aparência fenomênica, imediata (sem desconsiderar a importância da aparência, pois ela também compõe a realidade), entender a essência, ou seja, estrutura e dinâmica do objeto. Acerca da relação entre aparência e essência, “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação [a aparência] e a essência das coisas coincidisse imediatamente” (MARX, 1985, p. 271), e ainda, “as verdades científicas serão sempre paradoxais se julgadas pela experiência de todos os dias, a qual somente capta a aparência enganadora das coisas” (MARX, 1982, p. 158). Dessa mesma forma, para Marx, não cabe somente “olhar”, “mirar” o seu objeto. O “olhar” é muito próprio dos pós-modernos, cuja epistemologia “suspeita da distinção entre aparência e realidade” (SANTOS, 1995, p. 331).

Compreendendo a dinâmica e estrutura do objeto, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, alcança-se a essência e a reproduz no plano do pensamento. A partir da investigação, viabilizada pelo método, reproduz-se, no plano ideal, a essência do objeto investigado, sua lógica imanente.

Assim, podemos dizer que para Marx, teoria é a reprodução do realmente existente em seus nexos de múltiplas causalidades mútuas, no plano do pensamento, do movimento real do objeto. Reprodução que não decorre de um pensamento mecânico, tal como um reflexo idêntico da imagem no espelho, pois se assim fosse, o papel de quem analisa seria meramente passivo. Marx acredita exatamente o inverso, isto é, o sujeito tem papel ativo e fundamental, compreendendo não a aparência, mas a essência do objeto, sua dinâmica e estrutura dentro de um processo, no qual deve mobilizar o máximo de conhecimento, criticá-los, revisá-los e ser dotado de imaginação e criatividade.

Em relação a essas problemáticas, Lukács observa que a orientação essencial do pensamento de Marx era de natureza ontológica e não epistemológica. Sua preocupação não era com questões de ordem epistemológica ou metodológicas, mas ao saber a partir de um objeto real e determinado. Netto, relembra que,

[...] Lênin, aliás, sustentava, em 1920, que o espírito do legado de Marx consistia na “análise concreta de uma situação concreta”. O mesmo Lênin, uns poucos anos antes, já compreendera que a Marx não interessava elaborar uma ciência da lógica: importava-lhe a lógica de um objeto determinado – descobrir esta lógica consiste em reproduzir idealmente (teoricamente) a estrutura e a dinâmica deste objeto. (NETTO, 2009, p. 7)

Sob esse balizar teórico, Lukács desenvolveu seu pensamento acerca da ontologia diferenciando-a a partir do entendimento de que “o objeto da ontologia marxista, diferentemente da ontologia clássica e subsequente, é o que existe realmente; a tarefa é a de investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões no seu interior” (*apud* ABENDROT; HOLZ; KOFLER, 1969, p. 15).

O ser, para Lukács, e consequentemente o real, está intrinsecamente vinculado à vida e à práxis. Situações concretas necessitam de respostas concretas, e isso é claro para qualquer Pós-Moderno ou neopositivista, até para os que negam mais veementemente a realidade, pois mesmo esses indivíduos sabem que no choque entre um rosto e uma mão (num imaginativo de um soco), alguém, independente da negação da realidade, vai se ferir.

Segundo Vaisman,

[...] a recuperação da ontologia na perspectiva lukacsiana é a afirmação de que o real existe, o real tem uma natureza e esta existência e esta natureza são capturáveis intelectualmente. E, na medida em que é capturável, pode ser modificada pela ação cientificamente instruída, ideológica e conscientemente conduzida pelo homem. Postular, desse modo, a ontologia é resgatar a possibilidade de entendimento e transformação da realidade humana. Em suma, é colocar o fato de que o real não é, afinal de contas, uma ilusão dos sentidos e que nossa subjetividade pode se objetivar na conquista da realidade. (VAISMAN, 2010, p. 45)

Considerando a existência do real e o acesso à realidade sendo algo mensurável ao homem, Lukács, na sua reflexão acerca das determinações ontológicas do ser, afirma que “o homem é um ser que responde, a quem o processo objetivo faz perguntas” (LUKÁCS, 2013,

p. 518), ou seja, um ser que reage à realidade, a partir de suas necessidades concretas, modificando a natureza. Nas palavras do próprio Lukács⁶, o

[...] homem torna-se um ser que dá respostas, precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e, quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, frequentemente bem articuladas. (LUKÁCS, 1978, p. 5)

O homem seria um ser que, a partir das perguntas advindas da vida cotidiana, busca as melhores respostas para operacionalizar sua própria existência. Em outras palavras, o ser elabora a todo o momento perguntas e respostas no seu exercício constante de sobrevivência. Nesse processo, as perguntas e respostas formam “os vários níveis de mediações que aprimoram e complexificam a atividade do homem, bem como enriquecem e transformam a sua existência” (VAISMAN, 2010, p. 46).

Vaisman (2010, p. 46) ressalta ainda que o ser social é “estruturalmente unitário”, ou seja, “em seus aspectos decisivos – os pores teleológicas dos homens – não se manifesta uma clivagem radical na constituição ontológica fundamental, entre os pores que se desenvolvem no interior da esfera econômica e aquelas que se põem para além dela”. O que há é que, no trabalho, na relação homem e natureza, e também nas práticas sociais, relações sociais entre os homens, tem-se em comum uma tomada de decisões entre alternativas, um *momento ideal*, que representa uma prévia-ideação comum a todas as ações.

Considerando o trabalho e toda sua importância, tem-se que sua constituição está para além de algo real/material, sendo uma referência geral da estrutura e dinâmica do ser social, uma vez que em toda prática social há finalidades. Dessa forma, para Lukács, o trabalho é considerado como “o fenômeno originário, o modelo do ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 44), ou seja, forma originária de toda atividade social, já que “todos os momentos da vida sócio-humana, quando não têm um caráter biológico totalmente necessário (respirar), são resultados causais de posições teleológicas e não simples elos de cadeias causais” (LUKÁCS, 1981, p. 351).

O fundamento de todas as execuções humanas, das mais simplórias as complexas, produzidas pela divisão do trabalho, é a tomada de decisões entre alternativas, sendo esse um elemento básico do ser social. Isso se evidencia nas ações cotidianas, nas necessidades diárias

⁶ Prezando pelo rigor teórico, desde já alertamos ao leitor que o texto apresenta um número bastante elevado de citações diretas de Lukács. Acreditamos que isso é fundamental para não cair em equívocos interpretativos.

postas a frente dos homens, que escolhem “se” e “como” farão algo. Assim, num sentido mais geral, “todo ato social surge, portanto, de uma decisão entre alternativas acerca de pores teleológicos futuros” (LUKÁCS, 1978, p. 6).

Também vital ao homem, destacamos a questão da singularidade. Como uma propriedade ontológica do ser, ela aparece já nas impressões digitais, singulares a cada ser. Lukács (2013, p. 469), entendia que, “a singularidade no nível social é uma forma complexamente sintética, na qual ganha expressão a unidade pessoal que regula a peculiaridade dos pores teleológicos e as reações aos pores de outros”, demonstrando com isso que, a

[...] unidade da pessoa daí resultante tem, em conformidade com isso, igualmente um caráter duplo objetivo inseparavelmente unitário. Por um lado, a unidade do homem, a sua existência como pessoa se evidencia no modo como ele reage às alternativas com que a vida o confronta; as ponderações que precedem essas decisões em seu íntimo nunca chegam a ser totalmente indiferentes para o quadro global dessa sua singularidade, mas, ainda assim, trata-se da cadeia vital de decisões alternativas, na qual se manifesta a verdadeira essência da singularidade social, a dimensão pessoal do homem. (LUKÁCS, 2013, p. 469)

Acerca da tomada de decisões, “cada uma dessas perguntas também tem sempre um campo de ação de possibilidade de respostas reais concretamente determinado em termos sociais” (LUKÁCS, 2013, p. 470). Dessa forma, cabe ao homem, enquanto ser, fazer a escolha entre as alternativas. Para Lukács (2013, p. 470) “ele até pode, em caso de autêntica originalidade, encontrar uma resposta ainda não utilizada por nenhum dos seus contemporâneos, mas também essa se evidencia sempre como componente necessário justamente desse campo de ação”. A complexidade do campo de possibilidades se relaciona diretamente com o desenvolvimento da sociedade, quanto mais desenvolvida for a sociedade, mais possibilidades se aparecem. Entretanto, pode-se ressaltar também o aspecto da personalidade, uma vez que “de modo correspondente, quanto maior for a parcela pessoal de quem responde, tanto mais desenvolvida pode ser sua personalidade” (LUKÁCS, 2013, p. 470).

Importante destacar que as possibilidades de decisões entre alternativas não pressupõem o controle absoluto do sujeito sobre todo o contexto de sua vida e dos elementos que o cercam. Analisando sob a ótica do processo do trabalho, as tomadas de decisões dos homens, ou seja, a escolha de determinados pores teleológicos, sem dúvida são conscientes, mas nunca partem de um conhecimento total de todos os aspectos e características existentes. Apesar de consciente, o sujeito do pôr teleológico não consegue compreender todos os

aspectos e características envolvidas. O conhecimento é sempre *aproximado*, variando em função do complexo de problemas que surgem em práticas sociais determinadas.

Especificamente na realização do trabalho é importante conhecer a legalidade fundamental dos objetos e materiais combinados no processo de trabalho, pois, de outra forma, não seria possível atingir à finalidade idealmente posta. Observa-se ainda que o trabalho só se realiza quando a colocação teleológica é, em grau razoável, compatível com a realidade. Percebe-se também que campo do desconhecido é importante ser considerado, uma vez que é impossível dominar todo o complexo de determinações e circunstâncias que preponderam em seu campo de atuação, sem mencionar o papel do acaso no processo produtivo.

Dessa forma, o possível é uma aproximação, a mais próxima possível, ciente de que não se pode incorrer na compreensão de um conhecimento pleno e perfeito. Lukács (1978, p. 8), sobre isso, entende que “o trabalho pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito de determinadas finalidades e de determinados meios”.

Apresenta-se nesse movimento a unidade inseparável entre *causalidade*⁷ e *teleologia*, pois o conhecimento dos meios, almejando as finalidades dos pores teleológicos, deve ser objetivo no que diz respeito aos processos que vislumbram ações transformadoras, efetivando os pores teleológicos.

Entende-se aqui que, embora formulada na *consciência* (o momento ideal), do ponto de vista ontológico, não se separa ou ocorre autonomamente, numa divisão entre material e ideal, ou seja, consciência e ato concreto (ou prática) não existem de forma separada. Isso só existe no pensamento, ou, nas palavras de Lukács, “a existência ontológica de um depende da existência ontológica do outro”. Mas se o momento ideal não se concretiza por meio dos atos concretos, permanece como mera idealidade. Para análise eles até podem ser considerados de forma separada, mas sob o crivo ontológico, “eles adquirem o seu verdadeiro ser apenas enquanto componentes do complexo concreto representado pelo trabalho” (VAISMAN, 2010, p.47). Segundo Lukács (1981, p. 345), “na ontologia do ser social não há teleologia, enquanto categoria do ser, sem uma causalidade que a realize. De outro lado, todos os fatos e eventos que caracterizam o ser social enquanto tal são resultados de cadeias causais postas em movimento teleologicamente”. Nesse sentido, e numa perspectiva ontológica, teleologia e causalidade são compreendidas como partes de um mesmo processo, ou em termos precisos, se apresentam em uma determinação reflexiva.

⁷ É sempre importante ressaltar que causalidade, em Lukács, diz respeito ao movimento das coisas, às legalidades naturais dos objetos físicos, biológicos, e, depois, sociais.

Entretanto, quando pensamos em pores teleológicos não mais restritos apenas ao trabalho simples, vinculadas à economia, por exemplo, devemos considerar outros tipos de pores teleológicos. Sua importância é incontestável, uma vez que,

[...] as mais antigas realizações do trabalho, as consequências mais primitivas da incipiente divisão do trabalho já propõem tarefas aos homens, cuja execução exige e mobiliza forças psíquicas de feitio novo, diferentes das mobilizadas pelo processo propriamente dito do trabalho (pense-se no papel da coragem pessoal, da sagacidade inventiva, da cooperação desprendida no caso de alguns trabalhos empreendidos coletivamente). Por isso mesmo, os pores teleológicos que surgem daí estão direcionados – tanto mais decididamente, quanto mais desenvolvida for a divisão social do trabalho – diretamente para o despertar, fortalecer e consolidar desses afetos que se tornaram indispensáveis aos homens [...] Passa a vigorar aqui a distinção entre se um pôr teleológico, em última análise, desencadeia uma série causal ou se desencadeia um novo pôr teleológico” (LUKÁCS, 2013, p.484)

Na medida em que as forças produtivas desenvolvem e a divisão social do trabalho, no mesmo sentido, acompanha esse desenvolvimento, exige-se um grau de complexidade diretamente proporcional aos pores teleológicos secundários. Ressalta-se, entretanto, que esses pores teleológicos secundários são constatados mesmo no mais incipiente nível do desenvolvimento das forças produtivas, ainda na esfera do trabalho, e, de acordo com as exigências colocadas pelo processo laborativo na qual o ser social se insere, demandam por posturas e afetividades adequadas à sua execução.

Esse desenvolvimento das atividades laborativas, segundo Lukács (1981, p. 464) “leva àqueles pores teleológicos que intentam provocar um novo comportamento nos outros homens, e as torna sempre mais importantes, no sentido extensivo e intensivo, qualitativo e quantitativo para o processo de produção e para a sociedade inteira”, e completa, “o processo de reprodução econômica, a partir de um estágio determinado, não poderia funcionar, nem no plano econômico, se não se formassem campos de atividades não econômicas, que tornam possível no plano do ser o desenvolvimento desse processo” (LUKÁCS, 1981, p. 464). No caso, seria pensar a economia não só na sua função *stricto sensu*, mas como produto de interação de pores, distantes num primeiro momento da relação imediata com o econômico, contudo pores responsáveis por ações que permitem reproduzir os elementos da sociabilidade ou mesmo transformá-los radicalmente, sendo ontologicamente influenciada pelas mediações do período, avanços das forças produtivas e respostas às necessidades dos seres sociais. Esses elementos configuram uma superestrutura social, constituindo, sobretudo, uma dimensão jurídico - política.

Basta recordar como o costume, o uso, a tradição, a educação etc., que se fundam totalmente sobre pores teleológicos deste gênero, com o desenvolvimento das forças produtivas vão continuamente aumentando o seu raio de ação e a sua importância, terminando por se formar esferas ideológicas específicas (sobretudo o direito) para satisfazer estas necessidades da totalidade social. (LUKÁCS, 1981, p. 464)

Lukács destaca ainda que esses pores teleológicos secundários e suas ações resultantes já existiam nas comunidades primitivas⁸, entretanto, com o desenvolvimento das forças produtivas e, em consequência, no progresso da divisão social do trabalho, isso se evidencia de tal modo que, “com a diferenciação de nível superior, com o nascimento das classes sociais com interesses antagônicos, esse tipo de posição teleológica torna-se a base estruturante do que o marxismo chama de ideologia” (LUKÁCS, 1978, p. 9).

De notória relevância é a observação de que mesmo se tratando de teleologias, tanto o pôr teleológico relacionado ao trabalho simples, quanto o pôr relacionado às bases que constituem a ideologia, ou seja, pores que pressupõem tomadas de decisões entre alternativas, há uma diferença fulcral entre eles, já que não constituem pores do mesmo gênero. Sobre isso, esclarece Lukács (1981, p. 379) que, “o mundo dos objetos dos pores teleológicos primários, no intercâmbio orgânico entre sociedade e natureza, é mais determinado e tem uma duração objetiva maior do que aquele das posições cujo objetivo é o agir futuro, desejado de outros homens”. E completa, “aquelas posições que objetivam diretamente o intercâmbio orgânico entre a sociedade e a natureza apresentam diferenças essenciais, tanto subjetivas quanto objetivas, em relação àquelas cuja intenção direta é transformar a consciência de outras pessoas”.

Ao considerar a ação de transformar a consciência de outras pessoas, têm-se um “círculo do desconhecido incomparavelmente mais amplo”, bastante diferente da relação orgânica com a natureza, já que “as legalidades fundamentais do objeto podem ser conhecidas” (LUKÁCS, 1981, p. 490-491) de modo mais acertado, o que garante níveis mais elevados de previsibilidade. Segundo Vaisman (2010, p. 48), em contraste aos atos de ordem primária, “quando este outro tipo de [pôr teleológico secundário] está em jogo, [...] ao desencadear forças e nexos reais pode propiciar o aparecimento de ‘novas formas e novas legalidades’, fazendo com que seja difícil, mas obviamente não impossível, ‘captar as

⁸ Embora haja uma compreensão incorreta que prepondera o metabolismo homem/natureza, nenhuma sociedade pode prescindir da relação dos homens entre si, é por isso que iniciar as reflexões pelo complexo trabalho é realizar uma abstração isoladora, na qual se põe de lado, provisoriamente, a relação que os homens estabelecem entre si.

verdadeiras tendências evolutivas’ dos fatos”. Pressupõe-se, nesse sentido, uma diferença importante, pois

[...] não uma incerteza absoluta, não uma irracionalidade. Os diversos modos com os quais, por necessidade econômico-social, se tem tentado influir sobre os homens têm sempre, mais ou menos, funcionado; o fato de que o coeficiente de incerteza seja mais alto tem simplesmente comportado neste campo uma presença, incisiva e eficiente no caso, da desigualdade do desenvolvimento, muito maior que no trabalho em sentido estrito. (LUKÁCS, 1981, p. 464-65)

A incerteza que cerca os pores teleológicos secundários é incomparavelmente distinta da relação orgânica entre homem e natureza, que se apoia em um conhecimento relativamente exato dos nexos dessa relação. Quando o objeto da ação são os homens, “por princípio, nem o objeto, nem o ponto que a posição [pôr] deve mirar podem ser, assim, claramente precisados” (LUKÁCS, 1981, p. 465).

Para Lukács (1981, p. 465),

[...] a diferença está no fato de que *uma posição teleológica* coloca em movimento, em definitivo, não uma cadeia causal, mas um novo pôr teleológico. Daí deriva, sobretudo, de um lado, que a situação comum de todas as decisões humanas, a impossibilidade de conhecer todas as circunstâncias do agir, aqui assume um peso maior que no outro tipo de posição; de outra parte, o sentido da intenção aqui é muito mais impreciso. A necessária ignorância do conjunto das condições intervém também no trabalho, mas aqui ela tem, em geral, um efeito muito mais externo.

Partindo do que até agora foi exposto, pode-se dizer que o elemento comum entre os pores teleológicos é a tomada de decisões entre as alternativas. Entretanto, há um leque de diferenças de fundamental relevância. Pensando a diferença mais nuclear, pressupondo que o objeto dos pores teleológicos secundários são os próprios homens, no que Vaisman (2010, p. 48) identificou como “as suas ações e seus afetos na práxis social extralaborativa”, tem-se um campo absurdamente mais complexo do que quando lidamos com a relação do trabalho simples. Com todas as mediações existentes no ideário dos seres sociais, as incertezas e imprecisões em relação às finalidades são enormes. Todavia, Vaisman (2010, p. 48) adverte que isso, “não impede que haja um conhecimento racional das tendências em presença, mesmo que este conhecimento, de forma mais acabada, só se dê *post festum*”.

No anseio das respostas formuladas pelos homens, pois, como já vimos, o homem é um ser que responde, é possível compreender a importância da ideologia na constituição

dessepor teleológico secundário. No processo das respostas, permeada por necessidades diversas da vida cotidiana,

[...] elas são mediadas por algum tipo de produção espiritual, formando o conjunto das posições teológicas (excluído, aqui, o trabalho) em que a ideologia desempenha o papel de prévia-ideação. Ou seja; A ideologia, em qualquer uma das suas formas, funciona como o *momento ideal*, que antecede o desencadeamento da ação, nas posições teleológicas secundárias. (VAISMAN, 2010, p. 49)

Através das ideias de Lukács é possível dizer que o homem é um ser prático, que responde, haja vista a validade dessa afirmação no ato do trabalho, teleologia e fatores causais constituintes desse fenômeno. Assim,

Ontologicamente, essa noção implica o fato de que este *ser prático* age a partir de *decisões entre alternativas*; ser que, não sendo abstratamente independente das necessidades que a história lhe coloca, reage a essas necessidades empregando produtos espirituais que são constituídos, de forma não linear, em função dessas mesmas necessidades. (VAISMAN, 2010, p. 49)

Como as ideias advêm dos homens e não o contrário, na produção e reprodução da vida social o *momento ideal* dos pores teleológicos possui também uma função ideológica determinante. Para Lukács (ABENDROT; HOLZ; KOFLER, 1969, p. 40),

[...] as atividades espirituais do homem não são, por assim dizer, entidades da alma, como imagina a filosofia acadêmica, porém formas diversas sobre a base das quais os homens organizam cada uma das suas ações e reações ao mundo externo. Os homens dependem sempre, de algum modo, destas formas, para a defesa e a construção de sua existência.

Na relação intrínseca entre atividade espiritual, ou seja, consciência do ser social, e as determinações materiais, desenvolvem-se mediações diversas que se tornam tão mais complexas quanto às forças produtivas se desenvolvem, implicando também no modo de produção social. Dessa forma,

[...] quanto mais desenvolvida, quanto mais social é uma formação econômica, tanto mais complexos são os sistemas de mediações que ele deve construir em si e em função de si, mas estes interagem todos de qualquer modo com a autorreprodução do homem, com o intercâmbio orgânico com a natureza, permanecem em relação com ele e são ao mesmo tempo capazes de retroagir sobre ele, no sentido de favorecê-lo ou obstaculizá-lo. (LUKÁCS, 1981, p. 363)

Assim, completa Lukács (2013, p. 471),

Da vida cotidiana até as supremas objetivações [*Objektivationen*] do reino humano vigora, em toda parte, a dupla determinação aqui esboçada. Nela se evidencia o que se deve entender por ideologia no sentido mais amplo da palavra, a saber, que a vida de cada homem e, em consequência, todas as suas realizações, sejam elas práticas, intelectuais, artísticas etc., são determinadas, no final das contas, pelo ser social em que o referido indivíduo vive e atua. Este é um conhecimento muito importante, é o fundamento de toda ciência referente à sociedade.

Analisando o “Prefácio” da obra marxiana “*Para a Crítica da Economia Política*”, sobretudo a seguinte citação: “O modo de produção da vida material condiciona o processo geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1983, p. 301), Lukács, certo ou errado, entende ser necessário esclarecer que, segundo Marx, os homens, conscientes de si, utilizam também a ideologia como forma de dirimir os conflitos sociais, cujos fundamentos últimos devem ser procurados no desenvolvimento econômico. Dessa forma,

No plano imediato, todos os conflitos também se manifestam como embates de interesses entre homens singulares ou então entre estes e grupo humanos ou entre dois grupos desse tipo. Nesse tocante, está bem claro que esses grupos, nos casos dados, surgem do fato de que os interesses vitais dos homens singulares que os compõem são os mesmos ou são fortemente convergentes e se mostram antagônicos aos interesses vitais de outros grupos. Nessa situação já está contido, de certo modo, o modelo mais geral possível do surgimento das ideologias, pois esses antagonismos só podem ser enfrentados eficazmente na sociedade quando os membros de um grupo conseguem convencer a si mesmos de que seus interesses vitais coincidem com os interesses importantes da sociedade como um todo, portanto, de que cada um daqueles que defende esses interesses, simultaneamente faz algo útil para a sociedade como um todo. Se isso é imposto com os meios do convencimento, com violência franca ou dissimulada, resulta em nuances importantes, mas não é decisivo para sua determinidade como ideologias, assim como tampouco o é a pergunta se o conteúdo corresponde aos fatos sociais, às tendências da época ou está em contradição com eles, se a convicção que norteia a ação ideologicamente determinada nos homens singulares e em seus grupos é sincera ou hipócrita, etc. Esses pontos de vista são de importância decisiva para a apreciação histórico-social concreta das ideologias singulares, mas não constituem uma característica determinante da ideologia em termos gerais. (LUKÁCS, 2013, p. 471-72)

Logo, o surgimento e a disseminação de ideologias se manifestam como a “marca registrada geral”⁹ das sociedades de classes. Ainda sobre ideologia, Lukács (2013, p. 465) elucida que, “acreditamos ter o direito de aplicar a essência da determinação marxiana também ao cotidiano de cada uma das formações e identificar as formas ideológicas como

⁹Tal terminologia não suprime a necessidade de elucidar o sentido “amplo” e “restrito” elaborado por Lukács. O sentido amplo demonstra a existência da ideologia mesmo nas sociedades mais primitivas, em seu sentido restrito, a sociedade de classes correspondente à “marca registrada”.

meios, com o auxílio dos quais podem ser tornados conscientes e tratados também os problemas que preenchem esse cotidiano”. Entende-se então que as determinações ideológicas estão presentes de forma permanente no cotidiano do ser social, não só nos períodos de crise, mas de forma constante. Sendo essa a relação entre ideologia e ser social, para Lukács (2013, p.165), como “a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir”, ou seja, é o momento ideal da elaboração, a finalidade e as formas de executá-la formulados para a ação do homem.

O ser em sua figuração como indivíduo social, então, existe da sua consciência, que é fruto da ação e interação com outros seres sociais. A ideologia, não diferente, nasce também daí, ou seja, da ação social, pressupondo, nesse sentido, que a consciência é a mediação da própria prática social. Isso nos mostra que em todas as ações humanas que visem dirimir conflitos sociais, considerando que todas necessariamente perpassam pela consciência, a ideologia está presente enquanto orientação ideal.

Vaisman (2010, p. 50) descreve essa argumentação da seguinte maneira:

Na medida em que o ser social exerce uma determinação sobre todas as manifestações e expressões humanas, qualquer reação, ou seja, qualquer resposta que os homens venham a formular, em relação aos problemas postos pelo seu ambiente econômico-social, pode, ao orientar a prática social, ao conscientizá-la e operacionalizá-la, tornar-se ideologia. Ou seja, ser ideologia não é um atributo específico desta ou daquela expressão humana, mas, qualquer uma, dependendo das circunstâncias, pode se tornar ideologia. Lukács não se restringe, portanto, em tomar a ideologia apenas em seu aspecto de instrumento de luta de classes.

Lukács entende que a ideologia possui um significado amplo, mas sempre relacionado à sua implicação nos processos de conflitos sociais. Para ele, ideologia e existência social fazem parte da mesma realidade, são inseparáveis. Sempre que o ser social se depara com perguntas e necessitar dar respostas, haverá um processo ideológico e possibilidades para se incidir. Pode-se dizer que, no aspecto da teleologia, a ideologia seria “o momento predominante de um complexo dinâmico, ainda assim só de um dos seus momentos, e este só pode ser compreendido dentro do seu funcionamento na própria totalidade do complexo” (LUKÁCS, 2013, p. 465). Entretanto, assim que começam a haver conflitos sociais, e esses se tornam questões vitais da sociabilidade, a ideologia passa para um patamar mais sofisticado, passando a ser uma forma ideal na qual os homens e as classes se confrontam, nos mais diversos níveis, uma vez que “a intenção de defender *status quo* só emergirá como intenção de um pôr teleológico quando ele mostrar ameaçado a partir de dentro ou de fora, ou seja, quando a intenção é protegê-lo de uma mudança tida como possível” (LUKÁCS, 2013, p.

466). Isso deixa nítido que o *status quo* só é ameaçado por ações humanas, e, a partir disso, os pores teleológicos surgidos daí buscam provocar efeitos sobre pessoas.

A latente importância dessa questão para Lukács, se mostra na seguinte passagem:

[...] somente uma análise, por mais abstrata que seja, da estrutura do ser dos pores teleológicos que visam suscitar em outras pessoas pores teleológicos correspondentes ao fim estabelecido possibilita assentar um fundamento ontológico capaz de eliminar de saída as representações naturalistas vulgares que, na teoria da ideologia, condenam o agir das pessoas segundo os interesses delas. O caráter abstrato das nossas análises permitiu que viessem à tona naturalmente só as estruturas mais gerais possíveis, porque a socialidade das pessoas que assim agem constituiu, é certo, o pressuposto tácito de cada um dos seus passos, de todo e qualquer fundamento estrutural geral na consecução exitosa ou não dos fins, no passo acertado na direção da realidade ou no passar ao largo dela. Porém, só agora que a práxis social enquanto práxis social passa a ser com exclusividade o foco central da investigação, essa socialidade pode ser elucidada mais concretamente. (2013, p.467)

E ainda, que, “nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia, como vimos”, pois para ele “eles [os pontos de vista] podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos” (LUKÁCS, 2013, p. 467).

Sobre isso, Vaisman (2010, p. 50), analisando Lukács, afirma que,

[...] Lukács, baseando-se em Marx, formula uma caracterização mais restrita de ideologia que “consiste no fato de que os homens, com o auxílio da ideologia, trazem à consciência seus conflitos sociais, e por seu meio combatem conflitos cuja base última é preciso procurar no desenvolvimento econômico”. Na acepção restrita de ideologia, portanto, ideologia é instrumento de conscientização e de luta social “que caracteriza pelo menos aquelas (sociedades) da ‘pré-história’ da humanidade”. Ou seja, aquelas sociedades divididas em classes sociais antagônicas, que por meio da ideologia conscientizam e enfrentam conflitos derivados de seus interesses contrapostos.

E completa,

Sejam quais forem as distinções entre as acepções ampla e restrita de ideologia, contudo, a compreensão do caráter amplo e também do seu caráter restrito – entendidos seja como generalidade e particularização, seja como dimensões, estados ou momentos de um mesmo fenômeno – só se efetiva “no quadro de seu funcionamento dentro da totalidade do mesmo complexo, /.../ esta totalidade é a sociedade de um dado período, enquanto complexo contraditório que, na práxis dos homens, constitui o objeto e ao mesmo tempo a única base real do seu agir”.

Uma ideia, portanto, pode não nascer ideologia, mas transformar-se a partir da sua função precisa nas lutas sociais. Independentemente de estar certo ou errado, um pensamento

só se torna ideologia se tiver uma função social, ou, nas palavras de Lukács (2013, p. 468) “[...] no âmbito do ser social, nada pode ocorrer cujo nascimento não seja decisivamente determinado por esse mesmo ser social”. Dessa forma, “não há [...] nenhum componente do ser social cujo ser-propriadamente-assim concreto não seja essencialmente co-determinado pelas circunstâncias sociais de seu nascimento. É isso e só isso que significa a mais geral das determinações da ideologia” (2013, p. 469). Nos aspectos ontológicos – práticos, ideologia seria a função social desempenhada, ressaltando o elemento da consciência e da prévia ideação da prática dos homens.

Assim, a grande maioria das ideologias não resiste à crítica de caráter gnosiológico, sobretudo quando há um vasto intervalo de tempo. Sobre isso, Lukács (2013, p. 480), afirma que “trata-se de uma crítica da falsa consciência”, e continua: “contudo, em primeiro lugar, há muitas realizações da falsa consciência que jamais se converteram em ideologias e, em segundo lugar, aquilo que se converteu em ideologia de modo algum é necessária e simplesmente idêntico à falsa consciência”. Destarte, para este autor “só é possível compreender o que realmente é ideologia a partir de sua atuação social, a partir de suas funções sociais” (LUKÁCS, 2013, p. 480).

A partir dessas considerações, é possível determinar o que é falso ou verdadeiro, das formulações da consciência, mas é impossível saber se isso implicará alguma função ideológica. Essa identificação só é possível considerando a função que esse pensamento desempenha na efetivação da vida cotidiana.

Isto posto, Lukács (2013, p. 495) reitera que,

[...] se quisermos refletir até as últimas consequências a concepção marxiana de que os conflitos suscitados pelo desenvolvimento contraditório da economia (o desenvolvimento das forças produtivas como transformação, como explosão das relações de produção) são enfrentados e resolvidos com os meios da ideologia, chegaremos a um resultado – mediado pela relação entre essência e fenômeno no âmbito do ser social, à qual acabamos de aludir – que contradiz estritamente a concepção determinista vulgar do marxismo, pois mostra que a essência econômica, operante independente de qualquer vontade humana no que se refere à totalidade da sociedade, isto é, em última análise, ao gênero humano, produz apenas as possibilidades objetivas do progresso real.

Lukács deixa claro que a questão não consiste em fazer uma separação abstrata de verdadeiro e falso na imagem ideal do econômico, mas “de verificar se o ser-propriadamente-assim de um espelhamento eventualmente falso é constituído de tal maneira que se torna apropriado para exercer funções sociais bem determinadas” (LUKÁCS, 2013, p. 498). As

necessidades concretas de uma situação histórico-social concreta, muito mais que a lógica, serão fundamentais para se desvelar essas determinações.

Há ainda uma observação, deveras pertinente, acerca do fundamento do ser dos pores que surgem e sua constituição como ideologia. Lukács (2013, p. 500) assume que,

Naturalmente, é impossível tratar aqui detalhadamente da estrutura dessa esfera. Devemos nos restringir a algumas observações de princípio, que igualmente estão voltadas mais para o fundamento do ser dos pores teleológicos que surgem daí e à sua constituição mais geral como ideologias do que para um exame crítico das concepções extremamente divergentes com que os representantes proeminentes dessa área da ideologia buscaram um entendimento teórico acerca do essencial de sua atividade.

Adverte ainda, que existem correntes do pensamento que julgam os comportamentos determinantes dos pores teleológicos como ideologias, como inerente do ser do homem, desconsiderando-a como um fenômeno que decorre a partir da divisão social do trabalho nos seus diversos níveis. De outra forma, há também, uma não consideração do vínculo entre essência e fenômeno, atribuindo os comportamentos ideológicos “puramente espirituais” a qualidade de essências, colocando a luta real dos homens no âmbito da totalidade concreta da vida social num “desprezível submundo da existência” (LUKÁCS, 2013, p. 501).

A dificuldade em remontar, de forma linear, os complexos que determinam a constituição das ideologias, evidencia, da mesma forma, as formas e valores distintos que compõem o momento ideal da práxis social, “que confere necessidade às decisões teleológicas alternativas na efetivação de possibilidades objetivas da essência econômica” (VAISMAN, 2010, p.51).

1.3. POLÍTICA, IDEOLOGIA E A CONSTRUÇÃO DA PRÁXIS

Lukács, em seu estudo, discorre sobre as diferentes formas de ideologia. Para nós, neste trabalho, a proposta é analisar a política, ou práxis política, enquanto forma específica de ideologia, forma pela qual são conscientizados os conflitos que permeiam toda a sociedade.

Partindo dessa premissa, temos a política como elemento fundamental da formação social, esfera dos conflitos. Conforme Lukács (2013, p. 502-3),

A política é uma práxis que, em última análise, está direcionada para a totalidade da sociedade, contudo, de tal maneira que ela põe em marcha de modo imediato o mundo fenomênico social como terreno do ato de mudar, isto é, de conservar ou destruir o existente em cada caso; contudo, a práxis desencadeada desse modo inevitavelmente é acionada de modo mediado também pela essência e visa, de

modo igualmente mediado, também à essência. A unidade contraditória de essência e fenômeno na sociedade ganha na práxis política uma figura explícita.

Essência e fenômeno, no contraditório de sua relação, assumem na práxis política sua forma explícita, ou ainda, “do ponto de vista imediato dos pores teleológicos com intenção política, a união indissolúvel e a unidade imediatamente dada de essência e fenômeno, a práxis política é, em sua relação com a essência, que decide quanto à sua efetividade em última análise, mas só em última análise, uma práxis mediada” (LUKÁCS, 2013, p. 503).

Entretanto, o elemento mais intrigante, e claro, mais complexo, deve-se ao fato de que a “esfera da essência se explicita independentemente da vontade e da intenção de seu criador, dizemos simultaneamente que ela de fato igualmente é acionada por pores teleológicos” (LUKÁCS, 2013, p. 493), ou seja, há uma relação intrínseca entre teleologia e causalidade, sendo impossível se apropriar o que é autêntico de cada uma. A essência então, “surge independentemente das finalidades conscientes nos atos teleológicos” (LUKÁCS, 2013, p. 493), e, portanto, “caso se queira apreender o processo global em sua totalidade, fica claro que o movimento da essência independente do querer humano de fato constitui a base de todo ser social” (LUKÁCS, 2013, p. 494), base, nesse caso, é entendida como *possibilidade objetiva*. A essência oferece aos homens singulares, na realização da política, ou práxis política, um campo de possibilidades para sua efetivação, alternativas para a decisão política.

Segundo Lukács (2013, p. 495),

[...] o desenvolvimento da essência determina, portanto, os traços fundamentais, ontologicamente decisivos, da história da humanidade. Porém, ela só obtém a sua forma ontologicamente concreta em decorrência de tais modificações do mundo fenomênico (tanto da economia como da superestrutura); mas estas só podem concretizar-se como consequências dos pores teleológicos humanos, entre os quais também a ideologia ganha expressão enquanto meio de enfrentar e resolver os respectivos problemas e conflitos.

Ainda acerca desta dimensão, Vaisman (2010, p. 54), nos elucida que,

A prática política é uma *posição teleológica* que modifica, como vimos, o mundo fenomênico onde se desdobra o conflito, movimentando as alternativas postas pela essencialidade social e visando, ao mesmo tempo, à transformação da própria essência. Além disso, a relação entre essência e fenômeno que Lukács pretende retomar da tradição hegeliano-marxiana, no sentido de estabelecer o verdadeiro *tertiumdaturna* questão da ideologia, evidencia como não existe, de um lado, um determinismo mecânico da base material em relação à superestrutura, e, de outro, como as ações humanas não se desenvolvem puramente na base de atos de vontade dos indivíduos singulares, ou reunidos em grupos, mas sim como há uma relação contraditória entre necessidade e possibilidade, onde as posições teleológicas de tipo político expressam e remetem exatamente à “obra plasmadora dos homens”.

Essência e fenômeno têm na práxis política um fato explícito. Na análise imediata dos pores teleológicos com intenção política, essência e fenômeno são, ao mesmo tempo, ponto de partida e fim necessariamente posto. Entretanto, havendo essa unidade imediatamente dada entre essência e fenômeno, tem-se a práxis política, em sua relação com a essência, elemento que decide quanto à efetividade, em última análise, uma práxis mediada. Ciente de que essa unidade não anula as contradições, Lukács remete à Engels: “Engels tem razão ao alegar que, nos casos singulares concretos, a política pode muito bem tomar um rumo oposto ao exigido pelo desenvolvimento econômico efetivo naquele momento” (LUKÁCS, 2013, p. 503), observando ainda que, “em tais casos, depois de fazer desvios, sofrer prejuízos etc., a realidade econômica acaba se impondo” (LUKÁCS, 2013, p. 503).

A forma verdadeira, ontológica, desse contraditório, pressupõe compreendê-la para além de uma “interação simples de complexos unitários fechados em si mesmos” (LUKÁCS, 2013, p. 503). O que há são interações complexas muito diferentes nas duas esferas, fazendo com que essência e aparência assumam “as formas mais díspares possíveis”¹⁰ (LUKÁCS, 2013, p. 503).

Lukács se utiliza de Marx para expor uma das formas de entrelaçamento entre os mundos da essência e fenômeno, ciente de que “tratar dele não visa de modo algum nem mesmo insinuar uma enumeração de tais conexões; a intenção é, muito antes, apenas transmitir uma noção de que estamos lidando aqui com incontáveis interações, qualitativamente diferentes, entre essência e fenômeno” (LUKÁCS, 2013, p. 504).

Situando como exemplo a distribuição, Marx destaca a negação de sua independência em relação à produção, expressando a totalidade da forma como ela se dá na sociedade burguesa:

A articulação da distribuição está totalmente determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que concerne ao seu objeto, já que somente os resultados da produção podem ser distribuídos, mas também no que concerne à forma, já que o modo determinado de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, a forma de participação na distribuição. É absolutamente uma ilusão pôr a terra na produção, a renda da terra na distribuição, etc. (MARX *apud* LUKÁCS, 2013, p. 504).

¹⁰Lukács se utiliza de uma nota de rodapé para completar esse raciocínio: “Neste ponto, fica evidente o quanto foi e é prejudicial para o conhecimento do ser social a separação exata, própria da divisão do trabalho acadêmico, entre economia e sociologia. O que hoje se considera como método exclusivamente científico torna-se profundamente não científico, porque se separa de modo conceitualmente asséptico aquilo que, em sua interação concreta, resulta nas conexões ontologicamente relevantes” (LUKÁCS, 2013, p.503).

Essa subordinação da distribuição à produção não diminui sua importância para a totalidade da sociedade, na verdade ele é aumentado. Quando na economia só se falava de distribuição de produtos, Marx ressaltava que:

Antes de ser distribuição de produtos a distribuição é: 1) distribuição dos instrumentos de produção e 2) distribuição dos membros da sociedade nos diferentes tipos de produção, o que constitui uma determinação ulterior da mesma relação. (Subsunção dos indivíduos sob relação de produção determinadas.) A distribuição de produtos é manifestamente apenas o resultado dessa distribuição que está incluída no próprio processo de produção e determina a articulação da produção. (MARX *apud* LUKÁCS, 2013, p. 504)

A compreensão dessa argumentação é fundamental para que se saiba que “o critério para a função e o significado históricos da ideologia não reside na correção científica objetiva do seu conteúdo, como espelhamento fidedigno da realidade, mas no modo e na direção do seu impacto sobre as tendências que puseram o desenvolvimento das forças produtivas na ordem do dia” (LUKÁCS, 2013, p. 505). Sendo assim, é de fundamental importância assimilar que os conteúdos ideológicos da decisão política de modo algum são indiferentes, como se o êxito prático momentâneo e suas razões não tivessem importância alguma. Ocorre na verdade o oposto, uma vez que, para Lukács, há dois motivos objetivamente distintos em todas as decisões políticas, mesmo que na realidade estejam muitas vezes interligados. Lukács destaca que o primeiro seria “o que Lenin costumava chamar de o elo mais próximo da corrente, a saber, aquele ponto nodal de tendências atuais, cuja influência resoluta é capaz de ter um efeito decisivo sobre o acontecimento global. Isso nem sempre e, no caso concreto, apenas excepcionalmente é a mudança imediata inevitável da própria essência” (LUKÁCS, 2013, p. 505). Esse momento, no correr da história, raramente foi reconhecido, e mesmo seu reconhecimento mais claro, em determinadas situações, não foi o suficiente nos processos decisórios. Lukács traz o exemplo da Revolução Russa de 1917, quando Lenin não a faz no momento em que derrota o czarismo, em fevereiro desse mesmo ano, mesmo sem qualquer dúvida acerca das condições objetivas para uma revolução socialista.

Ele inclusive sempre proclamou essa sua convicção, mas não teria podido realizá-la nem com a melhor propaganda a favor dessa perspectiva se não tivesse identificado o “elo da corrente” da etapa dada do desenvolvimento no anseio por paz entre todos os trabalhadores e no desejo de ter terra entre os agricultores. As duas palavras de ordem “terra e paz” podiam ser tidas como realizáveis – se consideradas apenas segundo o seu teor puro e simples – também na sociedade burguesa. A genialidade política de Lenin, diante disso, consistiu em ter o reconhecido o antagonismo de que elas, por um lado, constituíram o anseio insaciável e ardente das grandes massas, mas, por outro, eram praticamente inaceitáveis para a burguesia russa e, sob as circunstâncias dadas, tampouco

receberiam apoio ou seriam passivamente toleradas nem mesmo pelos partidos pequeno-burgueses. (LUKÁCS, 2013, p. 505)

De fato o talento político de Lenin é extraordinário, uma vez que as finalidades políticas estipuladas, não necessariamente revolucionárias, se transformaram em força motriz para que a revolução socialista pudesse ser realizada exitosamente.

Essa contextualização evidencia o que Lukács chamou de critério imediato para a práxis ideológico – política, elaborando sobre como um conflito real, de causas em última instância econômicas, pode ser enfrentado e resolvido por meios políticos.

Se por um lado o exemplo de Lenin demonstra como foi posto em movimento de maneira consciente o “próximo elo”, o caso de Bismark¹¹, pensando os três primeiros quartos do século XIX, em suas motivações objetivas e subjetivas para a criação do Estado da nação alemã, demonstra que mesmo sem plena consciência das possibilidades concretas postas em causa, atuando-se de maneira imediata sobre as exigências prementes de sua realidade social, o próximo elo da corrente também pode ser posto em movimento.

Entretanto, Lukács ressalta um segundo problema, que seria: “quanto tempo durará ou poderá durar uma solução desse tipo” (LUKÁCS, 2013, p. 506). Até então, acerca do primeiro problema, o critério se constituiu rejeitando críticas de ordem gnosiológica relacionadas à correção ou falsidade do conteúdo das ideologias que se tornaram efetivas. No momento imediato da práxis política, ideologias com o teor demagógico podem ganhar respaldo o suficiente para serem consideradas as melhores respostas para crises. Lukács retoma o exemplo de Hitler para uma visualização melhor desse argumento. Isso expressa com clareza que a

[...] práxis política de fato está direcionada simultaneamente para a unidade de fenômeno e essência da realidade social como um todo, mas só pode apreender essa realidade em sua imediatidade, o que ao menos comporta em si a possibilidade de que tanto o objeto intencionado como o objeto atingido pelo pôr teleológico permaneça direcionado para o mundo do fenômeno que mais encobre que revela a essência. Por essa razão, o fenômeno total da práxis política não seria esgotado se, durante a análise, a sua efetividade imediata fosse considerada

¹¹ Segundo Lukács, “o elo da corrente, nessa situação, consistiu de duas guerras: contra a Áustria, visando manter intactas contra a interferência externa as fronteiras da união aduaneira, que eram a base econômica real da unidade alemã, e contra a França, para assegurar a unidade política a partir de dentro e a partir de fora” (LUKÁCS, 2013, p. 506). Sua análise destaca que: “a derrota da revolução burguesa de 1848 acarretou a impossibilidade prática e real de acertar radicalmente as contras com o regime de pequenos Estados, com a supremacia prussiana, com os resquícios do absolutismo feudal, que, nas camadas mais amplas da burguesia, fizeram preponderar a perspectiva ‘unidade antes da liberdade’; foi essa derrota que criou uma situação em que os meios das guerras se transformaram em elos da corrente para a consecução da unidade estatal da nação. Em 1866, Bismark ainda tinha uma noção relativamente correta dessa conexão ao impedir exitosamente tida anexação pela Áustria, mas já em 1871 a guerra extrapolou esse quadro – mediante a anexação da Alsácia-Lorena - , desencadeando cadeias causais completamente diversas em toda a política alemã posterior”. (LUKÁCS, 2013, p. 506)

como critério exclusivo, embora esta inquestionavelmente constitua um momento importante e até indispensável da sua totalidade. (LUKÁCS, 2013, p. 507)

É de fundamental importância saber que em uma resolução política, a concepção política de sua base, deixa de ser politicamente relevante se lhe faltar qualquer efetividade.

Assim, o entendimento de Lukács sobre as decisões políticas baliza dois elementos: *eficácia* e *duração*. A eficácia da decisão política avalia se o ato tinha alguma efetividade sobre o desenvolvimento global pretendido. Ciente de que a eficácia imediata não era suficiente para avaliar uma decisão política, Lukács pensa então sobre a duração. Sobre isso,

[...] a consideração acabaria ficando superficial se esse motivo em si extremamente importante da efetividade imediata fosse absolutizado, como costuma ocorrer com os porta-vozes teóricos da assim chamada *Realpolitik*. Nesse ponto, o exame objetivamente ontológico da história deve prestar atenção às sequências causais desencadeadas pela decisão política em cada caso concreto. Quando falamos da duração, naturalmente não tínhamos em mente nenhum lapso de tempo abstrato, quantitativamente determinável, mas a questão referente a se os novos momentos causais postos em marcha no pôr teleológico, não importando com que grau de consciência isso seja feito, influem efetivamente nas tendências econômicas decisivas que entraram em crise. Portanto, a duração pode proporcionar um critério para uma decisão política somente na medida em que suas consequências atestarem claramente que ela, não importando com que fundamentação ideológica, foi capaz de incidir em certas tendências reais do desenvolvimento social, se e como as cadeias causais desencadeadas por ela influíram efetivamente nesse desenvolvimento. Está claro que, quando maior for a divergência que surgir nesse ponto, tanto menor será a durabilidade contida de modo geral na decisão mesma. (LUKÁCS, 2013, p. 507)

Uma resolução política, qualquer que seja ela, não possui relevância alguma se lhe faltar efetividade. Efetividade, que, na ação política, só se completa na *duração*. Esse é um critério fundamental para indicar se houve repercussão nos sujeitos que participam do processo, num sentido resolutivo em relação à crise, e concomitantemente, um impulso efetivo às forças que atuam por trás dos acontecimentos.

Segundo Lukács (2013, p. 508),

[...] antes de tudo, o que se impõe no processo histórico é o socioeconomicamente necessário, a essência: todas as decisões e todos os atos, sejam eles geniais ou estúpidos, sinceros ou criminosos, só podem influir sobre a essência de modo a acelerá-la ou desviá-la do caminho. [...] E a essência, sendo realidade, jamais pode ser totalmente dissociada do seu ser-propriadamente-assim na realização. A concretude de tais desenvolvimentos resulta, portanto, numa unidade prenhe de contradições da determinidade social objetiva e da influência marcante das pessoas mobilizadas para a atividadesobre o ser-propriadamente-assim da estrutura e dinâmica sociais daí resultantes.

Assim, *eficácia* e *duração* possibilitariam uma correta avaliação da prática política, uma vez que, a partir, não de uma temporalidade abstrata, mas da profundidade da ação, avaliariam se as cadeias causais postas em movimento pela práxis política atingiram objetivos, no aspecto da essência, relacionados ao desenvolvimento social. Todavia, devemos ter clareza que, assim como já foi destacado, o grau de incerteza ante as tomadas de decisões relacionadas ao por teleológico secundário é de uma imprevisibilidade massiva. Assim, a práxis política possui um nível de incerteza muito alto, sobretudo por se tratar de elementos político-ideológicos, sendo possível avaliar eficácia e duração somente *post festum*.

O que num primeiro momento pode parecer uma profunda abstração, um diletantismo infindo, é trazido de forma bastante concreta quando Lukács ressalta a necessidade de se incidir no ser social, uma vez que o homem, enquanto ser que responde, nunca está independente do contexto que a história lhe coloca, da mesma forma que “o movimento social que se tornou objetivo jamais pode se tornar independente de sua gênese humano – social, político – moral” (LUKÁCS, 2013, p. 509). Acerca do efeito duradouro das decisões políticas, ou seja, da perspectiva de ação do elo mais próximo da corrente, conforme já destacado, em relação à contribuição de Lenin,

[...] reproduz-se simultaneamente a igualdade e a diversidade dos dois grandes grupos de pores teleológicos. A igualdade baseia-se em que, tanto no metabolismo com a natureza como na influência dos pores teleológicos de outras pessoas, o pôr só pode se tornar efetivo quando põe em marcha pessoas, forças etc. reais como seu objeto intencional. Correspondendo à diferença entre os dois tipos de pores teleológicos, o coeficiente de incerteza, como sabemos, não só é bem maior no segundo grupo, como também de uma grandeza que reverte para o plano qualitativo. Essa diferença, contudo, não anula o fundamento ontológico comum recém-determinado: a necessidade de incidir no ser. Todavia, isso é válido só dentro de certos limites, inclusive no metabolismo com a natureza: por um lado, um pôr jamais poderá ser efetuado com o conhecimento pleno e adequado de todos os momentos do seu surgimento; por outro lado, essa exigência se restringe sempre ao fim imediato do trabalho. (LUKÁCS, 2013, p.509-10)

Isso comprova que o não conhecido é incomparavelmente maior quando pensamos em decisões políticas, e ainda, o mais interessante é que há uma peculiaridade qualitativa na diferença, uma vez que na relação com a natureza, as legalidades fundamentais do objeto apenas podem ser conhecidas, enquanto “o desenvolvimento social, justamente em virtude dessa exigência¹², é capaz de produzir a partir de si mesmo novas formas, novas legalidades”.

¹² Em nota do texto original há a seguinte ressalva: “Presume-se aqui um lapso ortográfico pelo qual o termo ‘Förderung’ [promoção, fomento] substitui o termo ‘Forderung’ [exigência] da frase anterior, à qual alude”. (N.T.)

(LUKÁCS, 2013, p. 510). A decisão política, pensada como resposta para um caso específico, um contexto de crise, por exemplo, pode dar vida a outras determinações legais totalmente novas. Entretanto, deve-se ressaltar que mesmo havendo toda uma incerteza diante da práxis política, existem elementos que contribuem para seu acerto, já que não agimos numa incerteza incompleta, entendendo que

[...] isso naturalmente não quer dizer que seja impossível acertar as verdadeiras tendências do desenvolvimento com as decisões políticas e, desse modo, conferir às suas consequências efeitos duradouros; o que não se pode esquecer, nesse tocante, é que um desenvolvimento político nunca poderá ter o curso imanentemente coeso de um pôr do trabalho, que as contradições que se manifestam durante a realização exigem, muito antes, novas decisões, para cuja constituição nem as decisões originalmente corretas são capazes de oferecer qualquer garantia. Assim, a duração do efeito de fato constitui um critério da correção social dos pores políticos, mas não um critério que se pudesse conhecer racionalmente de antemão. Só a história pode propiciar um juízo válido sobre ele – sempre *post festum*. (LUKÁCS, 2013, p.510)

Ainda sobre a diferenciação entre política e trabalho, é impossível que a política, pensada como forma de enfrentar e resolver conflitos referentes ao conjunto da sociedade, não consiga compor modelos do tipo que o trabalho produz em seu desenvolvimento. Para Lukács, “a continuidade incontornavelmente única já contida no fato do enfrentamento e resolução como tarefa não permite que surja esse tipo de generalidade abstrata” (LUKÁCS, 2013, p. 512). Pensando que as formas de enfrentamento e resolução dos conflitos encontram-se no âmbito da unidade essência e fenômeno, considerando que sua forma de resolução imediata ser a “apreensão do próximo elo sempre concreto da corrente” (LUKÁCS, 2013, p. 512), aponta um contingente muito mais de limites de uma política “em geral” do que o da produção em geral, ou seja, evidentes diferenças entre política e trabalho. Lukács salienta que, “onde se disseram coisas profundas e geniais sobre a política, como em Maquiavel, o que foi dito possui um caráter essencialmente concreto, a generalidade tem um cunho mais de parábola que de abstração¹³” (LUKÁCS, 2013, p. 513).

Sem adentrar em mais questões sobre as diferenças qualitativas resultantes dessa análise na estrutura e dinâmica da práxis política, - pois mesmo Lukács já apontou que além de trabalhoso, essa tarefa é deveras complexa, mas futuramente necessária, -, tomamos como

¹³ Em nota de rodapé, Lukács esclarece que: “Um complexo de problemas bem diferente é constituído pela investigação das conexões dinâmicas entre práxis política e outras espécies de comportamento prático, como costume, tradição, religião, moral, ética etc. Também nesse caso requer-se a maior cautela crítica possível em relação a toda e qualquer abstração. Essas questões também só poderão se tratadas concretamente na Ética” (LUKÁCS, 2013, p.513). Apesar de alguns debates propostos nesse trabalho perpassarem discussões presentes também nas elaborações acerca da Ética, não nos ateremos em elucidacões mais profundas sobre isso.

referência que as características dessas diferenças qualitativas são (e sempre foram) determinadas de modos diversos pelo que Marx chamou de a estrutura econômica de uma sociedade. Esse seria o ponto universalmente obrigatório para a práxis política, já como algo “qualitativamente peculiar, que nunca se deixará deduzir do conceito abstrato da ‘política’” (LUKÁCS, 2013, p. 513). Para Lukács, “somente dentro do campo de ação dado nesses termos podem se explicitar os conflitos concretos a serem enfrentados e resolvidos politicamente, sendo que o como do enfrentamento e suas consequências causais se defrontam com esse ser-propriadamente-*assim* concreto novamente de modo concreto em uma determinação impregnada de causalidades” (LUKÁCS, 2013, p. 513). Assim, o que realmente é importante, num primeiro momento, é a compreensão do campo de ação do ser-propriadamente-*assim*.

Assim, é possível constar que quando há alguma mudança na estrutura sócio-econômica da sociedade, muda-se também – e mais rápida e lentamente – os elementos constitutivos do complexo político, novos conteúdos surgem, sem que com isso os princípios se alterem. Mudanças da estrutura trazem relações novas para a práxis, “que se estendem do tipo social do político e seus seguidores até cada objetivo concreto da ação e o método usado para alcançá-lo” (LUKÁCS, 2013, p. 515).

A relevância dessa discussão implica em demonstrar como podem ser profundas as determinações objetivas da práxis política nas diferentes formações econômicas, como as diferenças produzidas nessas formações implicam na ideologia, derivando de constituições qualitativamente distintas do próprio ser social.

Pensando nos aspectos subjetivos dos conflitos sociais, Lukács ressalta que “o campo de ação real em que aparece o fator subjetivo sempre está circunscrito pelo desenvolvimento socioeconômico” (LUKÁCS, 2013, p. 518), e ainda, que mesmo nesse aspecto é válido ressaltar que o homem é um ser que responde, respostas formuladas a partir de situações objetivas. Sobre separar fator subjetivo de objetivo, deve-se “ao fato de toda pergunta só se tornar uma pergunta autêntica mediante a sua formulação que leva a uma resposta e não se restringe a um estado eventualmente difícil de suportar, mas que o conteúdo, a direção, a intensidade etc. da resposta posso adquirir significado decisivo para o resultado do enfrentamento dos problemas ocasionados pelo desenvolvimento objetivo” (LUKÁCS, 2013, p. 518-9).

A formação das ideias não pode partir do entendimento de que os homens simplesmente estariam sendo submetidos a um poder exterior. Tem-se que, “o ser social daí

resultante produz base natural da vida para a média das pessoas e suas ideias, em essência, nada mais ao que tentativas de tomar consciência de sua própria existência pessoal” (LUKÁCS, 2013, p. 520).

Em estágios desenvolvidos da divisão social do trabalho, surgem necessariamente diferenças ideológicas, que podem passar para um segundo plano em momentos de crises que colocam em questionamento as classes dominantes e sua reprodução no âmbito do modo de vida. Lukács ressalta que “a ideologia, mesmo sendo também uma forma de consciência, de modo algum é pura e simplesmente idêntica à consciência da realidade” (LUKÁCS, 2013, p.520). Para ele, ideologia se relaciona com a práxis e é inerente aos conflitos sociais, sendo assim, se direciona para uma realidade a ser modificada. Acerca da práxis, sua peculiaridade consiste em que “é sempre orientada socialmente, isto é, a síntese abstrativa de grupos de fenômenos cujo elemento comum consiste, sobretudo, em que podem ser mantidos, modificados ou rejeitados em seu conjunto” (LUKÁCS, 2013, p. 520).

O resultado disso é que, como já orientava Marx, nos momentos de crise social, os mais ferrenhos dos críticos de sua própria existência de classe, costumam posicionar-se a favor dessa classe. Da mesma forma, Marx afirma que “a existência de ideias revolucionárias numa determinada época pressupõe desde já a existência de uma classe revolucionária” (MARX *apud* LUKÁCS, 2013, p. 520).

A ênfase na “classe revolucionária” ocorre, pois, essa classe desenvolveu uma ideologia revolucionária vislumbrando o futuro, em momento algum almejando restaurar elementos do passado.

Ressaltar as classes revolucionárias é entoar a máxima marxiana da divisão entre classes, uma classe que confronta a classe que no momento domina. A luta de classe contra classe é eminentemente uma luta política. Desse modo,

[...] a luta imediata, na qual está em jogo o mais – valor, é inserida no grande complexo da sociedade como um todo; a sua politização comporta um direcionamento para a totalidade do ser social que visa a mudanças práticas, cujos meios espirituais só podem ser generalizações das determinações sociais, porque só através de mediações dessa espécie os movimentos espontâneos de insatisfação conseguem transformar em atos políticos que, sob certas circunstâncias, podem ser sintetizados numa ação revolucionária. (LUKÁCS, 2013, p.521)

Ação revolucionária que, inflamada no indivíduo por estímulos intelectuais e emocionais, constitui o meio pelo qual a práxis política extrapola o imediato da classe e se transforma num movimento universal de ordem social.

Os determinantes da práxis política, quando analisamos o elemento ideológico nas situações revolucionárias, são trazidos com excelência por Lenin, que ao estudar Marx, o generaliza, aplicando suas constatações à luta de classes do cotidiano e buscando encontrar a sua essência a partir das funções que desempenha nesta luta cotidiana. Assim como Marx, Lenin não restringe luta de classes unicamente ao imediato oposto entre burguesia e proletariado. Segundo ele, essa distinção faria surgir no proletariado uma consciência apenas sindicalista espontânea. No mesmo sentido que Marx, para ele a verdadeira luta de classes, a legítima consciência proletária só advém quando se expressa de modo consciente a prioridade da dimensão política. Esse é o motivo para que aja, ao lado de uma organização dos trabalhadores, uma organização dos revolucionários.

Ainda sobre a organização dos revolucionários, para Lenin a distinção entre intelectuais e trabalhadores deve desaparecer. Também acreditando que Lenin generalizava as últimas constatações marxianas presentes no *Manifesto*, Lukács aponta que,

O fator subjetivo da história consegue desenvolver todo o seu potencial para o enfrentamento e a resolução dos conflitos só quando, por um lado, a insatisfação meramente imediata com as condições sociais dadas, a oposição contra elas, chega também teoricamente à negação da sua totalidade e quando, por outro lado, a fundamentação daí resultante não permanece só como mera crítica da totalidade existente, mas também se torna capaz de converter em práxis as concepções assim obtidas, ou seja, de elevar a noção teórica à condição de práxis eficaz da ideologia. (LUKÁCS, 2013, p. 523)

Marx, de forma bastante contundente também escreve sobre isso:

É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se converte em poder material quando penetra as massas. A teoria é capaz de se apossar das massas logo que se demonstra *ad hominem*, e demonstra-se *ad hominem* logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem. (MARX, 2005, p. 151)

Esse é o momento decisivo em que os pores teleológicos têm seu significado prático, evidenciando que só o seu ser e a sua essência possuem caráter ideológico. A teleologia não tem a ver com os atos políticos, processos sociais ou fenômenos deles decorrentes. Lenin, discorrendo sobre os elementos subjetivos no contexto de suas possibilidades históricas, fala da comum exacerbação do conflito político, das condições de uma situação revolucionária, quando uma determinada classe não quer mais a antiga ordem e a classe dominante não tem mais meios de garantir a condição atual. Lukács analisa essa passagem da seguinte forma:

[...] o antagonismo entre querer e poder expressa, sobretudo, o modo antagônico da práxis política em seus dois polos, no sentido de que, para a classe dominante, basta a reprodução normal e até a reprodução não tão anormal da vida para manter o *status quo*, ao passo que, para os oprimidos, faz-se necessário um ato enérgico e unitário da vontade, ou seja, uma autêntica atividade. Por essa via, está determinada a função decisiva do fato subjetivo no processo de transformação das formações da sociedade. (LUKÁCS, 2013, p. 523-24)

Das elaborações de Lenin, duas importantes evidências se mostram para Lukács. A primeira parte do pressuposto de que nenhuma dominação cai por si só. Politicamente não há situações sem saída e não é possível uma solução que seja automaticamente favorável. As grandes transformações não são movimentos mecânicos decorrentes do desenvolvimento das forças produtivas e seus desdobramentos para toda a sociedade. A segunda é o aspecto positivo dessa primeira elaboração negativa, sendo ela a dimensão fascinante da atividade transformadora, da práxis revolucionária. Influenciado por Lenin, Lukács afirma que, “a grande lição histórico-mundial das revoluções é que o ser social não só se modifica, mas reiteradamente é modificado” (LUKÁCS, 2013, p. 524), e completa: “o desenvolvimento econômico pode até criar condições objetivamente revolucionárias, mas ele de modo algum produz simultaneamente em conexão obrigatória com elas o fator subjetivo fática e praticamente decisivo” (LUKÁCS, 2013, p. 524).

A singularidade de cada circunstância deve ser analisada com cautela, uma vez que os mesmos acontecimentos sociais influem de forma diferente em cada indivíduo, e cada reação individual parte de uma pré-história causal concreta, com conexões de ordem totalmente diferentes das relações entre fatores econômicos.

Escolher uma alternativa entre várias alternativas também foi objeto de observação de Lenin. Segundo Lukács,

[...] na véspera da decisão de novembro, [Lenin] concordou que estavam dadas as condições subjetivas para a revolta armada, ele constatou simultaneamente, sem otimismo, que havia parcelas das massas oprimidas que, em seu desespero imediato, aparentemente sem saída, foram parar na esfera de influência da reação mais extremada, e elucidou, com serena objetividade, por que isso teve de acontecer dessa maneira. Em outra passagem, ele enumera uma série de situações revolucionárias que acabaram não levando a revoluções, foi o caso da década de 1860 na Alemanha, dos anos 1859 – 1861 e 1879 – 1880 na Rússia. (LUKÁCS, 2013, p. 524-25)

Isso pode ser visto nas palavras do próprio Lenin,

E por quê? Porque a revolução não surge em toda situação revolucionária, mas somente nos casos em que todas as alterações objetivas acima enumeradas vem juntar-se a uma alteração subjetiva, a saber: a capacidade, no que respeita à

classe revolucionária, de conduzir ações revolucionárias de massa suficientemente vigorosas para quebrar completamente (ou parcialmente) o antigo governo, que não cairá jamais, mesmo em época de crise, sem ser derrubado'. Essa é a concepção marxista da revolução, (...) foi confirmada com um particular realce pela experiência de 1905. (LENIN, 1979, p. 28-29)

Nesse sentido, não se espera uma resposta “mágica” de um ser com capacidade mental superior que tomará as melhores decisões. As circunstâncias que fazem com que uma tomada de decisões seja a mais acertada até são possíveis, mas só podem ser apreendidas de modo racional *post festum*. Mais uma vez é importante ressaltar que essa imprevisibilidade em relação à tomada de decisões que envolvem outros pores teleológicos é bastante diferente quando a relação é entre por teleológico e natureza.

Com efeito, trata-se – na escala de massas da sociedade como um todo – da exacerbação elevada ao grau máximo de uma situação da qual há muito já temos ciência, a saber, que as consequências dos pores teleológicos que exercem tal influência sobre outras pessoas, jamais podem atingir a mesma determinidade unívoca, pelo menos no plano imediato, que exercem os pores que, no metabolismo da sociedade com a natureza, estão baseados num conhecimento relativamente correto dos nexos naturais relevantes, porque os pores a que nos referimos aqui estão direcionados para isto: aclarar uma alternativa, dar a entender, sugerir ao homem a decisão desejada. O fato de que, no caso de decisões políticas, sobretudo os fatos econômicos, mas também as consequências, da política anteriormente praticada etc., igualmente influem de modo direto sobre as pessoas, não muda nada de essencial nessa estrutura, tornando, quando muito, os pressupostos, os motivos etc. das revoluções ainda mais intrincados. (LUKÁCS, 2013, p. 525)

Considerando que os seres sociais não agem em espaços socialmente vazios, mas em contextos com tramas sociais concretas, evidentemente suas possibilidades são também concretas. Sem dúvida há uma incerteza em relação ao conhecimento das tendências que influenciam uma escolha, o que, entretanto, não faz dessas tendências algo totalmente impossível de se antever.

O exercício de compreender a essência dos aspectos objetivos de cada situação revolucionária nos mostra que, em seus melhores momentos, as alternativas humano-sociais se simplificam, se reduzem, ou seja, se generalizam. Diferentemente do cotidiano, que possibilita muitas e diversas alternativas, quase sempre descomprometidas, nas decisões da rotina, ou nas palavras de Lukács, “tomada numa atmosfera de um sem-número de ‘se’ e ‘mas’” (LUKÁCS, 2013, p. 526), na situação revolucionária, e até mesmo antes, “essa infinidade ruim de questões singulares isoladas é concentrada em poucas questões centrais, com as quais, no entanto, a maioria das pessoas se depara com problemas atinentes ao destino

de sua própria vida” (LUKÁCS, 2013, p. 526), ou seja, diferentemente do cotidiano, no momento revolucionário é exigido uma resposta clara a uma pergunta clara.

Conforme já trabalhado anteriormente, o “elo mais próximo da corrente” que indica o caminho para sair da crise, considerando os elementos objetivos do cotidiano, pode adquirir “uma voz que apela diretamente para o sujeito” (LUKÁCS, 2013, p. 526). Isso não implica que, no ponto de vista ontológico, não há uma seleção entre as possibilidades de cada ser social. As singularidades permanecem, mas há uma hierarquização do complexo dos problemas reais da sociedade, que podem contribuir para uma generalização.

As novas correntes chamadas a remodelar a sociedade se corporificam em complexos de objetos existentes, que após o decurso da revolução – que ela tenha sido exitosa, quer tenha fracassado – recebem, em novos objetos, em novas formulações dos antigos, um novo ser na nova totalidade do ser. (LUKÁCS, 2013, p.526-27)

Importante ressaltar que em nenhuma sociedade as restaurações advindas de experiências revolucionárias regressaram a condição anterior à revolução. Momentos assim, sem dúvida influenciam as pessoas envolvidas nesse contexto, que, em maior ou menor medida, também são transformadas. Assim,

[...] é justamente nas revoluções que o fato de os próprios homens fazerem sua história adquire sua figura mais desenvolvida, mais adequada. As perguntas centrais formuladas de modo marcante conferem ao “ser que responde” um ímpeto para a estruturação do mundo e, mediada desse modo, para a estruturação de si mesmo, que é impossível que pudesse ter possuído no cotidiano normal, mesmo em união, quanto menos isoladamente. (LUKÁCS, 2013, p.527)

Nos momentos de grandes crises, o movimento pode construir um mundo fenomênico que posteriormente poderá ser o mais adequado para o progresso objetivo da essência. Essa afirmação não pode ser pensada apenas no aspecto econômico, pois mesmo quando há uma grande revolução econômica, considerando a transição de uma formação para outra, é exigido que as formas de atividade humana se adaptem às novas relações de produção. Quando pensamos no processo de adaptação dos homens, compreendendo sua totalidade, isso pode ocorrer de modos antagônicos, de formas muito diferenciadas. A questão fundamental das revoluções é tratada da seguinte forma por Lukács:

Com efeito – e, assim chegamos ao problema ontologicamente fundamental de tais revoluções -, o desenvolvimento forçoso da essência econômica, de cujos conteúdos já se falou repetidamente, de fato possui uma necessidade estrita, sendo o seu curso independente do que pensam e querem os homens, mas ele se encontra numa relação de mera possibilidade com o ser – propriamente – assim

da totalidade da vida social daí resultante, da qual faz parte, antes de tudo, esta vida social enquanto mundo fenomênico. (LUKÁCS, 2013, p. 527)

Pode-se dizer que o desenvolvimento da essência poderá ocorrer em formas fenomênicas diversas, reveladas, tanto por divergências sócio-políticas de sociedades singulares, uma em relação às outras, quanto na constituição dos homens que nelas se desenvolvem como diversidade de sua essência pessoal.

De conjunto, o que deve ser apreendido é que, o desenvolvimento da essência (e isso não deve ser visto como um movimento mecânico) leva à crise, que desencadeia ações dos homens, que, por meio dessas ações, acabam também se transformando.

Sob este ponto de vista, tentaremos, no correr do trabalho, materializar as elaborações lukacsianas no estudo dos processos teleológicos estruturais para as ações coletivas, norteadoras da práxis política, buscando elucidar acerca do complexo de ideais existentes no *partido*, entendido por nós, como o principal instrumento de universalização das lutas sociais.

Todavia, no cenário capitalista contemporâneo, essa ferramenta vem sendo esquecida, preterida propositalmente do cenário político nas últimas décadas. Pela importância que esse tema tem dentro da tradição marxista, acreditamos que um dos maiores desafios é atualizar as ideias clássicas sobre essa questão.

Assim, no próximo capítulo, trouxemos alguns escritos importantes no campo da tradição marxiana e engelsiana, além das imprescindíveis contribuições de Lênin, autor normalmente renegado ou mal lido na academia, acerca do *partido*, referencial que acreditamos ser suficiente para justificar nossa opção em analisar partidos políticos e não movimentos sociais do campo, organizações sociais, movimentos sociais que lutam por direitos ou pseudo-organizações sociais de interesses múltiplos. Sem a pretensão de fechar uma concepção única sobre o partido, mas objetivando demonstrar quais foram nossos alicerces teóricos e a importância de se remeter aos clássicos para entender o presente, buscamos expor no próximo capítulo algumas teorizações que acreditamos ser de profundo valor na compreensão deste trabalho.

Além disso, é inegável que a discussão sobre o partido acarreta, conseqüentemente, uma apreensão fundamental para o desenvolvimento do nosso estudo no campo da práxis política, sobretudo considerando que essa contribuição virá dos clássicos do marxismo. Apreender a realidade articulando as considerações de Marx, Engels, Lukács e Lênin, possibilita conexões essenciais para a interpretação da dinâmica atual da luta de classes.

2.PARTIDO REVOLUCIONÁRIO E PRÁXIS POLÍTICA NOS CLÁSSICOS DO MARXISMO

*Cada passo do movimento real
é mais importante que uma dúzia de programas*

Karl Marx

Num contexto de crise das representações políticas, criminalização dos movimentos sociais edescrédito com as instâncias de representação coletiva, o *Partido* vive um dos piores momentos de toda história política, sobretudo no Brasil. Marcas contemporâneas das contradições ideológicas, sobretudo de campos historicamente posicionados à esquerda, contribuem enormemente para isso, muito embora esse fenômeno seja mais profundo. Nesse enredo, debater a relevância do *Partido Político* não se coloca como uma tarefa das mais fáceis, principalmente quando se questiona a validade dessa ferramenta na organização da classe trabalhadora.

Sabidamente, com o fim da antiga URSS¹⁴, criou-se um quadro adverso extremamente hostil para projetos alternativos de sociedade. No campo dos projetos socialistas, a situação é deveras dificultosa nos dias atuais. No momento histórico em que se proclama a vitória do capitalismo - e suas formas ideológicas absorvem subjetivamente todas as classes sociais -,no campo teórico, o que se chamou de “Pós-Modernidade” alicia as Ciências Sociais para o fim da história e para "a fragmentação crescente, diversificação de relações e experiências sociais, pluralidade de estilos de vida e multiplicação de identidades pessoais" (WOOD, 2003, p. 220), características de um mundo Pós-moderno, onde antigas certezas já não existem mais, sendo substituídas por diversidades. Conceitos como os de classe foram substituídos por "movimentos sociais baseados em outras identidades e contra outras opressões, movimentos relacionados à raça, ao gênero, à etnicidade, à sexualidade, etc.". (WOOD, 2003, p. 220)

O conceito de identidade aparece como uma forma de abranger todas as formas de opressão, desde as de classe e gênero, ou etnia e preferência sexual. Esse conceito seria capaz de superar o reducionismo analítico das teorias que discutem “somente” a classe.

¹⁴Pensamos nesse momento como um marco, apesar de já existir uma crise profunda no movimento comunista mundial após a derrota das primeiras teses de Lênin e o assassinato de Trotsky, além, claro, do nefasto período Stalinista.

Percebe-se que dentro de uma sociedade capitalista, as diversidades não podem ser entendidas fora do contexto da contradição de classe. Desigualdades sexual e racial, não necessariamente são incompatíveis com o capitalismo, diferentemente do antagonismo classista, que para sua superação pressupõe a derrocada do sistema capitalista. Assim,

[...] embora a exploração de classe seja um componente do capitalismo, de uma forma que não se aplica às diferenças sexual e racial, o capitalismo submete todas as relações sociais às suas necessidades. Ele tem condições de cooptar e reforçar desigualdades e opressões que não criou e adaptá-las aos interesses da exploração de classe. (WOOD, 2003, p. 221)

É uma característica do sistema capitalista essa possibilidade de articulação universal das diferentes formas de opressão sem tocar nas relações de classe.

O sistema capitalista, sua unidade totalizadora, foi conceitualmente suprimido pelas concepções difusas de sociedade civil e pela submersão da classe em categorias abrangentes como "identidades" que desagregam o mundo social em realidades particulares e separadas. (WOOD, 2003, p. 222)

A partir de uma negação da lógica totalizadora do capitalismo, reforça-se a diversidade e a fragmentação "pós-moderna", que nada mais é, senão uma faceta do capitalismo contemporâneo, vista sobre uma deformação ideológica brutal. Eis aí o "fetichismo do produto", o triunfo da "sociedade de consumo", marcado pela quantidade de mercadoria e padrões variados de consumo, mascarando os imperativos que criam a diversidade enquanto impõem uma homogeneidade maior e mais global. O que de mais preocupante se revela nessa análise é que o capitalismo, como forma social específica, desaparece, devido à infinidade de fragmentos e "diferenças".

Nessa indefinição sobre o capitalismo, o socialismo torna-se algo confuso, já que, erroneamente, não há capitalismo, e conseqüentemente, não há necessidade de se pensar em socialismo, o que gera uma abertura para conceitos heterogêneos de democracia. Sob essa perspectiva, os conceitos de democracia não significam oposição ao sistema, na verdade, muitas vezes, nem reconhecem o sistema. A luta se concentra fragmentada em opressões e lutas emancipatórias. Ao invés de almejar um projeto socialista num embate direto entre classes, ocorre uma "pluralidade de lutas particulares isoladas que terminam na submissão ao capitalismo". (WOOD, 2003, p. 223)

Num projeto socialista, os "novos movimentos sociais"¹⁵ têm um papel importante, porém,

[...] não devemos confundir respeito pela pluralidade das experiências humanas e das lutas sociais com a dissolução completa da causalidade histórica, em que nada existe além de diversidade, diferença e contingência, nenhuma estrutura unificadora, nenhuma lógica de processo, em que não existe o capitalismo e, portanto, nem a sua negação, nenhum projeto de emancipação humana. (WOOD, 2003, p. 225)

Sendo assim, acreditamos ser fundamental entender a sociedade como uma totalidade concreta, na qual devemos sempre primar pela construção de alternativas para a organização da classe trabalhadora.

A partir dessas constatações, entendemos que as necessidades expostas, ao contrário do que o *senso comum* difunde, abrem possibilidades para se pensar na estratégia do *Partido*. Devemos pensar o *partido* de uma forma nova, mas não extingui-lo da organização dos trabalhadores, pois não há mediação mais adequada para articular de forma substancial luta política e luta econômica, no sentido de instrumentalizar a classe para uma revolução social.

Para isso é necessário que o *Partido* incorpore elementos atuais da luta de classes, expressada por inúmeros movimentos de interesses específicos. O *Partido* deve saber mediar esses interesses com a contradição fundamental da sociedade capitalista, uma sociedade que tem por princípio a exploração entre classes.

Nesse aspecto, corroboramos com Braz, quando aponta como uma possibilidade retomarmos o elemento da centralidade do trabalho¹⁶, sendo que,

[...] nessa perspectiva, trabalha-se com a centralidade da classe [do trabalho] como a mediação que universaliza os seres sociais na sociedade capitalista mesmo diante de sua imensa fragmentação contemporânea. Nesse sentido, pode-se afirmar, [...] que a dissolução contemporânea da centralidade do trabalho (e da classe) é analítica e não ontológica. O desafio consiste na criação de novas formas de organização política que atuem como elementos de mediação que concorram no universo das várias particularidades no sentido de desfragmentá-

¹⁵ Para uma melhor apreensão acerca dos “novos movimentos sociais” ver: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997; LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005; MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

¹⁶ Diferentemente de Gorz (1980) e Offe (1984), que negam a centralidade do trabalho como força social capaz de possibilitar uma alternativa contra-hegemonica à ordem do capital, acreditando na substituição do trabalho pela ciência como principal força produtiva, acreditamos, assim como Antunes (2009) e Organista (2006), na atualidade do trabalho como categoria fundante do ser social, reconhecendo sua maior complexidade, fragmentação e heterogeneização, mas ainda sim, sendo elemento de máxima relevância para à compreensão da sociedade contemporânea.

las, buscando a síntese fundamental que se dá na mediação universal. (BRAZ, 2011, p. 24)

Dessa forma, acreditamos que voltar ao pensamento marxiano e à teoria marxista clássica seja um importante caminho para partidos e toda militância revolucionária dos dias de hoje. A partir disso, talvez seja possível pensar caminhos distintos ao *Partido* no cenário contemporâneo, ou mesmo possibilitar interfaces importantes com elementos contemporâneos das lutas de classes, tal como a necessidade de agregar as diversas pautas específicas do movimento social contemporâneo a uma pauta geral, às especificidades dos movimentos sociais “espontâneos” ou de massas, até então muito presentes na atualidade, ou mesmo se há equívocos frente aos limites da politicidade a partir das táticas e estratégias colocadas no atual cenário político.

De estratégia momentânea, usada por Marx, até protagonista indispensável da revolução social, entendido por Lênin, o *Partido* deve ser estudado mais profundamente. Sendo assim, optamos em recorrer à Marx e Engels para remontar, em seus escritos políticos, quais foram as suas principais referências acerca do *Partido*. Na tradição marxista, escolhemos recorrer aos escritos de Lênin, sobretudo pela forma como aborda o *Partido*, a partir da sua fundamentação teórica, do conhecimento da realidade social em que vai operar, e também da necessária articulação da sua estratégia com as tarefas políticas imediatas.

2.1.O PARTIDO EM MARX E ENGELS

Embora a abordagem esteja longe de um consenso, tentaremos construir, a partir do próprio Marx, Engels e alguns teóricos marxistas que discutiram essa questão, alguns pontos importantes dessa concepção.

Sendo assim, pode-se dizer que para analisar elementos importantes em alguns escritos de Marx sobre o *Partido* necessariamente devemos compreender sua ação na direção do *Comitê de Correspondência de Bruxelas* e na *Liga dos Comunistas*. Nesse período (1846-1848), existiu um contexto novo em relação às fases anteriores de seus escritos políticos, com questões organizacionais até então não colocadas e relações particulares da época em relação às organizações operárias existentes. Para que se clarifique esse movimento da organização para Marx e Engels, abordaremos primeiramente o que foi o *Comitê de Correspondência Comunista*.

Este *Comitê*, fundado em Bruxelas no ano de 1846, pode ser apreendido como a primeira organização política criada por Marx e Engels. Para Löwy, alguns elementos apontam para o entendimento de que o *Comitê* seria o primeiro “*partido marxista*”. Segundo este autor, algumas condições objetivas justificam tal interpretação, sendo elas:

- a) O caráter internacional do projeto: estabelecer contato entre os comunistas europeus; b) A dispersão dos comunistas alemães (intelectuais ou artesãos), objeto imediato do trabalho ideológico e organizacional de Marx e Engels; c) O simples fato de que Bruxelas estava afastada dos grandes centros do movimento operário e comunista. Os objetivos essenciais do comitê eram, de um lado, apressar a formação de um partido comunista organizado na Alemanha e mesmo em escala internacional e, de outro, atrair a vanguarda comunista e operária para as novas concepções de Marx, por meio de um combate teórico intransigente contra o “socialismo verdadeiro”, o socialismo utópico, etc. (LÖWY, 2012, p. 160-161)

Constituído, o *Comitê de Bruxelas* travou intensas disputas com o campo influenciado pelo “socialismo verdadeiro” e também com a influência do “comunismo artesanal”, até então bem fortes no movimento operário alemão. Um episódio importante ocorre quando Marx escreve uma circular contra Kriege, em maio de 1846. HemannKriege fazia parte do grupo que reivindicava o “socialismo verdadeiro” e exercia bastante influência no movimento operário da América do Norte. No conteúdo da circular, Marx se mostra de uma “intransigência radical” para com os pequeno-burgueses alemães que se diziam comunistas. Em contrapartida, também foi possível perceber que Marx era bastante tolerante, além de possuir uma enorme confiança no movimento operário realmente advindo das massas¹⁷.

Posteriormente, esse posicionamento pôde ser visto na consideração que Marx tinha com o *cartismo*, e, em contrapartida, era nítido o tom agressivo demonstrado para com os ideólogos pequeno-burgueses vinculados a esse “socialismo verdadeiro”, em especial à Proudhon. Segundo Löwy, a posição de Marx em relação à *Liga dos Justos* situava-se a meio caminho entre ambos: “na circular, esta é qualificada como ‘liga essênica secreta’, mas a ironia de Marx se volta mais diretamente contra Kriege do que contra a própria liga. Na verdade, segundo o testemunho posterior de Marx e Engels, o trabalho político na direção da liga era um dos principais objetivos do *Comitê de Correspondência Comunista [Bruxelas]*” (LÖWY, 2012, p. 163).

¹⁷ Acerca desse episódio, Löwy completa que: “Marx critica violentamente Krieger por reduzir o comunismo, “movimento histórico e universal [*weltgeschichtlich*]”, a “algumas palavras: amor, ódio, comunismo, egoísmo”, ou à “busca do Espírito Santo e da Santa Comunhão”, pregando, em nome do comunismo, “as velhas fantasias da religião e da filosofia alemã”” (LÖWY, 2012, p. 162).

No diálogo que existiu entre “justos” e marxistas, as questões de Marx não se deram apenas em relação aos equívocos ideológicos da *Liga*, à sua simpatia com o “comunismo sentimental” ou seu caráter artesanal limitado, mas principalmente a sua estrutura organizacional, de certa forma até fechada, que nada correspondia às concepções acerca de uma organização que Marx já esboçava em seus escritos.

Nos debates realizados no sentido de se contrapor à Proudhon e a influência dos “socialistas verdadeiros”, a principal polêmica estava num ponto fulcral: o problema da revolução. Em carta, Engels abordando essa situação: “O essencial era demonstrar a necessidade da revolução violenta e mostrar que o socialismo verdadeiro de Gün, que encontrou novo vigor na panaceia de Proudhon, era antiproletário, pequeno-burguês, artesanal” (ENGELS *apud* LÖWY, 2012, p. 164-165).

Todas as atividades realizadas pelo *Comitê de Correspondência de Bruxelas*, sendo elas, além do trabalho político na direção da *Liga dos Justos*, o contato com diversos grupos comunistas que mantinham relações regulares com Bruxelas, já apontam para elementos considerados fundamentais por Marx para uma organização dos trabalhadores. Segundo Löwy,

[...] esse conjunto fluido e desarticulado já constituía um *partido*? As referências frequentes ao “partido”, encontradas na correspondência entre a Alemanha e Bruxelas, parecem sugerir isso. Por exemplo, Weydemeyer, em suas cartas de 1846 a Marx, fala da “gente do nosso partido”, dos “interesses do partido”, do “dinheiro do partido”, dos “objetivos do partido”, etc. No entanto, numa carta de agosto de 1846, Bernays, ex-jornalista do *Vorwärts*, amigo e discípulo de Marx, refugiado na França, faz uma pergunta angustiada, que mostra o caráter vago e indeterminado desse “partido”: “Mas que somos? Quem constitui o núcleo do nosso partido?”. Por fim, a carta de Marx a Annenkov, em dezembro de 1846, indica que, para ele, o “partido” ainda não era algo organizado e preciso, mas simplesmente a expressão do comunismo alemão enquanto corrente política muito heterogênea e contraditória: “E quanto ao nosso próprio partido, não só ele é pobre, como grande parte do partido comunista alemão me censura, porque me oponho a suas utopias e declamações”. (LÖWY, 2012, p. 165 – 166)

Marx e seus companheiros do *Comitê* tinham o objetivo de transformar o comunismo alemão em algo além de uma simples corrente de ideias, assim como era o “socialismo verdadeiro”, para se constituir em uma organização estruturada e ativa. Em circular do *Comitê de Correspondência* endereçada à G. A. Köttgen, de 15 de junho de 1846, Marx, Engels, Gigot e F. Wolff, apresentam qual a concepção destes para a constituição de um partido comunista. O contexto da carta é referente a uma constatação de que havia a ausência de um *partido* comunista forte e organizado na Alemanha e, respondendo à Köttgen, que sugeria a realização de um congresso, a carta trazia o seguinte teor:

Consideramos que um congresso comunista ainda seria prematuro. Somente quando, em toda a Alemanha, associações estiverem constituídas e tiverem reunido meios de ação é que os delegados das diversas associações poderão se reunir em congresso, com possibilidade de sucesso. Isso não poderá se realizar antes do próximo ano. (MARX; ENGELS *apud* LÖWY, 2012, p. 166)

Para Löwy, o significado desse projeto possui uma evidência clara:

Marx compreende o andamento da construção de um partido comunista como um movimento de *baixo para cima, da base para o cume, da periferia ao centro*. É verdade que esse programa de organização se refere apenas à situação na Alemanha, em 1846, e devemos evitar generalizações precipitadas; ainda assim, esse texto é o primeiro em que Marx encara, em termos concretos e precisos, os problemas da organização do partido comunista alemão e as soluções que propõe não estão em contradição com suas concepções de conjunto sobre a revolução e o comunismo, muito pelo contrário. (LÖWY, 2012, p. 166-167)

Ao que parece, é possível dizer que um dos principais objetivos do *Comitê de Correspondência* era estruturar o comunismo alemão, e não menos importante, deve-se à importância do internacionalismo nessa proposta, pois havia uma forte ligação dessa organização com vanguardas revolucionárias da Europa.

A respeito da *Liga dos Comunistas*, em primeiro lugar, “comunistas” deve-se ao contexto histórico, que naquele momento entendia “socialismo” como uma doutrina burguesa, com referências em reformistas, mas principalmente em ideólogos pequeno-burgueses. Quem se colocava no campo do comunismo almejava destituir a ordem de forma revolucionária e constituir uma sociedade igualitária. Coggiola esclarece que, “o comunismo dessa época originara-se de uma dissidência de extrema esquerda do jacobinismo francês, representado por Gracchus Babeuf e Filippo Buonarroti”. (COGGIOLA, 2011, p. 10)

Antes de ser a *Liga dos Comunistas*, essa organização se chamava *Liga dos Justos*, sendo composta por trabalhadores, em maioria, artesãos alemães exilados, alocados em Londres, Bruxelas e Paris, e em algumas partes da Alemanha. Embora os trabalhadores não estivessem nas modernas fábricas da época, houve uma aproximação com as concepções de Marx e Engels sobre a sociedade capitalista moderna. Coggiola lembra que, “a *Liga dos Justos* trazia em sua bandeira o *slogan* ‘Todos os homens são irmãos!’”. Quando abraçou as concepções de Marx e tornou-se a *Liga dos Comunistas*, adotou o chamado do *Manifesto*: ‘Proletários de todos os países, uni-vos!’” (COGGIOLA, 2011, p. 10).

A *Liga dos Justos*, como federação, era secreta, apesar de suas seções serem legais e atuarem sem nenhuma irregularidade. Na seção alemã, no caso, a Associação de Operários Alemães, havia duas concepções em disputa. Wilhelm Weitling (afastado posteriormente da Associação) acreditava que deveria ser feito propaganda no formato das sociedades

clandestinas de conspiradores. Marx, em contrapartida, exigia o fim da propaganda secreta, transformando as limitadas agitações, até então, quase secretas, em um notável movimento de massas. Sobre isso, Frugoni esclarece que,

[...] por causa do Congresso de Viena surgiu todo esse florescimento de sociedades secretas, que minavam o solo da vida política e social do continente europeu. Na França, como já dissemos, as associações blanquistas eram uma forma de ‘carbonarismo’. A *Liga dos Justos* surgiu da *Liga dos Exilados*. Estes eram intelectuais emigrados de diversas nações. Alguns artesãos que haviam ingressado nessa *Liga dos Exilados* acabaram separando-se dos intelectuais e formando a *Liga dos Justos*. Composta quase exclusivamente por operários, ela logo se tornou socialista, tendência que se desenvolveu por completo com o golpe de força ensaiado pelos blanquistas em 1839, no qual tomaram parte alguns membros da *Liga*. (FRUGONI *apud* COGGIOLA, 2011, p. 11)

Até então, Marx mantinha-se distante das sociedades secretas. Não aderiu à *Liga dos Justos*, apesar de frequentar as suas reuniões e ter simpatia pelos artesãos comunistas, como homens e lutadores. Segundo Coggiola, “entre eles”, Marx escreveu em 1844 que, “a fraternidade não é uma palavra vazia, mas uma realidade, e toda a nobreza da humanidade irradia desses homens endurecidos pelo trabalho” (MARX *apud* COGGIOLA, 2011, p. 12), em que Marx admirava “o gosto pelo estudo, a sede de conhecimentos, a energia moral, a necessidade de desenvolvimento” (MARX *apud* COGGIOLA, 2011, p. 12).

Sem avançar no debate com Proudhon, no movimento *cartista* as aproximações renderam importantes conquistas. Em 1845 o próprio Marx esteve presente em uma reunião, sendo aprovada, por proposição de Engels, uma associação democrática internacional. Entretanto, havia um impasse na relação organizativa de Marx com o movimento *cartista*. Por mais próximos que estivessem, e mesmo havendo uma ala que construísse uma fração comunista no *cartismo*, a constituição de uma estrutura orgânica, um *partido*, era um limite nesse movimento. Harney, um dos dirigentes dessa ala, declarou naquele contexto: “Rejeitamos a ideia de organização de um partido qualquer, ao lado desses já existentes na Inglaterra. Não queremos concorrer com eles, mas unicamente ajudar todos os que se organizaram para a realização da liberdade popular” (ROTHSTEIN *apud* LÖWY, 2012, p. 170). O motivo de tamanha precaução se evidenciou em outro discurso, feito por Jones, outro dirigente do *cartismo*, publicado em 1848:

No momento da criação da União, reinava uma ligeira desconfiança a respeito dos *Fraternal Democrats*; supunha-se que era uma tentativa de substituir o movimento cartista por outro, de criar um partido dentro do partido. Hoje, sabe-se que todo membro dessa união deve ser, antes de tudo, cartista, e ser cartista é

uma condição para ser admitido na união. (ROTHSTEIN *apud* LÖWY, 2012, p. 170)

O que se percebeu posteriormente é que esse debate foi a base concreta para os escritos do *Manifesto Comunista* sobre a relação entre comunistas e partidos operários.

Por forças das circunstâncias, após ser convidado pela *Liga dos Justos*, Marx filia-se a ela em 1847. De imediato foram estabelecidos novos estatutos, constando já no primeiro artigo que: “O fim da Liga é a derrubada da burguesia, o reino do proletariado, a supressão da antiga sociedade burguesa fundada no antagonismo de classes e o estabelecimento de uma nova sociedade sem classes e sem propriedade privada”.

Visando tornar-se mais democrática, a *Liga* reorganizou-se, sendo Marx e Engels os responsáveis por suprimir tudo o que tendia a alguma “superstição autoritária”. Foram extirpados todos os métodos relacionados a conspiração e autoritarismo da direção, centrando as atividades da *Liga* na propaganda pública. Por conta disso, foi aprovada a publicação de uma revista (*Revista Comunista*), sendo publicado um único número em 1847. Entretanto, o mais importante dessa publicação é que marca a substituição do antigo lema: “Todos os homens são irmãos”, para aquele indicado por Engels e Marx: “Proletários de todos os países, uni-vos”.

Assim chegava ao fim do processo evolutivo que havia conduzido a Liga desde o comunismo idealista dos artesãos alemães ou o comunismo “filosófico e sentimental” de Weitling; desde ‘a mescla de socialismo ou comunismo franco-inglês e de filosofia alemã que constituía a doutrina secreta da Liga’, segundo as palavras do próprio Marx, a “uma observação científica da estrutura econômica da sociedade burguesa, único fundamento teórico sólido” para substituir a aspiração de realizar “um sistema utópico qualquer, por uma participação consciente no processo histórico da revolução que se cumpria sob os nossos narizes”. (COGGIOLA, 2011, p. 12)

Não foi simples a passagem das “comunidades secretas” para as sociedades operárias comunistas. Andreas aponta que,

[...] a Liga dos Justos devia alguns traços de sua organização secreta [como o conceito de comunismo] às sociedades secretas neobabeufistas, com as quais as comunas da Liga em Paris tinham estreitas relações. Os membros da Liga estavam obrigados a difundir os princípios, fazer novos recrutamentos, fundar associações oficiais de operários e artesãos (...) Foi somente nos grandes centros da Liga, em Paris e Londres, e mais tarde em Genebra, que as comunas tiveram uma existência e uma atividade contínuas, apoiando-se sempre em associações operárias paralelas. (ANDREAS *apud* COGGIOLA, 2011, p. 13)

Na Inglaterra esse movimento foi mais evidente, uma vez que lá havia um desenvolvimento industrial maior e a atividade da classe operária era considerada mais aberta. Em 1939, os *cartistas* realizaram a Convenção Geral das Classes Operárias da Grã-Bretanha, sendo esse o primeiro parlamento operário, para discutir a organização de uma greve geral para se conquistar o poder, sendo perceptível, nesse exemplo, como se amplia a visão política dos *Justos*. Andreas também afirma que:

[...] existia aí uma classe operária nascida da fábrica, que fazia valer suas reivindicações por meio do poderoso movimento *cartista*; havia liberdade de reunião e de associação; havia, além dos numerosos operários e artesãos de todos os países europeus, exilados políticos franceses, alemães, italianos e poloneses de todas as opiniões. [A Liga tinha] apesar do elemento germânico ser fortemente preponderante, um caráter internacional. (ANDREAS *apud* COGGIOLA, 2011, p. 13)

Em paralelo, um segundo momento também ocorria:

[...] enquanto a antiga desconfiança em relação aos “intelectuais” começava a desaparecer entre os operários e seus representantes, e “o proletariado ia buscar suas armas intelectuais na filosofia”, os filósofos descobriam nos operários, nesses “bárbaros” de nossa sociedade civilizada, o “elemento prático da emancipação do homem”. Depois da rebelião dos tecelões da Silésia, em junho de 1844, Marx declarava no *Vorwärts* que a Alemanha não poderia “encontrar o elemento ativo de sua liberação, senão no proletariado. (ANDREAS *apud* COGGIOLA, 2011, p. 13)

Por entender o proletariado como o sujeito revolucionário, a passagem no *Manifesto*¹⁸ referente à relação dos comunistas diante dos outros partidos operários é elucidada da seguinte maneira:

[...] ela era ditada pelo estado do movimento operário na época, particularmente na Inglaterra. Os *cartistas* que haviam ingressado na Liga o fizeram com a condição de que pudessem manter sua ligação com o partido. O seu intuito era organizar uma espécie de núcleo comunista no cartismo, para ali expandir o programa e os objetivos dos comunistas. (RIAZANOV, 1970, p. 79)

Sem dúvida que o movimento *cartista* tem importante influência para o surgimento do “comunismo operário”. Já havia algum tempo que esse movimento avançava nas concepções sindicais e ousava também ações políticas.

¹⁸ Riazanov interpreta o conteúdo das páginas 68-69 do Manifesto Comunista: (MARX; ENGELS, 2011, p. 68-69).

Em janeiro de 1792, oito homens criaram a *London Corresponding Society*, que organizou em grupos de trinta membros, baseada em uma contribuição financeira acessível aos operários. No final desse ano, a sociedade contava já com três mil membros. Seus objetivos: sufrágio universal, igualdade de representação, Parlamento honesto, fim dos abusos contra os cidadãos humildes, fim das pensões outorgadas pelo Parlamento aos membros das classes dirigentes, menor jornada de trabalho, diminuição dos impostos e entrega das terras comunais aos camponeses. Na mesma época, o livro de Tom Paine, *Os Direitos do Homem*, defendia a Revolução Francesa e a Independência americana, atacando a monarquia inglesa em favor do republicanismo. Publicado em inglês, céltico e gaélico, vendeu cerca de duzentos mil exemplares na Grã-Bretanha e se transformou no “manual universal do movimento operário”. (COGGIOLA, 2011, p. 14)

Consta que em 1795, com a prisão de seus membros, essa sociedade não resistiu. Sua organização antecedeu a primeira grande organização política operária, também conhecida como o cartismo inglês. O cartismo se baseou na Carta do Povo, de 1838, cujos principais pontos reivindicavam: voto universal e secreto, abolição da qualificação (voto por nível de renda), pagamento aos membros do Parlamento (permitindo o ingresso nele de trabalhadores), nivelção dos distritos eleitorais e parlamentos anuais (controle mais efetivo e revogabilidade dos representantes).

Levantando essas bandeiras, baseadas em um programa democrático, o cartismo conseguiu organizar uma boa parte do movimento operário, agitando manifestações de massa e até uma greve geral em 1842. Nessa greve, cujos registros históricos apontam para a adesão de um número de mais de 50 mil operários, inauguraram a prática dos “piquetes móveis”, que depois ficou conhecido mundialmente. No ano de 1848, o movimento *cartista*, em sua última grande agitação, acaba por conquistar a jornada de trabalho de 10 horas diárias, marcando essa conquista como a primeira grande vitória de um movimento operário político. Entretanto, em 1848, o movimento *cartista* foi derrotado e ruiu. Apesar disso, “a sua importância histórica pode ser medida pelo fato de ter lançado e de ter dado uma base de massas a duas reivindicações centrais do operariado, que teriam influência decisiva na estruturação contemporânea da sociedade inglesa, e das sociedades capitalistas em geral: a) a redução da jornada de trabalho; b) o sufrágio universal e secreto” (COGGIOLA, 2011, p. 15).

Além da experiência *cartista*¹⁹, que acabou por se dividir em dois grupos (em linhas gerais, reformistas e revolucionários), outras pessoas também se destacaram nas elaborações sobre o movimento operário e seus rumos nesse período. No campo do reformismo, podemos destacar os franceses Proudhon (já citado anteriormente) e Louis Blanc, autores com os quais

¹⁹ Para maiores informações sobre os caminhos do movimento operário nesse momento histórico, ver Abendroth, W. **História Social Del Movimiento Obrero Europeo**. Barcelona: Laia, 1978.

não nos aprofundaremos, apesar da importância histórica que suas ideias possuíram na época. Para este trabalho nossa atenção ficará no campo dos revolucionários, que por almejam revoluções democráticas radicais, ficaram conhecidos também como “comunistas”.

Pesquisando sobre a origem desse grupo “comunista”, em especial nas incursões contra as aristocracias, Engels assinala que,

[...] na época da Reforma e das guerras camponesas na Alemanha, a tendência dos anabatistas e de Thomas Münzer; na grande revolução inglesa, os *levellers*; e, na grande Revolução Francesa, Babeuf. E esses levantes revolucionários de uma classe incipiente são acompanhados, por sua vez, pelas correspondentes manifestações teóricas: nos séculos XVI e XVII, surgem as descrições utópicas de um regime ideal de sociedade; no século XVIII, teorias já declaradamente comunistas, como as de Morelly e Mably. A reivindicação da igualdade não se limitava aos direitos políticos, mas também às condições sociais de vida de cada indivíduo. Já não se tinha em mira abolir apenas os privilégios de classe, mas acabar com as próprias diferenças de classe. (ENGELS *apud* COGGIOLA, 2011, p. 17)

Para Coggiola, Marx viu nesta tendência “o partido comunista verdadeiramente atuante”. Importante lembrar que, mesmo antes do *Manifesto*, Engels já respondera a pergunta “o que é comunismo?” da seguinte forma: “o comunismo é o conjunto de teorias sobre as condições de libertação do proletariado” (ENGELS, 2007, p. 13), em posição diferente a o que se entendia como socialismo:

[...] que deve seu nome à palavra latina *socialis*. Ocupa-se da organização da sociedade e das relações entre os homens. Mas não estabelece nenhum sistema novo: sua ocupação principal é consertar o velho edifício, esconder as suas fissuras, obra do tempo. No máximo, como os fourieristas, pretendem construir um sistema novo acima dos velhos e podres alicerces do chamado capitalismo. (ENGELS *apud* COGGIOLA, 2011, p. 18)

Outro momento, no mínimo interessante, mostra Marx, em 1842, então diretor da *Rheinische Zeitung* (“Gazeta Renana”), bastante lúcido em relação aos limites que a Gazeta Renana possuía naquele momento, e respondendo da seguinte forma um jornal alemão (*Augsburger*) que polemiza contra o comunismo:

A Gazeta Renana (*Rheinische Zeitung*), que não pode sequer atribuir uma realidade teórica às ideias comunistas em sua atual forma, e muito menos desejar ou considerar possível a sua realização prática, submeterá essas ideias a uma crítica severa. Se o *Augsburger* quisesse e pudesse produzir mais do que frases escorregadias, ele perceberia que escritos como os de Leroux, Considérant, e, sobretudo o trabalho penetrante de Proudhon, só podem ser criticados depois de longa e profundamente estudados, e não por meio de noções passageiras e superficiais... Devido a esse desacordo, temos que considerar com toda seriedade

esses trabalhos teóricos. Estamos firmemente convencidos de que o verdadeiro problema reside não no esforço prático, mas na explicação teórica das ideias comunistas. Tentativas práticas perigosas, mesmo que realizadas em larga escala, podem ser derrubadas de um só golpe, mas as ideias conquistadas pela inteligência, incorporadas em nossa perspectiva forjadas em nossa consciência²⁰, são amarras das quais não nos livramos sem partir nossos corações; são demônios que superamos apenas quando a eles nos submetemos. (MARX *apud* RIAZANOV, 1970, p. 37)

Na década de 1840, Marx e Engels já influenciavam uma parte das direções tidas como mais progressivas do movimento *cartista*. Entretanto, segundo Coggiola, não é possível afirmar que “quando o *Manifesto* assimila a ‘constituição do proletariado como classe dominante’ à ‘conquista da democracia’, Marx ‘se refere a uma democracia proletária, oposta à democracia burguesa’. Isto não é verdade: em meados da década de 1840, a ‘democracia’ era o movimento geral de luta contra o *status quo* monárquico-aristocrático prevalecente” (COGGIOLA, 2011, p. 21). Assim, eles proporcionavam pela primeira vez ao movimento operário uma leitura real e mais aprofundada sobre o seu tempo. Marx e Engels foram,

[...] os primeiros democratas que se libertaram completamente dessas ilusões e do gosto pelas experiências abstratas. Compreendiam seu tempo porque se apropriaram de tudo o que pensadores da burguesia tinham a dizer de sua própria classe. Os economistas ingleses e os filósofos alemães haviam compreendido perfeitamente a essência da sociedade burguesa moderna. Marx e Engels, ao colocarem as doutrinas de Ricardo e de Hegel a serviço da revolução democrática, descobriam os fundamentos teóricos dos quais careciam Louis Blanc, O’Connor e Mazzini. (ROSENBERG *apud* COGGIOLA, 2011, p. 22)

Nesse sentido, é inegável que a contribuição de Marx e Engels traz novos elementos ao comunismo já existente. Acerca da dimensão ilusória da democracia burguesa, o *Manifesto* traz como positivo a superação da natureza não democrática do Estado constitucional: “[...] a primeira fase da revolução operária é o advento do proletariado como classe dominante, a conquista da democracia”. Deve-se lembrar que democracia e domínio político da burguesia são incompatíveis, inexistindo “Estado democrático sob hegemonia burguesa”. Corroboramos com Coggiola, quando esse lembra que, “[...] a ‘conquista da democracia’ exige, portanto, uma *revolução*, cujo primeiro passo é, como em toda a revolução, a destruição da máquina repressiva que é a essência do antigo regime de exploração, sem o que a democracia não passa de uma fachada da ditadura da classe explorada” (COGGIOLA, 2011, p. 22).

²⁰ Nesse período Marx ainda era bastante influenciado pelo pensamento de Hegel.

Dessa forma, percebe-se como democracia e comunismo não são iguais. Também no *Manifesto*, Marx e Engels, frustram os que acreditavam que os fundamentos dos antagonismos de classe estavam na desigualdade política, grupo que via no decreto do governo revolucionário²¹, em 1848, sobre o sufrágio universal, o fim das classes. Coggiola esclarece que,

[...] a ideia da universalidade atemporal de uma forma política (a democracia), apresentada como própria de Marx, nada tem a ver com este. Certamente, Marx e Engels não desprezavam a luta pelo sufrágio universal, ainda que sob domínio burguês, da mesma maneira que não desprezavam a luta por aumentos salariais ou pela redução da jornada de trabalho em nome da abolição do trabalho assalariado. O primeiro partido operário independente, o movimento *cartista* inglês, tinha surgido justamente da luta pela extensão do direito do sufrágio. (COGGIOLA, 2011, p. 23)

O que se deve ter claro é que Marx e Engels entendiam haver um caráter revolucionário nessa luta, que por menores que fossem as reivindicações, levariam necessariamente a um importante enfrentamento entre burguesia e proletariado. Não por acaso, Marx valoriza a conquista da jornada de 10 horas na Inglaterra, em 1847, como “a primeira vitória da economia política do proletariado”. As lutas ocorridas na França, em 1848, mostraram muito sobre a relação contraditória entre burguesia e proletariado, que na sua simples reivindicação do direito ao trabalho, constituindo a Comissão de Luxemburgo, - possuidora de limites nítidos -, fez Marx afirmar que, “a esta criação dos operários de Paris cabe o mérito de ter revelado do alto de uma tribuna europeia o segredo da revolução do século XIX: a emancipação do proletariado” (MARX *apud* COGGIOLA, 2011, p. 23).

Pode-se considerar que até as revoluções de 1848 os comunistas lutavam lado a lado com o campo que reivindicava a “democracia” contra a reação feudal e monárquica. Isso pôde ser visto no *Manifesto*, quando Marx escreveu que, “[...] os comunistas trabalham pela união e entendimento dos partidos democráticos de todos os países” (MARX; ENGELS, 2011, p. 69). Nesse período a democracia revolucionária ainda movimentava suas bandeiras em torno de pautas contra a aristocracia e por um governo independente das massas populares, sem, com isso, reduzir suas lutas para uma democracia formal, aspirando apenas direitos ligados ao sufrágio universal.

Com o eminente desenvolvimento revolucionário do proletariado, a burguesia democrática acabou traindo o movimento. Na prática, com a derrota da revolução, isso

²¹ Tal declaração encontra-se *ipsis litteris* na proclamação do governo provisório francês surgido da “revolução de fevereiro” de 1848.

evidenciou que “estava liquidada a democracia revolucionária, tal como a modelara a Revolução Francesa. Ledru-Rollin, declamando inconscientemente entre as classes, e Reveaux, levaram ao tûmulo o que tinha sido fundado por Robespierre e Saint-Just” (ROSENBERG *apud* COGGIOLA, 2011, p. 24). Nesse contexto surge a “democracia pura” (ou pequena-burguesia), caracterizada por Marx, em 1850, na circular da *Liga dos Comunistas* da seguinte forma: “este partido democrático é mais perigoso para os operários do que foi o partido liberal”, pois, da mesma forma, Engels em 1884, viu nessa estratégia mais uma ofensiva burguesa ao movimento revolucionário:

[Ela] pode ter, no momento da revolução, importância como a mais extrema tendência da burguesia, forma sob a qual já se apresentou na [Assembleia] de Frankfurt [em 1848-1849] e que pode converter-se na última tábua de salvação de toda a economia burguesa e mesmo feudal. Nesse momento, toda a massa reacionária se coloca por trás dela e a fortalece. Tudo o que é reacionário comporta-se então como democrático. Nosso único inimigo, no dia da crise e no dia seguinte, é a essa reação total, que se agrupa em torno da democracia pura. (ENGELS *apud* COGGIOLA, 2011, p. 24)

Contudo, essa derrota política também mostrou um lado positivo:

A derrota dos insurretos de junho preparara e aplanara o terreno sobre o qual a república burguesa podia ser fundada e edificada, mas demonstrava ao mesmo tempo que, na Europa, as questões em foco não eram apenas a República ou a Monarquia, Revelara que a república burguesa significava o despotismo ilimitado de uma classe sobre as outras. (MARX *apud* COGGIOLA, 2011, p. 24-25)

Sem dúvida com essa experiência ficou mais claro que num processo revolucionário a classe dominante deve ser o proletariado, ou, nas palavras de Marx:

O proletariado vai se agrupando cada vez mais em torno do socialismo revolucionário, do comunismo [que é] a declaração de permanência da revolução, da ditadura do proletariado, como ponto de transição necessária para a supressão das diferenças de classe em geral, para a supressão de todas as relações de produção em que repousam tais diferenças, de todas as relações sociais que correspondem a estas relações de produção, para a subversão de todas as ideias que resultam dessas relações sociais. (MARX *apud* COGGIOLA, 2011, p. 25)

Gostaríamos aqui de nos posicionar diante de uma expressão polêmica e comentada causadora de mal-entendidos, no caso a *ditadura do proletariado*. Acreditamos que aqui, Marx, respondendo aos anarquistas, proclama a necessidade de uma determinada forma de Estado, situado no período de transição para a sociedade comunista. Deve-se deixar claro que

essa expressão não pode ser entendida como uma contradição à democracia, mas aqui, para este trabalho²², corroboramos com Löwy (2012), que se utiliza de uma carta de Engels para Bebel acerca dessa questão:

Deve-se-ia ter deixado de lado todo esse palavreado sobre o Estado, sobretudo depois da Comuna, que já não era um Estado em sentido próprio. [...] Por isso, nossa proposta seria substituir, por toda parte, a palavra *Estado* por *Gemeinwesen* [comunidade], uma boa e velha palavra alemã, que pode muito bem servir como equivalente do francês [comuna]. (ENGELS *apud* LÖWY, 2012, p. 13)

Assim, percebe-se que na luta pelas liberdades democráticas, - e aqui podemos considerar a liberdade de organização sindical e política -, há uma defesa do proletariado ao seu direito de se organizar, seu direito de sobreviver. Por esse viés, o movimento comunista não almeja uma democracia “universal”, que mantém burguesia e proletariado. Na sua luta pela ampliação da democracia política, o proletariado prepara as condições para derrubar a burguesia do poder. Dessa forma,

[...] o sufrágio universal é o índice que permite medir a maturidade da classe operária. No Estado atual, não pode, nem poderá jamais, ir além disso, mas é o suficiente. No dia em que o termômetro do sufrágio universal registrar para os trabalhadores o ponto de ebulição, eles saberão – tanto quanto os capitalistas – o que lhes resta a fazer. (ENGELS *apud* COGGIOLA, 2011, p. 25)

Ainda no *Manifesto*, é importante destacar que os principais escritos que o antecederam foram os *Princípios do Comunismo*, redigidos por Engels sob encomenda da *Liga dos Justos*, solicitando uma redação guiada com perguntas e respostas (catecismo), definindo comunismo como: “a aprendizagem das condições de libertação do proletariado” (ENGELS, 2007, p. 13). Da mesma forma que no *Manifesto*, há também um “programa de ação” nos *Princípios*, que conta com doze pontos, com destaque para o internacionalismo da revolução proletária: “[a revolução proletária não] será feita num só país”, uma vez que,

[...] a grande indústria, criando o mercado mundial, aproximou já tão estreitamente uns dos outros os povos da Terra, que cada povo depende estreitamente do que acontece com os outros [...] a revolução social não será uma revolução puramente nacional. Produzir-se-á ao mesmo tempo em todos os países civilizados. (ENGELS, 2007, p. 37-38)

²² Estamos cientes acerca da polêmica que envolve esclarecer as interpretações sobre a *Ditadura do Proletariado*, havendo posicionamentos importantes e distintos entre alguns dos principais pensadores marxistas do século passado, como o próprio Engels, Lênin, Gramsci, Trotsky, etc. Nesse estudo utilizaremos uma reflexão feita por Engels, mas temos consciência de que faltam elementos para fechar o debate.

A substituição dos *Princípios* pelo *Manifesto* foi sugestão do próprio Engels, acreditando que no documento posterior poderiam ser inseridos elementos históricos que não haviam em sua obra individual. Sobre isso, Mehring escreve que,

[a forma do texto *Princípios do Comunismo*] teria, em todo caso, contribuído para torná-lo acessível a todos, e não o contrário. Teria sido mais apropriado às necessidades de agitação do momento do que o *Manifesto* que o substituiu; quanto ao desenvolvimento das ideias, os dois documentos coincidem inteiramente. NO entendo, Engels, mostrando até que ponto era escrupuloso, sacrificaria de saída as 25 perguntas e respostas por uma exposição histórica: o *Manifesto*, no qual o comunismo se anunciaria como um fenômeno histórico universal, deveria – como dizia o historiador grego [Tucídides] – ser uma obra durável e não um panfleto para ser esquecido tão rapidamente quanto lido. (MEHRING *apud* COGGIOLA, 2011, p. 26-27)

E sobre o *Manifesto*,

[...] não contém uma única ideia que Marx e Engels já não tivessem exposto anteriormente. Ele não revelava nada; ele apenas concentrava a nova concepção do mundo de seus autores em um espelho cujo vidro não poderia ser mais transparente, nem o quadro mais circunscrito. A julgar pelo estilo, a forma definitiva do *Manifesto* deve-se principalmente a Marx, enquanto Engels, como demonstra o seu projeto, conhecia com a mesma clareza as ideias que foram expostas, merecendo plenamente o título do coautor. (MEHRING, X, p. 663)

Sem dúvida, e isso inclusive é reconhecido por Engels posteriormente, as principais ideias do *Manifesto* são advindas de Marx. Todavia, Engels era muito mais ativo na *Liga*, resultando numa interpretação que via Engels como o “prático” e Marx como o “teórico”, desconsiderando todo o trabalho como organizador que Marx havia feito três anos antes da publicação do *Manifesto*. A contribuição ao movimento comunista que Marx e Engels trouxeram, foi a capacidade de formular seus objetivos a partir de um acúmulo teórico que nenhum dos outros pensadores da época possuía. A isso, somam-se vários motivos:

[...] antes de 1848 a única práxis sobre a qual Marx podia refletir era a dos jacobinos e seus sucessores entre as seitas radicais de Paris; por outro lado, a sua economia (e a de Engels) era já a dos socialistas ricardianos e owenistas da Grã-Bretanha. Mas o arsenal de instrumentos conceituais com que contribuiu para o conhecimento dos fatos compreendia um elemento que nem o racionalismo francês nem o empirismo britânico podiam prover; a filosofia da História de Hegel e a visão de que a totalidade do mundo forma um conjunto ordenado que o intelecto pode compreender e dominar. (LICHTHEIM *apud* COGGIOLA, 2011, p. 30)

Já no ano de 1860, Marx volta a comentar sobre suas escolhas teóricas na redação do *Manifesto*, no caso, o programa da *Liga dos Comunistas*:

Publicamos ao mesmo tempo uma série de folhetos impressos ou litografados. Submetemos a uma crítica impiedosa a mistura de socialismo ou comunismo anglo-francês e de filosofia alemã, que constituía na época a doutrina secreta da *Liga*; estabelecemos que apenas o estudo científico da estrutura econômica da sociedade burguesa podia proporcionar uma sólida base teórica; e expusemos, por último, em forma popular, que não se tratava de colocar em vigor um sistema utópico, mas de intervir, com conhecimento de causa, no processo de transformação histórica que se efetuava na sociedade. (MARX *apud* COGGIOLA, 2011, p. 30)

Em 1845, Marx já sabia da necessidade de um *programa* ao movimento da época, que, inclusive, era bastante consciente de seus objetivos: “Não há necessidade de explicar aqui que uma grande parte do proletariado inglês e francês já está consciente de sua tarefa histórica e trabalha constantemente para desenvolver essa consciência com total clareza” (MARX *apud* COGGIOLA, 2011, p. 30).

As ideias desenvolvidas por Marx e Engels na década de 1840 se tornaram obrigatórias para qualquer discussão acerca do partido e da revolução. Sem dúvida o *Manifesto* se constituiu num marco para o debate teórico-político e para o movimento comunista e socialista. Sua contribuição aponta para uma “primeira sistematização teórico-política do tipo de organização política da classe trabalhadora” (BRAZ, 2011, p. 29).

Há também outro elemento fulcral nos escritos do *Manifesto*. Trata-se, além de um programa para a revolução que estava por vir, de ser o primeiro a esboçar uma teoria da revolução proletária que coincide com aquela que mais tarde será chamada de revolução permanente.

Referente à revolução permanente, no texto *Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, Marx e Engels sofisticam essa concepção afirmando que,

[...] enquanto os pequeno burgueses democratas querem concluir a revolução o mais rapidamente possível, depois de terem obtido, no máximo, os reclamos supramencionados os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquiste o Poder do Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não só num país, mas em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que cesse a competição entre os proletários desses países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado. Para nós, não se trata de reformar a propriedade privada, mas de aboli-la; não se trata de atenuar os antagonismos de classe, mas de abolir as classes; não se trata de melhorar a sociedade existente, mas de estabelecer uma nova. (ENGELS; MARX, s/d, p. 86-87)

Outro texto marxiano que aborda a questão do *partido*, especialmente no que diz respeito à necessidade de um *programa* para a revolução, é a *Crítica ao Programa de Gotha*. Elencaremos dessa produção algumas passagens interessantes para enriquecer a discussão. Há também algumas cartas trocadas, tanto por Marx, quanto por Engels, que trazem alguns indicativos. Tentaremos construir algumas referências nesse sentido.

Para contextualizar, nos remetemos primeiramente à Engels, que, no prefácio de *Crítica ao Programa de Gotha* lançado em 1891, aponta os dois motivos que fizeram com que essa crítica fosse formulada, a saber:

Em primeiro lugar, Marx e eu estávamos envolvidos com o movimento alemão mais intimamente do que com qualquer outro; assim, o retrocesso decisivo anunciado nesse projeto de programa só podia nos perturbar violentamente. Em segundo lugar, naquele momento – apenas dois anos após o Congresso de Haia da Internacional – estávamos na mais acalorada luta contra Bakunin e seus anarquistas, que nos apontavam como os responsáveis por tudo o que acontecia no movimento operário na Alemanha; tínhamos razões para esperar que também nos fosse impingida a secreta paternidade desse programa. (ENGELS, 2012, p. 18)

Em carta para Wilhelm Bracke, Marx reforça que, além da necessidade de responder politicamente os anarquistas, há também um compromisso em fazer a crítica ao programa do partido alemão: “[...] além disso, é também minha obrigação não reconhecer, com um silêncio diplomático, um programa que, como estou convencido, é absolutamente nefasto e desmoralizador para o partido” (MARX, 2012, p. 20) e completa, “cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas. Se, portanto, não se podia – e as circunstâncias do momento não o permitiam – ir além do Programa de Eisenach²³, então era melhor ter firmado um acordo para a ação contra o inimigo comum” (MARX, 2012, p. 20). Entretanto, a importância do programa é nítida na continuação desse raciocínio, quando Marx conclui que, “[...] mas, ao se conceber programas de princípios (em vez de postergar isso até que tal *programa* possa ser preparado por uma longa atividade comum), o que se faz é *fornecer ao mundo as balizas que servirão para medir o avanço do movimento do partido*” (MARX, 2012, p. 20-21).

²³ No original há a seguinte nota de rodapé: “O Programa de Eisenach foi adotado no Congresso de Fundação do Partido Operário Social-Democrata – que se realizou em Eisenach de 7 a 9 de agosto de 1869 – e publicado, juntamente com os estatutos do partido, no jornal operário *Demokratischeswochenblatt*(Leipzig, 14 ago. 1869, n. 33), sob o título “Programa e estatutos do Partido Operário Social-Democrata”. Com esse programa, Auguste Bebel e Wilhelm Liebknecht deram ao partido uma orientação claramente marxista e conforme com os princípios da Internacional. (N.T.)”

Na sua severa e acertada crítica ao programa do Partido Operário Alemão, Marx retoma pontos importantes das suas elaborações, questionando desvios e interpretações equivocadas sobre aspectos referentes ao direito, à composição da classe trabalhadora e ao internacionalismo. É verdade que o texto não trata só disso, mas esses aspectos são elucidados de forma bastante efusiva por Marx.

Engels também se coloca nessa polêmica de forma pública, em carta destinada à August Bebel em 1875, quando escreveu que, “[...] a situação é tal que, caso ele seja adotado [o programa], Marx e eu nunca reconheceremos um novo partido fundado sobre essas bases e teremos de refletir seriamente sobre a posição – inclusive pública – que adotaremos em relação a ele” (ENGELS, 2012, p. 57), e reforça que “em geral, importa menos o programa oficial de um partido do que seus atos. Mas um novo programa é sempre uma bandeira que se hasteia publicamente e a partir da qual o mundo exterior julga o partido” (ENGELS, 2012, p. 57), evidenciando que, apesar da ação política sempre ser o mais importante, o programa possui relevância indiscutível numa organização da classe.

Um contraponto importante em relação ao *partido* é verificado no trecho em que Marx discorre sobre a Associação Internacional dos Trabalhadores, deixando a entender que a ação da classe não depende exclusivamente de uma organização de trabalhadores nos moldes de como era a “Associação Internacional dos Trabalhadores”²⁴.

A ação internacional das classes trabalhadoras não depende de maneira alguma da existência da “Associação Internacional dos Trabalhadores”. Esta foi apenas uma primeira tentativa de criar um órgão central voltado para aquela atividade – tentativa que, pelo impulso que deu ao movimento, teve uma eficácia durável, mas que, em sua primeira forma histórica, tornou-se impraticável após a queda da Comuna de Paris. (MARX, 2012, p. 36)

Nesse sentido, e a partir do material analisado acerca da relação Marx e Engels com o *partido*, consideramos que *não há em Marx uma teoria de organização do partido, mas sim, um conjunto de fundamentos ancorados na análise da realidade social concreta*, elementos importantes para um programa geral dos trabalhadores, com suas respectivas diretrizes, norteadores da ação política dos comunistas nos partidos ligados aos interesses do proletariado. Esses objetivos e princípios são os seguintes: a) combate permanente da propriedade privada dos meios de produção; b) caráter público (ou seja, não clandestino e secreto) – salvo em conjunturas histórico-nacionais específicas em que reinem a repressão; c)

²⁴Esse foi um período marcado por intensas disputas no seio do movimento comunista internacional, envolta por polêmicas desgastantes com os anarquistas e ainda pela derrota da Comuna de Paris de 1871, elementos que, sem dúvida, influenciaram substancialmente esse posicionamento de Marx.

internacionalismo da luta de classes, mediada pelas suas configurações nacionais; d) união dos trabalhadores; e) propaganda e formação política voltadas para o desenvolvimento da consciência de classe.

Acerca do *Manifesto*, é necessário reforçar que nesse texto não há uma concepção exata do partido, o que, segundo Braz, “não implica deduzir que há uma ausência ou mesmo uma indefinição quanto à questão” (BRAZ, 2011, p. 31). As interpretações marxistas posteriores, acerca do *Partido*, tinham como referência ideias presentes no *Manifesto*, pois ali estavam concepções sobre seu papel, função, organização e objetivos. Para Braz, “as noções lá expressas sinalizam as bases conceituais fundamentais para os partidos revolucionários que se formariam ao longo dos séculos 19 e 20 a partir das Internacionais, especialmente os partidos comunistas” (BRAZ, 2011, p. 31).

O que ocorreu depois foi que diversas interpretações foram feitas a partir do centro teórico-político elucidado pelo *Manifesto*, influenciando intelectuais, dirigentes políticos e movimentos organizados, que buscavam interpretá-lo a partir das condicionantes sócio-históricas do seu tempo. Sobre as interpretações é importante destacar que,

[...] se, não poucas vezes, redundaram em deformações e vulgarizações que prestaram um desserviço ao marxismo e aos próprios movimentos aos quais estavam ligadas, em outras resultou na construção efetiva de uma verdadeira *tradição teórico-crítica revolucionária* que vinculou objetivamente o pensamento marxiano e marxista ao movimento vivo do proletariado e de suas organizações políticas. (BRAZ, 2011, p. 32)

Importante recordar que as principais elaborações teórico-filosóficas de Marx e Engels já estavam presentes nesse texto, embora tenham sido aprofundadas posteriormente. Discordamos veementemente de posições como as de Althusser, que entende o pensamento marxiano com cisões temporais, vendo de forma problemática as diferentes reflexões do “jovem” Marx e do Marx “maduro”. Ressaltamos que Marx, ainda “jovem”, já havia escrito importantes textos, como os *Manuscritos de 1844*, *Crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução* (1844), *A sagrada família* (1845), *A ideologia alemã* (1845-1846), *Teses sobre Feuerbach* (entre 1845-1846) e *A miséria da filosofia* (1847).

Por essas produções pode-se entender que aspectos importantes do pensamento de Marx e Engels já estavam constituídos, como “o protagonismo revolucionário do proletariado, possibilidade ontológica da revolução, centralidade do trabalho e a práxis que efetivam a molduram a existência humana” (BRAZ, 2011, p. 35).

Dessa forma, acreditamos, assim como Braz, que,

Pode-se compreender que no *Manifesto* há uma clara preocupação de articular historicamente o ser do proletariado, inserindo-o em contextos e particularidades próprias de cada época. O perfil da classe na época de Marx e de Engels era bastante limitado ao proletariado industrial, que, do ponto de vista quantitativo, era relativamente reduzido. Pode-se dizer que o partido de Marx e Engels, a partir das considerações anteriores, apresenta traços de um partido de massas e de quadros com a vanguarda da classe operária. Ele articula os objetivos estratégicos e os princípios programáticos elaborados para o contexto histórico das lutas de classes à época dos autores. No entanto, eles também apontam questões que devem permear todas as lutas proletárias, pois o conteúdo revolucionário neles contido os faz ultrapassar os seus limites históricos. (BRAZ, 2011, p. 36-37)

Outra passagem importante é relacionada à Engels, que em nova carta à August Bebel em 1891, parecia antever alguns dos piores momentos do movimento comunista no século XX, questionando a liberdade de se expressar nas fileiras de uma organização revolucionária, o que serviria perfeitamente como crítica ao stalinismo posteriormente.

Em que vocês se diferenciam de Puttkamer, se introduzem em suas próprias fileiras uma “lei contra os socialistas”? A mim, pessoalmente, isso só pode ser de uma forma: nenhum partido, em nenhum país, pode me condenar ao silêncio quando estou decidido a falar. Mas eu gostaria de sugerir a vocês que refletissem se não fariam melhor sendo um pouco menos melindrosos e, na ação, menos prussianos. Vocês – o partido – precisam da ciência socialista, e esta não pode viver sem liberdade de movimento. Para isso, é preciso tolerar as inconveniências, e isso se faz mantendo a compostura, sem vacilar. (ENGELS, 2012, p. 76)

Assim, na tentativa de organizar algumas questões importantes sobre o *partido* nos escritos de Marx e Engels, manifestamos de antemão que existem limites metodológicos nessa análise, e que a intenção dessa síntese não pretende “fechar” uma posição acerca do *partido* na obra de Marx e Engels. Sabemos que essa discussão é complexa e polêmica, além de deveras trabalhosa, e por não se tratar do tema principal desse trabalho, optamos, além de alguns escritos de Marx e Engels, por recorrer principalmente a pensadores contemporâneos que souberam com segurança analisar elementos importantes da obra marx-engelsiano a luz dos dias de hoje.

Completando nossa análise, abordaremos um teórico extremamente importante no campo do marxismo, que compreende o *Partido* como a principal ferramenta da classe trabalhadora para a construção da revolução social. Discorreremos sobre o seu pensamento no próximo tópico.

2.2. LÊNIN E A FUNÇÃO DO PARTIDO

Sem dúvida as contribuições de Vladimir Ilitch Lenin (1870-1924) podem ser consideradas como clássicas na tradição marxista. Sua importância se expressa na constituição de uma corrente teórica – política própria, conhecida como *leninismo*. Por ter vivido intensamente um dos mais belos e ricos momentos da nossa história²⁵, pôde não só desenvolver algumas ideias de Marx e Engels, mas dar continuidade e introduzir novas análises sobre questões não plenamente desenvolvidas ou até então não vivenciadas, postas, principalmente, pelo desenvolvimento capitalista em seu estágio monopólico e imperialista. Renovou teoricamente o debate sobre a revolução – e, nela, a questão da organização política do proletariado, a sua relação com o Estado -, acentuando a necessidade de criação de uma organização revolucionária disciplinada, coesa e preparada politicamente para se assumir como a vanguarda do proletariado. Pode-se dizer que Lenin avançou e aperfeiçoou o comunismo moderno, adicionando a ele uma concepção de instrumento (partido) para viabilizar a fase de transição para a sociedade comunista. Sendo assim, escolhemos analisar algumas de suas formulações sobre o *Partido* na obra “*O que fazer? Problemas candentes do nosso movimento*”.

Elaborado entre meados de 1901 e início de 1902, esta obra pretendeu introduzir uma noção de organização revolucionária que, para Lenin, se colocava como uma necessidade para o avanço das lutas proletárias. A grande contribuição desse texto foi o de produzir, mais do que qualquer outra produção teórica da época, um “espírito prático” ao marxismo. Nesse livro, Lenin elabora uma noção de partido na qual ele teria, ao mesmo tempo, a função de vanguarda do processo revolucionário e de centralização das ações políticas, com vistas à construção da revolução socialista. Esse é o motivo da relevância dada por Lenin para uma estrutura de *partido* rígida e altamente disciplinada.

Analisando a grande movimentação popular que ocorria na Rússia, no correr dos anos de 1890, Lênin percebe que as várias greves operárias que vinham ocorrendo já possuíam um caráter geral. O movimento “espontâneo” desse momento era diferenciado em relação aos movimentos anteriores, greves que ocorreram na Rússia entre as décadas de 1860 e 1870, que possuíam interesses difusos, promoviam quebra de máquinas, sendo caracterizadas por Lênin como “motins”. Para Lênin, a espontaneidade de 1890 poderia até ser chamada de “consciente”, tamanho o progresso do movimento operário nesse período. Para ele, “no fundo,

²⁵ Sabidamente Lênin foi um dos principais militantes na Revolução Russa de 1917.

o ‘elemento espontâneo’ não é mais do que a *forma embrionária* do consciente. E os motins primitivos já expressavam um relativo despertar do consciente” (LENIN, 2010, p. 88), e completa “os operários deixavam a crença tradicional na perpetuidade do regime que os oprimia; começavam... não diria a compreender, mas a sentir a necessidade de uma resistência mais coletiva e rompiam deliberadamente com a submissão servil às autoridades” (LENIN, 2010, p. 88-89).

Entretanto, esses momentos se relacionavam muito mais ao desespero do que propriamente à luta. Se nos motins podiam-se observar revoltas de oprimidos, nas greves havia um embrião da luta de classes, mas que infelizmente ficou apenas no embrião. Para Lênin, as greves de 1890 expressavam um grande avanço em relação aos motins, mas continuavam a ser essencialmente espontâneos, sobretudo por não apresentar nenhum sinal de uma consciência social-democrata²⁶.

Essa consciência, - e aqui temos um ponto fulcral na concepção lenineana -, não viria dos próprios operários, mas seria introduzida de fora.

A história de todos os países comprova que a classe operária, valendo-se exclusivamente de suas próprias forças, só é capaz de elaborar uma consciência *trade-unionista*, ou seja, uma convicção de que é preciso reunir-se em sindicatos, lutar contra patrões, cobrar do governo a promulgação de umas e outras leis necessárias aos operários etc²⁷. Já a doutrina do socialismo nasceu das teorias filosóficas, históricas e econômicas formuladas por representantes instruídos das classes proprietárias, por intelectuais. Os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pela sua situação social, pertenciam à intelectualidade burguesa. (LENIN, 2010, p. 89-90)

Nesse processo, o próprio nascimento da social-democracia na Rússia, especificamente suas constituintes teóricas, ocorreu de forma independente à espontaneidade do movimento operário. Lenin acreditava que esse desenvolvimento teórico dos intelectuais revolucionários socialistas era inevitável.

A espontaneidade, então, possuía limites e perigos. Para Lenin, “tudo o que seja inclinar-se perante à espontaneidade do movimento operário, tudo o que seja rebaixar o papel do ‘elemento consciente’, o papel da social-democracia, *equivale – independentemente da vontade de quem o faz – a fortalecer a influência da ideologia burguesa sobre os operários*” (LENIN, 2010, p. 98). Esperar que o movimento operário conseguisse elaborar, por ele

²⁶ Durante um longo período histórico, e também no contexto que cercou a vida de Lenin, a expressão social-democracia era utilizada como referência para a pauta dos revolucionários.

²⁷ Em nota de rodapé no texto original vem a seguinte contextualização: “O *trade-unionismo* não descarta de modo algum toda a ‘política’, como por vezes se pensa. As *trade-unions* sempre conduziram uma relativa agitação e luta políticas (mas não social-democrata)” (LENIN, 2010, p. 88).

mesmo, saídas que não as “economicistas”, era um grande erro, ou, nas palavras de Lenin, “um erro crasso”.

Assim, o elemento da ideologia também possui bastante importância na argumentação lenineana, uma vez que era impossível surgir uma ideologia “alternativa” elaborada pelas massas operárias. A questão voltava para a vinculação ideológica aos projetos societários em disputa, que problematizavam uma ideologia burguesa e outra, visceralmente oposta, ideologia socialista. E justamente por isso, “*tudo o que seja* rebaixar a ideologia socialista, *tudo o que seja* afastar-se dela, significa fortalecer a ideologia burguesa” (LENIN, 2010, p. 101). O desenvolvimento espontâneo do movimento operário caminha na direção da ideologia burguesa, pois sua natureza é burguesa, suas pautas (*trade-unionista*) são totalmente possíveis nos marcos do capitalismo. Nesse sentido, “a nossa tarefa, a tarefa da social-democracia, consiste em *combater a espontaneidade*, em fazer com que o movimento operário *abandone* essa tendência espontânea do *trade-unionismo* a se abrigar sob a asa da burguesia e em atraí-lo para a asa da social-democracia revolucionária” (LENIN, 2010, p. 101).

Por que – perguntará o leitor – o movimento espontâneo, o movimento pela linha da menor resistência, conduz precisamente à supremacia da ideologia burguesa? Pela simples razão de que a ideologia burguesa é muito mais antiga pela sua origem do que a ideologia socialista, porque é mais completa a sua elaboração e porque possui meios de difusão incomparavelmente mais numerosos. (LENIN, 2010, p. 102-103)

O esforço de Lenin era para alertar toda uma ala dentro da social-democracia russa que flertava com a espontaneidade, que não compreendia que, frente à espontaneidade, a social-democracia deveria elaborar ainda mais precisamente, exigindo uma elevação da consciência. Para ele, “quanto mais poderoso é o ascenso espontâneo das massas, quanto mais amplo se tornar o movimento, incomparavelmente maior é a rapidez com que aumenta a necessidade de uma elevada consciência, tanto no trabalho teórico da social-democracia quanto no político e no de organização” (LENIN, 2010, p. 115).

Por isso a importância da luta econômica²⁸ possui destaque na obra de Lenin. As pautas econômicas constituem uma importante ferramenta para a luta, “e conservarão essa importância enquanto subsistir o capitalismo, que engendra necessariamente a autodefesa dos operários” (LENIN, 2010, p. 119). O campo de luta econômico seria o ponto de partida para

²⁸ Em nota Lenin esclarece que: “A fim de evitar interpretações equivocadas, fazemos notar que, na exposição que se segue, entendemos sempre por luta econômica (segundo o uso estabelecido entre nós), a ‘luta econômica prática’ que Engels, na citação apresentada mais atrás, chamou ‘resistência aos capitalistas’ e que, nos países livres, se chama luta profissional, sindical ou *trade-unionista*” (LENIN, 2010, p. 118).

despertar a consciência de classe, a iniciação da luta sindical e posteriormente a aproximação ao socialismo. Pode-se medir essa importância pelo envolvimento que os militantes da social-democracia russa tinham com as denúncias feitas nas fábricas, sendo muitos absorvidos por essas demandas.

Por mais que de imediato possa parecer que a tarefa principal consiste em apenas conseguir um preço justo pela força de trabalho dos operários, a principal tarefa da social-democracia era dirigir “a luta da classe operária não só para obter condições vantajosas de venda da força de trabalho, mas para que seja destruído o regime social que obriga aos não proprietários a venderem sua força de trabalho aos ricos” (LENIN, 2010, p. 120). A tarefa da social-democracia consistia em representar “a classe operária não só na sua relação com um grupo determinado de patrões, mas também nas suas relações com todas as classes da sociedade contemporânea, com o Estado como força política organizada” (LENIN, 2010, p. 120). Esses objetivos evidenciam que os social-democratas não estão restritos à luta econômica, nem podem deixar que essa constitua suas atividades predominantes.

A educação política deve ser entendida como tarefa básica e fundamental para os revolucionários, no sentido de desenvolver a consciência da classe operária. Essa educação não seria simplesmente dizer aos operários que a classe operária é antagônica à autocracia, ou mesmo discursar sobre a opressão política que eles sofrem por terem interesses opostos ao de seus patrões, é necessário “fazer agitação acerca de cada manifestação concreta dessa opressão (como começamos a fazer em relação às manifestações concretas da opressão econômica)” (LENIN, 2010, p. 121), opressão que se manifesta nos mais diversos aspectos da vida social, pois somente abordando esse leque mais ampliado de opressões²⁹ seria possível denunciar os aspectos políticos concretos da autocracia. Lenin busca relacionar (e também esclarecer) que da mesma forma como as denúncias das fábricas devem ser feitas para que os operários conquistem objetivos econômicos, no aspecto político deve-se denunciar também outras opressões intrínsecas na sociedade capitalista, uma vez que a luta política é diferente da luta econômica.

Envolto às polêmicas do seu tempo, Lenin busca desconstruir as correntes que superestimavam a luta econômica, que acreditavam que a organização sindical dos trabalhadores, a luta econômica, é quem deveria possuir um caráter político. Sobre isso, de forma irônica, escreve: “Assim, a frase pomposa ‘imprimir à própria luta econômica um caráter político’, ‘terrivelmente’ profunda e revolucionária, oculta, no fundo, a tendência

²⁹ Pense nas opressões relacionadas aos mais diversos aspectos da vida e da atividade sindical, cívica, pessoal, familiar, religiosa, científica, etc.

tradicional de rebaixar a política social-democrata ao plano da política *trade-unionista!*” (LENIN, 2010, p. 126).

Entretanto, também era importante reforçar que a luta da social-democracia não era oposta à econômica e que, inclusive as pautas reformistas também faziam parte das lutas revolucionárias. A agitação “econômica” era importante nas exigências ao governo, seja pelas diversas medidas, seja na exigência de que desfizesse a autocracia da época, ou, “numa palavra, como parte de um todo, subordina a luta pelas reformas à luta revolucionária pela liberdade e pelo socialismo” (LENIN, 2010, p. 127).

Todavia, conforme a conjuntura, a tática pode variar, como num momento de ascenso revolucionário, “a luta por reformas como uma pretensa ‘tarefa’ especial, puxa o partido para trás e faz o jogo do oportunismo ‘economista’ e liberal” (LENIN, 2010, p. 127), ou seja, a luta por reformas é importante até a revolução, mas na revolução, a pauta não deve ser a reforma.

Sendo assim, é importante deixar esses pontos claros no trabalho de educação das massas. As denúncias surgidas desse entendimento devem abarcar todos os terrenos da vida social, pois,

[...] a consciência da classe operária não pode ser uma verdadeira consciência política se os operários não estão habituados a reagir contra todos os casos de arbitrariedade e opressão, todas as formas de violência e abuso, quaisquer que sejam as classes afetadas; e a reagir, além disso, do ponto de vista social-democrata e não de qualquer outro. A consciência das massas operárias não pode ser uma verdadeira consciência de classe se os operários não aprenderem, com base em fatos e acontecimentos políticos concretos e atuais, a observar cada uma das classes sociais, em todas as manifestações da sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar na prática a análise materialista e a apreciação materialista de todos os aspectos da atividade e da vida de todas as classes, camadas e grupos da população. (LENIN, 2010, p. 134-135)

Lenin acreditava que utilizar a luta econômica para inserir os operários no movimento político seria até mesmo reacionário. Para se tornar um social-democrata,

[...] o operário deve ter uma ideia clara da natureza econômica e da fisionomia política e social do latifundiário e do padre, do dignitário e do camponês, do estudante e do vagabundo, conhecer os seus pontos fortes e os seus pontos fracos, saber orientar-se diante das frases e sofismas mais correntes e de toda a espécie com que cada classe e cada camada encobre seus apetites egoístas e sua verdadeira “natureza”, saber distinguir instituições e leis refletem estes ou aqueles interesses e como os refletem. (LENIN, 2010, p. 135)

Essa “ideia clara” só surgiria com o envolvimento de “quadros vivos” e denúncias a partir da realidade, aspecto fundamental para a educação revolucionária das massas. A

educação consideraria conhecer todos os aspectos da vida política e participar ativamente de todos os acontecimentos. Viria na perspectiva de ir além da experiência fabril e “econômica” do operariado, fornecendo conhecimentos políticos. Como para Lenin a consciência viria de fora, quem elucidaria acerca desse conhecimento:

[...] esses conhecimentos apenas os intelectuais podem adquiri-los, tornando-se seu dever proporcionar-nos cem mil vezes mais do que têm feito até agora; ademais, devem fornecê-los não apenas sob a forma de raciocínios, brochuras e artigos (os quais frequentemente – desculpai a nossa franqueza! – são um pouco maçantes), mas indispensavelmente sob a forma de denúncias vivas de tudo aquilo que o nosso governo e as nossas classes dominantes fazem atualmente em todos os aspectos da vida. (LENIN, 2010, p. 140)

No que diz respeito às frentes de atuação da social-democracia, Lenin indicava que, para além do discurso, para o desenvolvimento integral da consciência política do proletariado era necessário “ir a todas as classes da população”. E esse ponto suscitava algumas questões, relacionadas a real necessidade dessa proposta, como ela seria feita, se havia quadros suficientes para executá-la, se o foco não se perderia, etc. Sobre essas questões, Lenin entendia que: “devemos ‘ir a todas as classes da população’ como teóricos, como propagandistas, como agitadores e como organizadores” (LENIN, 2010, p. 148). Ciente de que o trabalho da social-democracia deveria orientar acerca das particularidades de todas as classes, Lenin destaca que havia uma fragilidade no movimento: “muito, muito pouco se faz nessa direção se se compara com o estudo das particularidades da vida na fábrica” (LENIN, 2010, p. 148). Suas análises percebiam que se conhecia muito sobre questões do dia a dia do movimento operário, o que era importante, mas também insuficiente quando se pensa nas denúncias relacionadas a outros aspectos da vida social e política, sobretudo os das demais classes. Deveria haver, e de forma prioritária, propaganda e agitação em todos os setores da população, com reuniões sempre que um representante dessas outras classes tiver o interesse de ouvir um revolucionário. Pois,

[...] não é social-democrata aquele que, na prática, esquece que os “comunistas apoiam por toda parte todo movimento revolucionário”³⁰, que, conseqüentemente, temos o dever de expor e de destacar *diante de todo o povo os objetivos democráticos gerais*, sem dissimular, nem por um instante, as nossas convicções socialistas. Não é social democrata aquele que, na prática, esquece que o seu dever é o ser *primeiro* a levantar, ressaltar e resolver *todas* as questões democráticas gerais. (LENIN, 2010, p. 149)

³⁰ Essa citação faz alusão aos escrito por Marx e Engels no Manifesto Comunista de 1848.

Essa tarefa mostra-se deveras importante quando se pensa no papel de “vanguarda” que a social-democracia, e o partido, em geral deve assumir: “não basta intitular-se ‘vanguarda’, destacamento avançado: é preciso proceder de forma a que todos os outros destacamentos se deem conta e sejam obrigados a reconhecer que somos nós que marchamos à frente” (LENIN, 2010, p. 150), e ciente da responsabilidade em ser “vanguarda”, Lenin destaca alguns dos elementos importantes do partido:

Nós devemos assumir a organização de uma ampla luta política sob a direção do *nosso* partido, tão abrangente que todos os segmentos da oposição, quaisquer que sejam, possam prestar e prestem efetivamente a essa luta, assim como ao nosso partido, a ajuda de que são capazes. Devemos tornar os militantes práticos da social-democracia dirigentes políticos capazes de dirigir todas as manifestações dessa luta abrangente, capazes de, no momento necessário ‘ditar um programa positivo de ação’ aos estudantes em agitação, aos *zemstvos* descontentes, aos membros indignados de seitas, aos professores primários lesados em seus interesses etc. etc. (LENIN, 2010, p. 152)

A referência como “vanguarda” não viria espontaneamente, como um passe de mágica. E por entender a importância de viria a ser a vanguarda da luta política, ou seja, consciente de que isso englobaria muito mais do que somente as questões “econômicas”, era necessário pensar um partido mais completo, pois,

[...] somente o partido que organize campanhas de denúncias realmente direcionadas a todo o povo poderá tornar-se, nos nossos dias, vanguarda das forças revolucionárias. As palavras “todo o povo” abrangem um conteúdo muito amplo. A imensa maioria dos denunciadores que não pertencem à classe operária (e para ser vanguarda é preciso, justamente, atrair outras classes) é composta de políticos realistas e de pessoas sensatas e com espírito prático. (LENIN, 2010, p. 156)

E completa,

[...] essa ampla e abrangente agitação política será realizada por um partido que articula, num todo indissolúvel, a ofensiva em nome de todo o povo contra o governo, a educação revolucionária do proletariado, salvaguardando, ao mesmo tempo, a sua independência política, a direção da luta econômica da classe operária e a utilização dos seus conflitos espontâneos com os seus exploradores, conflitos que fazem levantar novas camadas do proletariado, atraindo-as incessantemente para o nosso campo! (LENIN, 2010, p. 157)

Na tentativa de qualificar o partido, Lenin aponta algumas debilidades que colocam em risco a social-democracia. No contexto de sua época, com forte pressão para a espontaneidade e desvios economicista, Lenin chama atenção para os perigos do “trabalho artesanal”, ou seja, organizações revolucionárias que funcionavam espontaneamente, agindo

sem planejamento prévio, culminando quase sempre em insurreições fracassadas. Isso ocorria porque,

[...] essas operações militares não eram o resultado de um plano sistemático, previamente preparado e estabelecido para uma longa e severa luta, mas simplesmente o crescimento espontâneo de um trabalho de círculo, [...] não se pode deixar de comparar essa guerra a uma marcha de bandos de camponeses armados com bastões contra um exército moderno. (LENIN, 2010, p. 169)

Esse era um problema, observado por Lenin, como comum, a todos os marxistas revolucionários da época. A debilidade na preparação prática e habilidade no trabalho de organização evidenciavam os possíveis desvios do “trabalho artesanal” e também do “economicismo”. A falta de preparação compromete todo o trabalho revolucionário, que diante da falta de respostas elaboradas, evoca ao particularismo estreito da espontaneidade e limita bruscamente o alcance da organização. Em razão desse problema, ocorriam duas situações, a primeira, dizia que o movimento revolucionário colocava tarefas políticas as quais a massa operária não estava preparada, incutindo a necessidade de se retomar pautas de lutas imediatas, e a segunda, acreditando que a revolução política deveria ser feita independente de qualquer organização, sem a necessidade de se criar um instrumento de educação revolucionária para a massa operária, buscando estimular o movimento operário “adormecido” através de um “terrorismo estimulante”. Acerca dessas tendências, Lenin declara que,

[...] essas duas tendências, a oportunista e a “revolucionarista”, capitulam diante dos métodos artesanais dominantes, não creem na possibilidade de se libertar deles, não compreendem a nossa primeira e mais urgente tarefa prática: criar *uma organização de revolucionários* capaz de dar à luta política energia, firmeza e continuidade. (LENIN, 2010, p. 173-174)

Envolto ao atraso dos dirigentes em relação ao impulso espontâneo das massas, Lenin entendia ser necessário que o partido se preparasse minuciosamente para a luta política, instrumentalizando a insatisfação, mas sem reduzir a pauta, sendo esse um erro primário. Segundo Lenin, “o nosso pecado capital está em rebaixar as nossas tarefas políticas e de organização ao plano dos interesses imediatos, ‘tangíveis’, ‘concretos’ da luta econômica cotidiana” (LENIN, 2010, p. 174).

De forma ainda mais clara, aponta que,

[...] é precisamente agora que o revolucionário russo, guiado por uma teoria verdadeiramente revolucionária que desperta espontaneamente, pode finalmente – finalmente! – levantar-se em toda a sua estatura e desenvolver todas as suas forças de gigantes. Para isso é necessário que, entre a massa dos militantes práticos e no interior daquela massa extensa dos que sonham com o trabalho prático desde os bancos da escola, sejam desprezadas e ridicularizadas quaisquer tentativas de rebaixar as nossas tarefas políticas e o alcance de nosso trabalho de organização. E não tenham dúvidas de que o conseguiremos! (LENIN, 2010, p. 176)

Além da firmeza nos trabalhos preparatórios, o partido também necessita de quadros, mais especificamente, quadros profissionais. No movimento da massa operária, deve-se perceber, para além das manifestações concretas apresentadas, quem se destaca na tarefa militante, pois são esses militantes que terão tarefas especiais, podendo se tornar um revolucionário profissional. Na espontaneidade do movimento, também surgem militantes diferenciados, com o perfil para “revolucionários profissionais”.

Acerca da relação entre organização dos operários e organização dos revolucionários, mais uma vez Lenin ressalta as diferenças existentes entre luta econômica e luta política, pautando, certamente, a diferença existente entre uma organização de operários e uma organização dos revolucionários. Relatando uma conversa com um “economicista”, Lenin conta:

Lembro-me, por exemplo, como se fosse ontem, de uma conversa que tive um dia com um “economista” bastante consequente, que ainda não conhecia³¹. A conversa girava em torno da brochura *Quem fará a revolução política?* Rapidamente concordamos que o seu principal defeito era não considerar os problemas de organização. Pensávamos estar de acordo, mas... ao continuar a conversa, percebemos que falávamos de coisas diferentes. Meu interlocutor acusava o autor de não levar em consideração os fundos de apoio, às greves, as sociedades de socorro mútuo etc.; pelo meu lado, pensava na organização de revolucionários indispensável para “fazer” a revolução política. A partir do momento em que se deu essa divergência, não me lembro mais de ter estado de acordo com esse “economista” sobre qualquer questão de princípio! (LENIN, 2010, p. 180-181)

Além de sempre demarcar as diferenças, Lenin era bastante enfático no que diz respeito à forma de organização responsável pela revolução, que no caso, era o *partido*. Para ele, “a organização de um partido social-democrata revolucionário deve inevitavelmente constituir um *gênero diferente* da organização dos operários para a luta econômica” (LENIN,

³¹ A edição traz a seguinte nota de rodapé: “A referência, ao que tudo indica, é a primeira entrevista de V.I. Lenin com A.S. Martinov, em 1901. Em suas memórias, Martinov descreve essa entrevista” (LENIN, 2010, p. 180).

2010, p. 181), e demonstra da seguinte maneira quais as diferenças e como as organizações, operárias e revolucionárias, deveriam ser:

A organização dos operários deve ser, em primeiro lugar, sindical; em segundo lugar, o mais ampla possível; em terceiro lugar, deve ser o menos clandestina possível (aqui e mais adiante refiro-me, bem entendido, apenas à Rússia autocrática). Ao contrário, a organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e sobretudo, homens cuja profissão seja atividade revolucionária (por isso, falo de uma organização de *revolucionários*, pensando nos revolucionários social-democratas). Diante dessa característica geral dos membros de tal organização, *deve desaparecer por completo toda distinção entre operários e intelectuais*, que vale, ainda mais, para a distinção entre as diversas profissões de uns e de outros. (LENIN, 2010, p. 181)

E embora visceralmente diferentes, essas organizações não são antagônicas, Lenin entendia que “todo operário social-democrata deve, no que for possível, apoiar essas organizações e trabalhar ativamente nelas” (LENIN, 2010, p. 183), ressaltando ainda que, “mas é inteiramente contrária aos nossos interesses a exigência de que só os social-democratas possam ser membros das uniões ‘profissionais’, uma vez que isso reduziria a nossa influência sobre a massa” (LENIN, 2010, p. 183). Nesse caso, quanto mais operários inseridos nos sindicatos, melhor, pois ali também se constitui uma oportunidade de influenciá-los para além do desenvolvimento “espontâneo” das massas, incidindo sobre os camaradas do sindicato sobre a importância da ação direta e consciente dos membros socialistas.

Outro aspecto interessante no desenvolvimento das ideias de Lenin ocorre no seu entendimento paradoxal em relação ao contexto da luta revolucionária. Considerando as pressões do modo de produção capitalista, opressor, desigual e violento, naturalmente surge um número considerável de pessoas insatisfeitas com o sistema. O problema é que o partido não sabe como utilizá-las. Lenin afirma que “*não há homens e há uma infinidade de homens*”, ou seja, os dilemas da realidade florescem pessoas insatisfeitas a todo o momento, mas não há um número suficiente de dirigentes, lideranças políticas, “não há talentos organizadores capazes de articular um trabalho simultaneamente amplo e unificado, coordenado, que permita utilizar todas as forças, mesmo as mais insignificantes” (LENIN, 2010, p. 199).

As atividades do trabalho revolucionário são deveras reduzidas quando comparada à espontaneidade do movimento, necessitando fundamentalmente de uma especialização maior da militância, no sentido de ir além das pautas “luta econômica contra patrões e governos”, entendida como “teoria pobre” para Lenin, e buscar compreender nuances relacionadas a todas as classes sociais. É esse tipo de especialização da militância que mudaria essencialmente a influência do *partido* no movimento de massas. Para que os objetivos sejam

atingidos e a organização dê conta das tarefas revolucionárias, Lenin acreditava que “é preciso ter uma forte organização de revolucionários experimentados” (LENIN, 2010, p. 200), pois só assim “a convicção na força do partido será fortalecida e se elevará de forma cada vez mais intensa” (LENIN, 2010, p. 201).

Em relação às obrigações do *partido*, segundo Lenin:

[...] a nossa primeira e imperiosa obrigação é contribuir para formar revolucionários operários que, do *ponto de vista de sua atividade no partido*, estejam no mesmo nível dos revolucionários intelectuais. (Salientamos “do ponto de vista de sua atividade no partido”, pois, em relação aos outros aspectos, atingir esse mesmo nível constitui, para os operários, algo muito menos fácil e muito menos urgente, embora necessário). Por isso, nossa atenção deve estar voltada *principalmente para elevar* os operários ao nível dos revolucionários e não para *descermos*, nós próprios, ao nível da “massa operária” como desejam os “economistas”, ao nível do “operário médio”. (LENIN, 2010, p. 202)

Para a preparação dos operários seria necessário um material intelectual mais didático, o que não significa de pior qualidade. Embora a compreensão da realidade seja distinta entre os operários, isso implica na elaboração de materiais de diferentes níveis intelectuais, mas sempre no sentido de se aproximar política e organização dos operários. Em sua época, Lenin combatia os que utilizavam desse déficit intelectual para subestimar a capacidade de organização e inserção política dos trabalhadores.

Nesse sentido, inserida a necessidade da organização política, seria necessário “encontrar” o melhor da vanguarda operária.

Todo agitador operário que tenha algum talento e que seja uma “promessa”, *não deve* trabalhar 11 horas na fábrica. Devemos cuidar para que viva por conta do partido e possa, no momento preciso, passar à ação clandestina, mudar de localidade, pois de outro modo não adquirirá grande experiência, não alargará os seus horizontes, não se poderá manter-se por alguns anos na luta contra a polícia. [...] Quando tivermos destacamentos de operários revolucionários especialmente preparados (e, bem entendido, revolucionários de “todas as armas”) por uma longa aprendizagem, nenhuma polícia política do mundo poderá destruí-los, porque tais destacamentos de homens consagrados de corpo e alma à revolução gozarão da confiança ilimitada das mais amplas massas operárias. (LENIN, 2010, p. 204)

A necessidade do *partido* era inegável para Lenin, que via nele o principal organizador dos “trabalhos preparatórios” para a revolução. Envoltos às polêmicas de seu tempo, a organização revolucionária deveria se diferenciar ontologicamente da organização operária, transformando os operários que se destacavam em quadros militantes capacitados o suficiente para construir alternativas revolucionárias para a classe trabalhadora. Era importante agir nos

momentos de “espontaneidade” das massas, seja para se aproximar dos melhores militantes, seja para dirigir as ações para além do marco econômico.

Para Lenin, a tarefa do *Partido* de vanguarda é exatamente atuar sobre essa realidade operária de modo a explicitar, a todo tempo, a natureza intrinsecamente explorada e desigual da ordem burguesa, preparando politicamente o conjunto do proletariado para o momento dos embates decisivos que podem emergir tanto por meio das agitações políticas provocadas pelo *Partido*, quanto pode irromper espontaneamente do seio das contradições de classes engendradas na cotidianidade capitalista.

Assim, ressaltado como Marx e Engels produziram a respeito da organização dos trabalhadores, sem, contudo, demarcar incisivamente qual seria o principal instrumento para organizá-los, mas trazendo em seus escritos a necessidade de um *programa* ante a “espontaneidade”, Lenin entendeu o *partido* como a principal ferramenta para a luta política, evidenciando em seus escritos que o responsável pela formulação do *programa* e sua ação concreta seria o *partido*.

Retomando alguns elementos de Lênin fundamentais na compreensão da realidade, há, na obra “*Que fazer?*”, uma distinção importante entre *forças motrizes* e *forças dirigentes*, que seria a já citada diferença entre luta econômica e política. Sobre isso, Braz no esclarece que,

As forças motrizes abrangem o conjunto das lutas sociais que, de modo mais ou menos espontâneo, desenvolvem-se entre os diversos segmentos do proletariado. Elas podem ter um efeito passageiro, de duração transitória, à medida que as demandas que as mobilizaram são atendidas ou se dissolvem, seja pela ausência de direção política, seja pela repressão das classes dominantes. Mas elas guardam em si o potencial para evoluírem até formas que transcendem seus interesses imediatos, evolução que não depende delas, pois que pressupõe a ação de forças que consigam atuar para vinculá-las aos interesses mais gerais que as envolvem: *as forças dirigentes*. Estas são justamente as que reúnem condições para alçar as lutas particulares e imediatas a um patamar superior de luta e de consciência social. (BRAZ, 2014, p.144)

Acreditando que as ideias *lenineanas* foram decisivas para o sucesso do processo revolucionário russo, em 1917, e que, apesar de publicizadas há mais de um século, permanecem ainda atuais e de notória relevância para as análises da contemporaneidade, buscamos elencar elementos teóricos, reflexões introdutórias ao debate sobre o *Partido*³², para justificar a relevância de se contextualizar o *Partido* nas lutas sociais contemporâneas.

Entendendo que houve um despertar das *forças motrizes* brasileiras no último período, criando condições subjetivas para uma ruptura com “o ciclo histórico de amortecimento

³² Reiteramos aqui que as considerações desse capítulo são apenas introdutórias ao debate sobre o partido.

produzido pelos últimos dez anos de apassivamento operado pelos governos petistas” (BRAZ, 2014, p. 144), acreditamos que a tarefa atual é justamente dirigir o processo político que brotou em junho, tarefa que acreditamos não caber aos “bravos e combativos movimentos espontâneos que já vêm fazendo a sua parte ao incendiar a realidade” (BRAZ, 2014, p. 144), mas “àqueles que podem ir além de breves e localizados incêndios: os partidos, como forças dirigentes” (BRAZ, 2014, p.144).

Dessa forma, motivados em analisar o *momento ideal* das *forças dirigentes*, nosso trabalho prossegue buscando entender como o PSTU – tomado aqui como um partido revolucionário que tem a pretensão de transformar a realidade social do país –construiu seus “trabalhos preparatórios” em resposta ao movimento ocorrido nas manifestações de junho de 2013 e, quiçá, para além delas.

3.CAUSALIDADE DAS RUAS: CONFORMAÇÕES DE UM ASCENSO

*Governo estimula e o consumo acontece
 Mamãe de todo mal e a ignorância só cresce
 FGV, me ajude nessa prece
 O salário mínimo com base no DIEESE
 Em frente ashoppin' marcar rolêzin'
 Debater sobre cotas, copas e afins
 O opressor é um míssil e o sistema é cupim
 E se eu não existo, por que cobras de mim?*

Cartão de Visita
 Criolo

Considerando todo o esforço teórico para compreender as interfaces da relação existente entre os pores teleológicos nas apreensões acerca do partido, - no caso desse estudo, nas elaborações relacionadas ao partido de Marx, Engels e Lênin -, nesse capítulo tentaremos aplicar à práxis política do PSTU a investigação acerca da influência das manifestações de junho de 2013 no seu “momento ideal”, ou seja, nosso questionamento vai no sentido de problematizar de que forma os movimentos de massas de junho modificaram, o que Lukács entendeu como “momento ideal”, nos partidos que escolhemos analisar. Claro que não é possível generalizar, mas isso implica uma reflexão sobre a forma como os partidos de esquerda no Brasil contemporâneo vêm se qualificando para os desafios da dinâmica moderna dos movimentos sociais, da reestruturação do trabalho e das muitas lutas que surgiram, e vem surgindo nesse contexto.

Acerca dos partidos de esquerda, corroboramos com Arcary (2011), Gonçalves (2012), Castelo (2012), Sampaio Jr. (2012) e tantos outros grandes intelectuais do nosso tempo de que o Partido dos Trabalhadores (PT) não apresenta nenhum projeto no campo da esquerda, no sentido de ir além das tímidas melhoras sociais infladas por capciosos indicadores sociais advindos dos organismos internacionais, tais como Banco Mundial e FMI, interessados em respaldar socialmente o brutal crescimento econômico cada vez mais desigual e combinado. Temos total acordo que esse partido municia sua política pelo viés de um “liberalismo enraizado”, que nada mais é que o velho conservadorismo político repaginado.

Dessa forma, acreditamos que, para uma construção mais precisa do pensamento da esquerda política do Brasil de hoje, os partidos que deveriam fazer parte da nossa pesquisa são: PSTU, PCB e PSOL. Contudo, como já expusemos, por questões metodológicas tivemos

que optar em realizar essa pesquisa a partir de apenas um desses partidos, sendo escolhido o PSTU.

Nesse sentido, como já apontamos na introdução, abordaremos os artigos publicados no site oficial do partido, dentro do eixo nacional, de maio até setembro de 2013. Ainda, temos clareza que para afirmar com total certeza à práxis política do PSTU, seria necessário um volume muito maior de material, uma pesquisa de âmbito muito mais extenso. Se as lacunas deste trabalho servirem de acicate para que outros alcancem resultados mais completos, o trabalho já terá sido de alguma valia.

Considerando que o “momento ideal” de cada partido é forjado pelo debate teórico (na dialética com a práxis) que se arma na história de cada um deles, acreditamos estar aí a máxima leniniana segundo a qual “sem teoria revolucionária não há atividade revolucionária”.

A compreensão da relação entre a práxis e a “teoria” (parte constitutiva do momento ideal) é objeto de Marx em muitas passagens. Segundo este autor,

A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas tão logo demonstra *ad hominem*, e demonstra *ad hominem* tão logo se torna radical. Ser radical é agarrar a coisa pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem (MARX, 2010a, p.151).

As revoluções precisam de um elemento passivo, de uma base material. A teoria só é efetivada num povo na medida em que é a efetivação de suas necessidades. Para Marx, “assim como a filosofia encontra suas armas materiais no proletariado, o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais, e tão logo o relâmpago do pensamento tenha penetrado profundamente nesse ingênuo solo do povo, a emancipação [...] dos homens se completará” (2010a, p. 156), sendo que a “cabeça dessa emancipação é a filosofia, o proletariado é seu coração. A filosofia não pode se efetivar sem a supressão [*Aufhebung*] do proletariado, o proletariado não pode supressumir sem efetivação da filosofia” (2010a, p.157).

Desta maneira, nossa proposta é analisar a teoria revolucionária desses partidos destacados para esboçar quais os caminhos teóricos que configuram o “momento ideal” da esquerda brasileira contemporânea.

No que diz respeito ao caminho teórico-metodológico, elucidaremos a relação entre teoria e práxis no sentido de entender o momento ideal, que compreende, além de uma apropriação teórica, um componente importante dessa dialética com a práxis (particularmente a práxis política), utilizando, sobretudo Lukács nessa argumentação. Acreditamos que sua

contribuição sobre a práxis política como pôr teleológico secundário é imprescindível para desvendar o complexo que se compreende como “momento ideal”, que no nosso estudo, será o do partido político.

3.1. PRÉ-JUNHO: A CONJUNTURA PARA ALÉM DO ENVIESADO NOVO DESENVOLVIMENTISMO

A insatisfação popular generalizada que ocorreu em junho de 2013 sem sombra de dúvidas ficará para a história. Manifestações diversas em grande parte das cidades brasileiras e um movimento de massas, em proporções só comparadas às mobilizações na época da ditadura³³, levaram às ruas milhões de brasileiros. Embora algumas organizações políticas já apontassem possíveis focos de insatisfação, nenhuma mensurou a dimensão de massas real que tomou as ruas brasileiras nesse período. Situação “inusitada” viveu o governo, caracterizado, por meio de alguns dos seus “intelectuais”, como “neodesenvolvimentista”, em alusão ao período desenvolvimentista iniciado por Vargas em 1930, com seu auge nos anos 1950-60 durante o governo JK (1956-1961), que acreditou e divulgou amplamente que o país retomava índices grandiosos de crescimento econômico e conseguia realizar justiça social, uma vez que era um período de queda da taxa de desemprego, aumento da formalização dos empregos e queda da pobreza absoluta. A considerar a forma como o governo entendia a realidade, não é difícil pressupor a dimensão da sua surpresa com os ascensos populares.

Antes de adentrar nas impressões acerca das manifestações populares, cabe um sucinto esclarecimento acerca dessa leitura da realidade realizada pelo governo e que destoa da vida real da população. Acreditamos ser importante contextualizar, a partir de algumas leituras mais completas, a realidade brasileira para compreender as bases fundantes da insatisfação.

Emir Sader defende há anos que a América Latina vive uma fase pós-neoliberal; Maria da Conceição Tavares declarou, em entrevista a “Folha de São Paulo” em setembro de 2010, que “desta vez [...] a maldição do Furtado, que era desenvolvimento junto com subdesenvolvimento, pode terminar”; e Márcio Pochmann afirmou, em entrevista a mesma Folha em novembro, que o social-desenvolvimentismo é um padrão de acumulação que rompe com a financeirização e cria um Estado de bem-estar social no país. O novo desenvolvimentismo surgiu no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de

³³ Um dos episódios mais emblemáticos desse período foi o que se chamou de “Marcha dos cem mil”, quando em 26 de junho de 1968, durante o governo do presidente Costa e Silva, 100 mil pessoas partiram da Cinelândia, no Rio de Janeiro, munidas de cartazes e palavras de ordem para protestar contra a ditadura militar.

esgotamento, e logo se apresentou como uma terceiravia, tanto ao projeto liberal quanto do socialismo.

Para Castelo, “o pensamento econômico brasileiro, a partir do novo desenvolvimentismo, recolocou em tela alguns grandes temas nacionais, como soberania externa, integração regional e inserção na divisão internacional do trabalho, industrialização e inovação tecnológica, distribuição de renda, nova classe média, etc.” (CASTELO, 2012, p. 628). Entretanto, estes temas “aparecem em larga medida esvaziados do seu conteúdo crítico e analítico para justificar uma razão de governo” (CASTELO, 2012, p. 628). O debate acontece unicamente entre neodesenvolvimentistas e neoliberais, sem considerar os posicionamentos que se colocam de forma crítica às elaborações advindas dessa nova interpretação da realidade. No aspecto político, deve-se ter claro que não há formas de se superar o projeto burguês em curso, sem reformas ou revoluções. Quando nos remetemos às lutas nacional-desenvolvimentistas, haviam reformas estruturais com apoio das massas, luta anti-imperialista e contra o latifúndio, como formas de enfrentamento ao subdesenvolvimento. O que é visto hoje e, equivocadamente é considerado como neodesenvolvimentismo, é a redução das lutas de classes,

[...] ao controle das políticas externa, econômica e social no sentido de promover a transição do neoliberalismo para uma quarta fase do desenvolvimentismo. A grande política é, portanto, esvaziada do seu poder transformador, dando lugar a uma política de gestão técnica dos recursos orçamentários, como se a distribuição da riqueza nacional e a apropriação da mais-valia não se tratasse de uma questão de organização e força das classes sociais, tal qual defendiam a economia política clássica e a crítica da economia política. (CASTELO, 2012, p. 630)

Conforme demonstrado em Gonçalves (2012), a experiência de desenvolvimento econômico brasileiro durante o governo Lula e Dilma expressa um projeto que se pode denominar “desenvolvimentismo às avessas”; ou seja, é ausência de transformações estruturais que caracterizam o projeto desenvolvimentista, ou, nas palavras de Sampaio Jr.,

[...] o neodesenvolvimentismo é um rótulo vazio. É muito mais uma estratégia de propaganda dos governos Lula e Dilma, no seu afã de se diferenciar dos governos FHC, do que num corpo de doutrina para orientar a ação do Estado. Não conheço nenhum trabalho sério que explique as bases objetivas e subjetivas desse novo desenvolvimentismo. (SAMPAIO JR., 2012, p. 12)

Para Sampaio Jr. (2012), a perspectiva desenvolvimentista supõe a presença de sujeitos políticos dispostos a enfrentar o imperialismo e o latifúndio. Os “novos desenvolvimentistas” são entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios

extrativistas. Defendem a estabilidade da ordem. Não alimentam nenhuma pretensão de que seja possível e mesmo desejável mudanças qualitativas no curso da história.

Nesse sentido, as únicas vozes que faziam coro à caracterização do governo e da conjuntura brasileira vinham de alguns de seus “novos” admiradores. Segundo Castelo:

Em 2006, Olavo de Setúbal, dono do Itaú, fez rasgados elogios à política econômica do governo Lula, que então mantinha intacta a herança dos governos Fernando Henrique Cardoso do tripé defendido pelo Consenso de Washington (superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante). Em novembro de 2009, a revista *The Economist* fez uma matéria de capa com o título “Brasil decola”(Braziltakesoff), com a imagem do Cristo Redentor subindo aos céus como um moderno foguete. Em março de 2011, Luiz Carlos Bresser Pereira escreveu que “estamos todos felizes com a nossa presidenta”, fazendo adendos críticos às políticas de câmbio e juros sobrevalorizados. E, em janeiro de 2012, o banqueiro Roberto de Setúbal, herdeiro de Olavo, declarou o seguinte a respeito da política econômica do governo Dilma: “Gosto de tudo o que tenho visto”. No interior das classes dominantes (e seus aliados nacionais e internacionais), criou-se um clima de otimismo sobre os rumos do desenvolvimento capitalista, que também é alimentado pelo apassivamento das lutas da classe trabalhadora gerado pelo transformismo do PT. Otimismo mais do que justificado, tendo em vista que lucros e juros capitalistas bateram recordes nos últimos anos. (CASTELO, 2012, p. 614)

Nota-se que há de fato uma latente distância entre o discurso do governo e as condições objetivas da população. Nos propomos a analisar de forma específica, alguns dos argumentos que construíam a concepção de que o período atual era de “crescimento econômico com justiça social”.

No que diz respeito à queda da taxa de desemprego, é necessário refletir sobre qual empregado estamos nos referindo. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de desemprego em fevereiro de 2013 era de 5,6%, índice que fez com que o governo afirmasse estar próximo do “pleno emprego”. Entretanto, realizando essa mesma pesquisa, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), pesquisando as mesmas regiões que o IBGE, traz um índice bem maior, de 10,4%, representando mais de 10 milhões de pessoas desempregadas no Brasil. Importante ressaltar que houve sim uma redução na taxa de desemprego (segundo o IBGE, em novembro de 1999 o índice de desemprego era de 8%), perceptível na latente procura por mão-de-obra em setores como serviço e construção civil.

O perfil dos empregos criados nesse período dos governos Lula e Dilma é de um trabalho precarizado e de baixa remuneração. Em contrapartida, empregos com salários

maiores diminuíram. Um dos vínculos de trabalho que mais se expandiu foi o relativo às terceirizações.

Nos países não desenvolvidos, o trabalho terceirizado expandiu-se mais recentemente. A principal motivação do processo de terceirização tem sido a busca pela redução do custo da força de trabalho em torno da exposição do setor produtivo à competição internacional. Em função disso, a terceirização representa a contratação de trabalhadores com remuneração e condições de trabalho inferiores aos postos de trabalho anteriormente existentes. No Brasil, a terceirização do trabalho ganhou importância a partir dos anos 1990, coincidindo com o movimento de abertura comercial e de desregulamentação dos contratos de trabalho. Nos dias de hoje, o trabalho terceirizado responde cada vez mais por uma parcela maior do total de ocupações gerados no Brasil e, por serem postos de trabalho de menor remuneração, absorvem mão de obra de salário de base. Nos últimos 25 anos, o trabalho terceirizado apresentou duas dinâmicas distintas. Até 1994 a trajetória da terceirização era considerada contida. A partir de 1995, esse número aumentou consideravelmente. De 1996 até 2010, a expansão em médio do setor terceirizado ao ano foi de 13,1% e de 12,4% ao ano para o crescimento médio anual das empresas. O universo de terceirizados aumentou 11,1% por ano em média e as empresas cresceram em média 16,4% ao ano.

Em 2010, a taxa de rotatividade de mão de obra terceirizada no Estado de São Paulo foi de 63%, ou seja, as empresas terceirizadas tendem a romper o contrato de trabalho com praticamente todos os seus trabalhadores num período inferior a 2 anos. Não suficiente, o salário do novo trabalhador, segundo o DIEESE, representava 89% do que era o salário anterior. Além disso, mantiveram-se as diferenças salariais de raça e gênero. As mulheres recebem em média 73,3% do salário dos homens e os negros 60% dos rendimentos dos brancos, segundo a PNAD de 2011 – IBGE.

Outro argumento, e talvez o mais frágil, é em relação à diminuição da pobreza, tão efusivamente proclamada pelo governo. Fala-se que 22 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza, restando apenas 2 milhões. O ponto problemático dessa afirmação é o que é considerado “pobreza extrema”, que no caso, são as famílias que recebem até R\$70 por pessoa ao mês, e são consideradas “pobres” as que recebem de R\$70 a R\$140 por mês. Ocorre que esse é o critério do Banco Mundial, que entende como miserável quem possui a renda diária inferior à US\$ 1,25 e pobre, quem ganha até US\$ 2,50 por dia. Não por acaso o Banco Mundial entende que o Programa Bolsa Família é de veras eficiente, além de possuir um custo relativamente baixo, que hoje gira em torno de 0,5% do PIB nacional.

Não resta dúvidas de que a manipulação dos índices para se rebaixar a linha da pobreza tem o intuito de enaltecer as conquistas do governo. Cria-se uma falsa impressão de que o sistema capitalista pode distribuir renda de forma igualitária, sendo que na verdade a pobreza não acabou nem acabará nesse modo de produção. Nos cálculos do governo, o Brasil hoje possui 6,3% de pessoas em extrema pobreza e 15,7% de pessoas em condição de pobreza.

Em outra equação, muito mais próxima da realidade, o DIEESE apresentou uma classificação diferente para definir pobreza. Por esta metodologia, o trabalhador que recebe até um salário mínimo é considerado miserável, de um a dois salários mínimos ele é considerado pobre. Por este critério, em 2010, o Brasil teria 15,7% de sua população em extrema pobreza e 36,8% na pobreza, ou seja, os índices divulgados pelo governo dobrariam. Analisando os números absolutos, no Censo do IBGE de 2010 teríamos 30 milhões de pobres. Pelo DIEESE esse número subiria para 70 milhões, quase metade concentrados na região do Nordeste.

Todavia, para o cálculo da pobreza não podemos deixar de fora condicionantes sociais para além da renda. Isso implica considerar acesso às necessidades básicas, como acesso à educação, saúde, moradia, serviços básicos, alimentação e seguridade social. E computadas essas necessidades, em 2011, 62 milhões de pessoas não tiveram acesso aos serviços básicos, 113 milhões têm carências sociais e 58 milhões têm carências de rendimentos.

3.2. O BRASIL NAS RUAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO

*Brasil, Vamos acordar. O professor vale mais que o Neymar
Cartazes - Junho 2013*

Partindo do pressuposto que a conjuntura brasileira era muito mais complexa do que o “crescimento econômico com justiça social” amplamente divulgado, em junho de 2013 um grito com formas distintas ecoou nas ruas das cidades brasileiras. Braga elucida que:

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o número de horas paradas em 2012 foi 75% superior ao de 2011, alcançando um pico histórico inferior apenas aos de 1989 e de 1990. A combinação da desaceleração do crescimento econômico com um mercado de trabalho ainda aquecido pode nos ajudar a explicar esse importante fenômeno. (BRAGA, 2013, p.81)

Embora a insatisfação já estivesse se emoldurando, a sua dimensão de massas pegou de surpresa organizações políticas, governantes, imprensa, etc. Para Vainer,

[...] pela rapidez com que se espalharam, pelas multidões que mobilizam, pela diversidade de temas e problemas postos pelos manifestantes, elas evocam os grandes e raros momentos da história em que mudanças e rupturas que pareciam inimagináveis até a véspera se impõem à agenda política da sociedade e, em alguns casos, acabam transformando em possibilidade algumas mudanças sociais e políticas que pareciam inalcançáveis. (VAINER, 2013, p. 13)

De fato, os desdobramentos dos acontecimentos foram surpreendentes. Quando os militantes do Movimento Passe Livre³⁴ (MPL) foram às ruas reivindicando a revogação do aumento das tarifas de ônibus urbanos na cidade de São Paulo, algo que, de certa forma, é até “comum”, sobretudo nas grandes cidades³⁵, a resposta, também “comum” dos governantes, foi tratar com repressão as manifestações populares. Fernando Haddad, prefeito de São Paulo, reafirma que não vai abaixar as tarifas e Geraldo Alckimin, governador do Estado de São Paulo, envia a tropa de choque da Polícia Militar para conter o movimento.

Segundo Iasi,

[...] é compreensível a surpresa das autoridades diante do efeito que sua atitude provocou. Em condições normais, o desfecho previsível seria alguns dias de manifestação, repressão, esvaziamento, volta à normalidade. A confiança na passividade imposta aos movimentos sociais era tão grande que a presidenta Dilma negociou para que o aumento das passagens não fosse lançado em janeiro, mas em junho, para tentar disfarçar a inflação que sai do controle. Olhando agora parece estranho trazer para a Copa das Confederações o aumento e sua consequente reação, mas os poderosos fielmente acreditavam que a população estaria ocupada torcendo pela seleção brasileira e não repararia naquele pequeno grupo de jovens protestando contra mais um aumento. (IASI, 2013, p.45)

Todavia, a repressão comumente usada contra os manifestantes dessa vez ecoou de forma diferente, ela serviu “como catalisador das contradições que germinavam sob a aparência de que tudo corria bem em nosso país. Não era mais possível manter o real como impossibilidade sem ameaçar a continuidade da vida” (IASI, 2013, p.45). Se nos dois primeiros atos os manifestantes envolvidos às pautas do MPL eram cerca de 2 mil pessoas, o

³⁴ Segundo o Movimento Passe Livre (MPL) – São Paulo, acerca de sua própria constituição: “Surge então um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a quaisquer espaços que não possuem dirigentes, nem respondem a qualquer instância externa superior”. (MPL, 2013, p. 15)

³⁵ Segundo o Movimento Passe Livre (MPL) – São Paulo, a inserção do movimento em atos contra o aumento das tarifas se inicia em 2003 em Salvador, no que ficou conhecido como “A Revolta do Buzu”.

reflexo da repressão aos manifestantes fez com que o próximo ato saltasse para 250 mil participantes.

No momento em que os olhos do mundo se voltavam para o Brasil esperando a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, “alguns jovens irresponsáveis” não poderiam manchar a imagem do país. O contexto dos Megaeventos, dos grandes investimentos em urbanos para a realização desses “negócios”, sem dúvida possui forte conexão com tudo o que se viria a acontecer posteriormente nas ruas. Ainda para Iasi,

A vida que pulsava transbordou, e o dique da ideologia não foi capaz de contê-la. Todo movimento da objetividade que rompe as formas antigas traz duas possibilidades: instituir novas formas ou rerepresentar as velhas em nova roupagem. Os patéticos pactos propostos pela presidenta Dilma são uma enfática afirmação que tudo deve continuar como estava, e o desejo deve se submeter ao real e ao possível. Nas ruas o desejo transborda, gritando a impossibilidade de manter a impossibilidade do real, grafitando de vida as paredes cinza da ordem moribunda. Devemos apostar na rebelião do desejo. Aqueles que se apeçarem às velhas formas serão enterrados com elas. (IASI, 2013, P.46)

Com a pressão das ruas, mais de cem cidades baixaram suas tarifas de transporte urbano, mas ainda assim as manifestações continuaram. Secco analisa alguns dados interessantes acerca desse período:

Segundo a Folha de S. Paulo, 84% dos manifestantes paulistas no dia 17 de junho não tinham preferência partidária, 71% participavam pela primeira vez de um protesto e 53% tinham menos de 25 anos. Pessoas com ensino superior eram 77%. Alguns números revelam o óbvio: desde 1992 não havia protestos amplos e generalizados no país, logo, só poderia ser a primeira vez dos jovens manifestantes. Além disso, a preferência partidária sempre foi baixa no Brasil, embora tenha se revelado ainda menor na pesquisa citada. Nas manifestações de 20 e 22 de junho em São Paulo, a pauta das ruas se duplicou. De um lado, a pauta popular, organizada de baixo para cima nos primeiros dias, na qual era central a questão da tarifa de transporte, induzida pelo MPL. De outro, uma pauta que veio de cima para baixo. Esta era a pauta de massa. A questão aqui não é o conteúdo, mas a forma, ou seja, o que importa é como a “vanguarda” interpela os demais. A linguagem de cima é apelativa como a publicidade. A de baixo assemelha-se ao jogral, escolhido pelo MPL em contraposição ao tradicional uso de carros de som e palanques. (SECCO, 2013, p.72)

Atentos aos acontecimentos, rapidamente Fernando Haddad e Geraldo Alckmin trataram de realizar um pronunciamento juntos, dividindo microfones, atitude repetida posteriormente pela presidenta Dilma. O tom da conversa agora era outro. Se antes a medida era criminalizar os manifestantes, agora era necessário enaltecer os cidadãos brasileiros que iam às ruas. Entretanto, havia uma diferença importante. Havia os “bons” manifestantes, que reivindicavam de forma “pacífica” e amorfa, esses, cidadãos de bem, e os “maus”

manifestantes, ou seja, os “vândalos”, personagens construídos pela mídia burguesa no intuito de desmobilizar as verdadeiras pautas das ruas.

Em paralelo, no correr dos atos, “a direita mostrou uma face dupla: grupos neonazistas serviam para expulsar uma esquerda desprevenida, enquanto inocentes ‘cidadãos de bem’ de verde-amarelo aplaudiam” (SECCO, 2013, p.74). Esses episódios ocorreram no ápice do movimento. O que se viu posteriormente foi uma queda cada vez maior no número dos participantes.

O número de participantes no país foi o maior até então. Mas começou a cair logo em seguida. A mudança ideológica dos protestos coincidiu com uma queda abrupta do número de manifestantes. O movimento que começara apartidário se tornava então antipartidário. (SECCO, 2013, p.74)

Acerca da relação entre manifestantes e trabalho, Braga apresenta algumas informações interessantes:

Pesquisa da empresa de consultoria Plus Marketing na passeata de 20 de junho de 2013 no Rio de Janeiro mostrou que 70,4% dos manifestantes estavam empregados, 34,3% recebiam até um salário-mínimo e 30,3% ganhavam entre dois e três salários-mínimos. A idade média era de 28 anos, ou seja, a faixa etária dos que entraram no mercado de trabalho nos últimos dez anos. Dados colhidos em Belo Horizonte apontam na mesma direção. (BRAGA, 2013, p.82)

Considerando que dos novos postos de trabalho, ainda segundo Braga (2013), 94% pagam até 1,5 salário mínimo, e esse sujeito vive no seu cotidiano as refrações da precarização dos serviços públicos, violência policial, etc., pode-se dizer que mesmo com os tímidos aumentos reais do salário mínimo, conjugado com a oferta de crédito e o estímulo ao consumo não foram suficientes para conter a insatisfação social. Braga completa que,

[...] se os grupos pauperizados que dependem do Programa Bolsa Família e os setores organizados da classe trabalhadora que em anos recentes conquistaram aumentos salariais acima da inflação ainda não entraram na cena política, o “precariado” – a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiquualificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho, por jovens à procura do primeiro emprego, por trabalhadores recém-saídos da informalidade e por trabalhadores sub-remunerados – está nas ruas manifestando sua insatisfação com o atual modelo de desenvolvimento. (BRAGA, 2013, p.82)

Em suma, o grito das ruas, segundo pesquisa realizada pelo Ibope nos dias da passeata, clamava por saúde (78%), segurança pública (55%) e a educação (52%), além de transporte

público (77%). Sem dúvida, e mesmo com interfaces de grupos ligados à direita, o que ocorreu foi um ascenso do “precarizado” na luta por seus direitos básicos.

No que diz respeito às organizações de trabalhadores, “até o fim de junho nenhuma greve importante acompanhou os protestos de rua – é preciso lembrar que em 2012 houve 50% mais greves que em 2011” (SECCO, 2013, p. 77). Sem polarizar as atividades políticas, as centrais sindicais chamaram uma greve geral para o dia 11 de julho, algo inédito desde 1991. Segundo Secco, “cerca de 200 mil pessoas participaram das manifestações em pelo menos 157 cidades. A abrangência geográfica foi maior do que a dos protestos de junho, embora o número de manifestantes fosse menor” (SECCO, 2013, p.78).

Com as mobilizações que ganharam as ruas no mês de junho, a presidenta Dilma Rousseff, envolta à pressão popular, se comprometeu a realizar cinco pactos³⁶ em favor do Brasil.

De fato, o turbilhão de vozes ecoou de forma marcante nas estruturas políticas brasileiras. Para além dos jovens que se faziam presentes nas manifestações do MPL, a explosão de insatisfação ganhou atenção dos principais veículos de comunicação, pressionando governos municipais e estaduais, além do governo federal.

Um novo panorama parece se aproximar, e remetemos aqui, à pergunta que nos moveu na elaboração desse estudo. Como os partidos políticos de esquerda reagiram às manifestações? Houve, na acepção lukacsina, mudanças no “momento ideal”? Essas questões serão abordadas no próximo capítulo.

³⁶ Os cinco pactos firmados pela presidenta Dilma são: 1) Pacto pela Responsabilidade Fiscal; 2) Pacto pela Reforma Política; 3) Pacto pela Saúde; 4) Pacto pelo Transporte Público; 5) Pacto pela Educação Pública. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/24/dilma-anuncia-que-vai-pedir-plebiscito-por-reforma-politica.htm>>. Acesso em 13 dez. 2014.

4. TELEOLOGIA DE UM PARTIDO: PSTU FRENTE À CAUSALIDADE DAS RUAS

O desafio de analisar o “momento ideal”, mesmo que apenas no PSTU, é sem dúvida de proporções grandiosas. E desde já ressaltamos que não há a menor possibilidade de esgotarmos esse estudo nas linhas subsequentes. Estamos cientes que abordar a história, fundação, princípios e diretrizes balizadoras da práxis social desses partidos, elementos que conformam o “momento ideal”, necessita de um aprofundamento muito maior do que o que iremos apontar. Nesse sentido gostaríamos de frisar mais uma vez que nosso objetivo, longe de fechar uma conclusão, é o de fornecer subsídios para futuros trabalhos que se proponham a debater as lutas contemporâneas em sua interface com os partidos políticos de esquerda.

Assim, sobre o PSTU, abordaremos brevemente sua história, objetivos, princípios, diretrizes, mas, fundamentalmente, seus discursos públicos antes, durante e depois das manifestações de junho de 2013. O que ocorreu já era antevisto por estes partidos? No correr dos atos, houve um acerto no entendimento do que estava ocorrendo? E posteriormente, alguma coisa mudou no “momento ideal” desses partidos? São essas as questões que esperamos introduzindo em mente os limites da análise dados pelo corte temporal e o complexo de problemas que a discussão suscita.

No aspecto metodológico trabalharemos com os seguintes momentos: 1) 6, 7 e 11 de junho, momento em que as manifestações em São Paulo, motivadas pelo aumento da tarifa do transporte, foram brutalmente reprimidas; 2) 13 de junho, protestos realizados principalmente em solidariedade aos manifestantes reprimidos em São Paulo, ocorrendo em diversas cidades e possuindo também algumas reivindicações específicas da realidade de cada população envolvida; 3) 17 à 21 de junho, data da massificação das manifestações, espalhadas por todo o Brasil e com milhões de pessoas nas ruas. Nesse momento ainda havia na pauta questões referentes ao transporte público, mas outras problematizações começam a efervescer. Motivados por questões cotidianas, a partir do dia 20 de junho diversas reivindicações explodem nas ruas, pautando questões diversas e importantes, como os gastos públicos com a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016; 4) Por fim, abordaremos o chamado das organizações sindicais e políticas para o ato unificado no dia 11 de julho.

Fundado em 5 de junho de 1994, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) nasceu após a expulsão da corrente Convergência Socialista (CS) do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1991. As já sabidas divergências viscerais entre esses dois partidos

eram toleradas devido à tática de “entrismo”³⁷, idealizada por parte de um grupo de militantes trotskistas, com o objetivo de disputar pela esquerda o principal partido da classe trabalhadora brasileira. Por entenderem que este partido “não era mais uma alternativa estratégica para a construção de uma direção revolucionária no Brasil”³⁸, a militância da Convergência Socialista e outros grupos de esquerda, insatisfeitos com as posições do PT, se reuniram durante dois anos na construção de um programa revolucionário e fundaram o PSTU. No campo dos movimentos populares e sindicais, o PSTU constrói sua inserção junto à Central Sindical e Popular (CSP) – CONLUTAS³⁹, ainda que a ruptura com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) tenha se dado em 2002.

Por ter como princípio a organização internacional dos trabalhadores, o PSTU se organiza internacionalmente com a Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI).

Além da organização internacional dos trabalhadores⁴⁰, outros princípios defendidos pelo PSTU são: 1) Mobilização permanente dos trabalhadores⁴¹; 2) Independência de classe⁴²;

³⁷ Segundo Bensaïd, “o termo de ‘entrismo’ propriamente dito aparece assim nos anos 30 e, mais precisamente, a partir da ‘viragem francesa’ de 1934 e da ‘viragem americana’, quando Trotsky pede aos pequenos grupos saídos da Oposição de Esquerda que se juntem aos partidos socialistas nos quais emergem correntes de esquerda. Este ‘entrismo’ não tinha nada de clandestino. Fazia-se de ‘bandeira desfraldada’, defendendo abertamente as suas ideias e organizando correntes claramente identificadas tanto quanto o regime dos partidos dirigidos pelas burocracias social-democratas o permitiam. Tratava-se, afinal, de uma tática de curto prazo” (BENSAÏD, 2008, p. 101)

³⁸ As referências deste texto são advindas do site oficial do PSTU, disponível em: <<http://www.pstu.org.br/>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

³⁹ Apesar da **CSP Conlutas – Central Sindical e Popular** – ter sido fundada no Congresso Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT – ocorrido na cidade de Santos, São Paulo, nos dias 5 e 6 de junho de 2010, a maioria do seu grupo constituinte já construiu a CONLUTAS, fundada em 2006.

⁴⁰ Segundo o site: “Somos internacionalistas, porque não acreditamos no socialismo em um só país. A internacionalização da produção sob o capitalismo exige uma resposta também internacional. Não se pode avançar para o socialismo restringindo a evolução da economia nas fronteiras de um país. [...] A revolução só poderá ter alguma viabilidade, na medida em que se generaliza a nível internacional. [...] Por isto o PSTU não se dispõe a ser apenas um partido nacional, mas ser parte de uma internacional revolucionária. A LIT, nosso embrião internacional, é a concretização mais importante do internacionalismo”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/partido?identificacao=7797>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁴¹ Segundo o site: “Não por acaso que as bandeiras do PSTU são as mais vistas com muita frequência nas mobilizações dos trabalhadores e jovens em todo o país. [...] Nós defendemos todas as lutas dos trabalhadores e jovens, inclusive o direito das massas de utilizar ações radicalizadas contra a burguesia e o governo. [...] A direção do PT se horroriza com estas ações radicalizadas, porque elas se chocam com setores mais acomodados da classe média. Nós, ao contrário, defendemos as lutas das massas e seus métodos radicalizados”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/partido?identificacao=7797>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁴² Segundo o site: “é preciso ampliar o leque de apoio dos trabalhadores urbanos, mas buscando aliança com setores explorados da cidade e do campo. [...] Nós seguimos defendendo o classismo, a independência de classe, tanto nas lutas diretas dos trabalhadores como nas eleições”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/partido?identificacao=7797>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

3) Socialistas revolucionários⁴³, ou seja, acreditam que só uma revolução social pode levar ao socialismo; 4) Democracia operária⁴⁴; 5) Contra toda a opressão⁴⁵.

Sua organização interna funciona a partir de um “Centralismo Democrático”, coeso e sem tendências. As posições públicas adotadas pelo partido advêm de ampla discussão com as bases militantes, mas uma vez definido um posicionamento, todos os militantes devem defendê-lo publicamente.

Assim, seguiremos para a pesquisa acerca do momento ideal do PSTU, destacando se houve ou não mudanças a partir dos ascensos de junho.

Acreditando não ser necessário retomar as linhas que já utilizamos para expor o que é o momento ideal, entendemos ser importante apenas retomar que este é um complexo subjetivo, escolhido dentre uma série de possibilidades, que considera, principalmente, a ideologia, no intuito de se atingir uma determinada finalidade.

Como nosso objeto é um partido político, ou seja, um sujeito coletivo, a composição desse momento ideal é bem mais complexa, envolvendo diversas subjetividades, tanto na construção, quanto na execução, do que seria esse momento ideal.

Considerando que o PSTU possui princípios e diretrizes localizados no campo ideológico oposto à ideologia burguesa, resistindo e buscando formas de resistência à reprodução ideológica desse sistema, balizamos seu momento ideal a partir de uma composição atrelada a essa acepção crítica. Nesse sentido, o momento ideal seria a escolha dentre as diversas possibilidades de intervenção na realidade, cuja finalidade maior seria a revolução socialista mundial, em que pese que:

O PSTU é um partido formado por mulheres e homens comprometidos com a luta por um mundo mais justo e igualitário, um mundo socialista. Ao contrário dos demais partidos, o PSTU não prioriza as eleições, mas a ação direta como

⁴³“Nossa concepção de socialismo é radicalmente distinta das ditaduras stalinistas do leste europeu, confundidas propositalmente com o socialismo. [...] Somos socialistas revolucionários, porque não acreditamos que poderemos chegar um dia ao socialismo através das eleições, só uma revolução social, feita pelas massas trabalhadoras, com o proletariado industrial como sujeito social, poderá derrotar o capitalismo, possibilitar a expropriação das grandes empresas capitalistas, e abrir o caminho para o socialismo a nível internacional”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/partido?identificacao=7797>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁴⁴“Nós somos defensores intransigentes da democracia operária. [...] É através da livre participação das bases operárias, populares e estudantis que se pode aferir a vontade e capacidade de luta das massas. Por este motivo somos os defensores de que todas as decisões mais importantes dos sindicatos se deem em assembleias e congressos. Por isto lutamos contra todo o processo de burocratização nos sindicatos e outras entidades populares”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/partido?identificacao=7797>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁴⁵“O PSTU defende uma posição clara contra a opressão racial e sexual. Assume publicamente uma postura militante na defesa dos direitos dos negros, das mulheres e dos gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros contra a opressão, e busca trazer esta luta como parte específica e particular no seio do movimento anti capitalista, aliando os oprimidos e explorados”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/partido?identificacao=7797>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

meio de transformar a realidade em que vivemos. É um partido composto por militantes que atuam no movimento sindical, estudantil e popular.⁴⁶

Todavia, como finalidade atual, acreditamos ser a realização de seus princípios básicos, destacados nas linhas acima, mas que iremos retomar: 1) A mobilização permanente dos trabalhadores; 2) Independência de classe; 3) Socialistas e revolucionários; 4) Internacionalismo; 5) Democracia operária; e 6) Contra toda opressão. Pressupomos assim, que a práxis partidária do PSTU visa, na escolha do seu momento ideal, a finalidade contida dentro dos seus princípios.

Contudo, há uma possibilidade que devemos considerar entre o que se diz e o que se faz. Não queremos aqui afirmar que o PSTU não faz ou não consegue fazer aquilo que orienta seu momento ideal, mas que nem sempre a relação ideal-práxis-realidade pode ser compreendida de forma mecânica.

De outra forma, o que gostaríamos de enfatizar é que, para além do momento ideal do partido, há o processo de interação deste com seus próprios militantes, que precisam tomar para si as constituintes desse momento ideal coletivo, para que atuem coletivamente na relação com outras correntes políticas, de esquerda ou não, e mesmo com os trabalhadores e população em geral.

Nesse processo de construção da práxis, o partido se utiliza de alguns aspectos para o convencimento dos sujeitos, no caso dos militantes, documentos internos, resoluções, circulares, componentes que circunscrevem as táticas no intuito de se atingir o objetivo final. Já na relação com os sujeitos, individuais ou coletivos, externos ao partido, o convencimento parte, além da própria retórica dos militantes, de jornais periódicos, palestras, artigos, programas de TV, rádio, etc., além de falas públicas e participação em atividades políticas.

Esse esclarecimento é necessário para entendermos de onde partimos para analisar possíveis mudanças no momento ideal do PSTU em junho, cientes de que mesmo antes das mobilizações, a práxis de um partido é deveras complexa e desafiadora. Pensar os aspectos teleológicos secundários na relação interna e externa dos sujeitos que compreendem as ações do partido é algo extremamente abstrato e difícil de mensurar.

Com esse desafio em mãos, por meio dos artigos publicados no site sobre a conjuntura nacional, pesquisamos as publicações a partir de maio de 2013. Em maio, na primeira metade do mês os temas com ênfase nacional foram diversos, traziam questões importantes na realidade brasileira, vinculadas de alguma forma ao momento ideal partidário, quando se

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/partido>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

buscava mobilizar a classe trabalhadora através de denúncias à política de privatizações do governo federal⁴⁷, se articular à juventude vítima de extermínio no país, quando se divulgada o tema da violência urbana e diminuição da maioria penal, ou mesmo mobilizar os movimentos agrários de dos povos originários, quando é publicado um artigo sobre a situação dos povos indígenas em Belo Monte. Na segunda metade do mês já havia pistas, embora nada que apontasse para o fenômeno de massas que ocorreria um mês depois. Lutas importantes surgem, como os atos contra o aumento da passagem de ônibus em Natal/RN, tema trazido também em artigos, mas que até então não apresentava expectativa diferente dos atos contra o aumento das passagens dos últimos anos, atos importantes, com grande potencial de mobilização, mas de curta duração. Mesmo chamando ampla mobilização da população, outros temas importantes da conjuntura também foram publicados nos artigos, ao que parece, como forma de tentar elencar mais elementos para um possível descontentamento da massa, sabido, como já expusemos no capítulo sobre o neodesenvolvimentismo, mas ao mesmo tempo adormecido pelo apassivamento das massas. Entendemos que, aos olhos do partido, eram necessários mais elementos da realidade para transformar um ato contra o aumento da passagem em um potencial ascenso da classe trabalhadora.

Interpretando dessa forma, é possível compreender que o PSTU se mantinha empenhado na tática de mobilizar as massas, pautando temas importantes e lutas que se iniciavam, no esforço se transformá-las em lutas maiores e de enfrentamentos classistas.

Para registro, os artigos mencionados faziam menção aos protestos contra o aumento da passagem de ônibus em Natal⁴⁸, denunciavam a inflação nos preços dos alimentos⁴⁹, atrasos nas obras do PAC⁵⁰, novos protestos em Natal, agora com apoio de trabalhadores sem terra e cerca de 7 mil pessoas nas ruas⁵¹, queda do PIB no primeiro trimestre do ano⁵² e responsabilizavam o governo estadual de São Paulo pelo aumento da violência⁵³.

⁴⁷ No dia 14 de Maio de 2013 o artigo é intitulado “Leilão do petróleo: protestos contra a maior privatização da história do país”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19378>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁴⁸ Artigo publicado no dia 16 de Maio de 2013. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19384>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁴⁹ Artigo publicado no dia 20 de Maio de 2013. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19400>>. Acesso em: 13 dez 2014.

⁵⁰ Artigo publicado no dia 22 de Maio de 2013. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19406>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁵¹ Artigo publicado no dia 22 de Maio de 2013. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19409>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁵² Artigo publicado no dia 29 de Maio de 2013. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19430>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁵³ Artigo publicado no dia 29 de Maio de 2013. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19428>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

Entretanto, o que ocorre em junho, além de inesperado é surpreendente também aos olhos partidários. No dia 07 de junho, o artigo publicado com o título “SP: Não ao aumento da passagem e a truculência policial contra a população: Aumento do transporte em São Paulo foi acordado entre Alckmin e Haddad⁵⁴”, abordou a questão do aumento das tarifas do transporte público em São Paulo, anunciadas pelo Governador Alckmin e o prefeito Haddad.

Neste artigo é contextualizada a precária condição de vida da classe trabalhadora paulista, que será onerada com o aumento de mais uma tarifa. A partir dos exemplos de outras capitais⁵⁵, é feito um relato sobre como a mobilização ocorreu em São Paulo, “aqui, em São Paulo, a população também não está disposta a aceitar mais um aumento”⁵⁶, descrevendo que, “no final da tarde desta quinta-feira, 6 de junho, cerca de 4 mil estudantes e trabalhadores protestaram nas ruas da cidade. A manifestação recebeu o apoio da população por onde a passeata passava”⁵⁷. Há ainda o relato das medidas arbitrárias da PM para com os manifestantes, “o ato que já se encerrava foi recebido covardemente com bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e spray de pimenta. Alguns manifestantes conseguiram se refugiar em um shopping da região”⁵⁸, e também com os sindicalistas vinculados ao PSTU,

Quando a situação se acalmou, Altino Prazeres, presidente do Sindicato dos Metroviários, que acompanhava o protesto, tentou negociar com a Polícia Militar a saída das pessoas que estavam no shopping. De forma arbitrária e abusiva, Altino foi detido pela PM. Horas depois foi liberado, sem nenhuma acusação forma, comprovando a arbitrariedade da ação.⁵⁹

Por fim, é feito um chamado à população: “é preciso aumentar as mobilizações, seguir os exemplos de outras capitais brasileiras que intensificaram as lutas e arrancaram vitórias. O PSTU estará presente nas mobilizações, somando forças pela revogação do aumento da passagem e pelo fim do sufoco no transporte público”⁶⁰.

Já neste artigo o PSTU faz um chamado para que se aumentem as mobilizações, pedido comum em seus materiais políticos públicos. Entretanto, o que nos chama atenção é que, mesmo com os apontamentos acerca das questões objetivas, trazidos nos artigos

⁵⁴Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19449>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁵⁵ “Em Porto Alegre, a força da mobilização de milhares de estudantes e trabalhadores conquistou a revogação do aumento. Em Natal, no ano passado, os estudantes também conseguiram barrar o aumento. Neste ano, houve novas mobilizações na capital do Rio Grande do Norte que fizeram a prefeitura recuar na sua proposta inicial de aumento. Em Teresina (PI), após 5 dias de protestos, o reajuste da passagem foi suspenso por 30 dias”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19449>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁵⁶Citação disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19449>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁵⁷Citação disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19449>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁵⁸Citação disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19449>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁵⁹Citação disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19449>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁶⁰Citação disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19449>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

publicados em Maio, qual o estopim subjetivo responsável para que a população efetivamente fosse às ruas? De qualquer forma, ao que parece, e mesmo sem imaginar as proporções das manifestações que viriam, o PSTU destacou em seus artigos sobre conjuntura nacional a necessidade da população paulista ir as ruas, fazendo um chamado para isso. Naquele momento a luta era pela redução das tarifas do transporte público, duramente reprimida pela polícia militar paulista.

Seguindo nas análises das publicações, no dia 10 de junho o editorial sobre a conjuntura nacional não aborda as manifestações, embora seu tema seja a impunidade na investigação do assassinato de José Luis e Rosa Sundermann, militantes assassinados por lutarem pela classe trabalhadora⁶¹.

A partir do dia 12 de junho, artigos sobre as manifestações explodem no editorial, muitas vezes sendo publicados vários no mesmo dia. Se referindo ao ato do dia 11 de junho em São Paulo, é destacado o número de participantes “nesse dia 11 tivemos mais uma demonstração de força com um ato que fez um trajeto por vias importantíssimas do centro da cidade, contando com a participação de mais de 12 mil pessoas”⁶², a repressão policial, “reafirmando a força de nossa manifestação, o ato se manteve forte e unificado até que a Tropa de Choque foi acionada e todo o ato foi disperso de forma extremamente violenta na Praça da Sé”⁶³. Por fim, é feito um chamado nacional para as pessoas irem às ruas lutar contra o aumento das passagens: “A juventude brasileira está parando o país nas últimas semanas. A ANEL está ao lado de todas essas lutas e estamos impulsionando com força total o dia de luta nacional contra o aumento das passagens e o lançamento da campanha ‘Contra o aumento das passagens! Passe livre já, Brasil! Na quinta-feira dia 13/06!’”⁶⁴. O chamado já se propõe a organizar novos atos, talvez entendendo que aquela pauta poderia mobilizar uma parcela significativa da população: “quinta-feira iremos organizar atos em diversas capitais do país. Acompanhe aqui o calendário! E veemmm! Vem pra rua, vem! Contra o aumento, você também! Amanhã vai ser maior!”⁶⁵.

No dia 13 de junho o editorial nacional publica três artigos. No primeiro⁶⁶, são abordadas as lutas que vem ocorrendo em todo o país pela redução da tarifa do transporte

⁶¹ Artigo publicado no dia 10 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19451>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁶² Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19454>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁶³ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19454>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁶⁴ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19454>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁶⁵ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19454>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁶⁶ Artigo publicado no dia 13 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19456>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

público, o direito ao transporte, a mercantilização desse direito e a reafirmação de que só a luta pode reverter essa situação. No mesmo dia, em outro artigo⁶⁷, é destacada a arbitrariedade das prisões dos manifestantes, criminalizados pelos governos do estado e prefeitura (PSDB/PT). Nesse artigo é apresentada uma nota pública do Movimento Passe-Livre (MPL) sobre a situação dos detidos nos atos no dia 11 de junho, que além de contextualizar o motivo das manifestações e publicizar toda a truculência com que a polícia em tratando os que se manifestam, há um trecho interessante acerca da relação entre o movimento e os partidos. Segundo a nota,

Os advogados apoiadores do movimento entraram com uma defesa coletiva, solicitada em nome de 8 manifestantes, pedindo a liberação dos detidos. Outros 2 detidos contam com advogados particulares, que também apresentam suas defesas a Justiça. A resposta do Juiz é aguardada para hoje. Enquanto isso, o movimento e os advogados apoiadores buscam dar todo o apoio possível aos detidos, assim como outras diversas organizações que se solidarizaram com os presos, como a Consulta Popular, Movimento Luta Popular, a CSP-Conlutas, o Grupo Tortura Nunca Mais, o PSTU e o PSOL, entre vários outros⁶⁸.

Nota-se que há uma relação extremamente solidária entre as organizações partidárias no campo da esquerda para com os movimentos populares que estavam à frente das manifestações.

Sobre os atos no dia 13 de junho, um artigo ainda nesse dia⁶⁹ e outro no dia 14 de junho⁷⁰, novamente enfatizam a questão da criminalização da manifestação, exigindo liberdade aos presos políticos desses atos. Interessante destacar os dados apresentados acerca do apoio da população aos atos: “Uma pesquisa do Datafolha revelou que a maioria da população paulista é a favor das manifestações. A pesquisa foi realizada com 815 pessoas antes da repressão policial de quinta-feira, e mostrou que 55% dos entrevistados aprovam os protestos, enquanto 41% se manifestaram contrários”⁷¹.

Importante lembrar que nesse momento os atos ainda não tinham as proporções vistas posteriormente, mas sem dúvida já mostravam que havia uma possibilidade nova no cenário do movimento de massas. Uma evidência é a forma como surgiram manifestações pelo país,

⁶⁷ Artigo publicado no dia 13 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19457>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19457>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁶⁹ Artigo publicado no dia 13 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19459>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁷⁰ Artigo publicado no dia 14 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19459>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁷¹ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19459>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

sendo possível destacar, naquele momento, atos em Natal, Porto Alegre, Teresina, Maceió, Rio de Janeiro, Sorocaba e Fortaleza, todos marcados pela forte repressão policial.

No artigo “Nesse dia 13, o Rio parou nos protestos contra o aumento da tarifa”⁷², o relato informa a participação de quase 10 mil pessoas no protesto carioca.

A cidade parou! As bandeiras vermelhas, os cartazes contra o aumento e as faixas triunfaram. A cada quadra, a população demonstrava simpatia pelo movimento, impingindo ao governador Sérgio Cabral e o prefeito Eduardo Paes (ambos do PMDB), sua primeira derrota⁷³.

A inserção partidária nos atos é descrita da seguinte forma:

O PSTU participou desde a preparação do ato e, com uma expressiva coluna de militantes e simpatizantes agitou, além das suas tradicionais bandeiras vermelhas, faixas exigindo a libertação dos manifestantes presos em São Paulo e a redução das passagens. Os adesivos do partido denunciando o aumento das passagens e o ditador Cabral, distribuídos aos milhares, rapidamente eram colados no peito da população⁷⁴.

A avaliação do ato se deu, conforme o trecho:

Para nós, do PSTU, o resultado desta marcha, sem sombra de dúvidas, é que podemos afirmar que ganhamos esta batalha. A população do Rio ficou ao lado dos manifestantes, apesar do deprimente papel da grande imprensa que, durante dias, estimulou a repressão da polícia e tentou jogar os trabalhadores contra a manifestação. Mostramos aqui no Rio, assim como em São Paulo que, sem dúvida nenhuma, este movimento se fortalece a cada passeata e que mesmo a repressão não nos calará. Mostramos que esta luta não é apenas pela redução da passagem, mas sim contra a alta dos preços e o endividamento das famílias, pela garantia dos nossos direitos e também contra a repressão criminosa dos governantes⁷⁵.

É possível perceber na análise do discurso durante os atos, - mesmo que antes da explosão posterior das massas -, havia, no discurso do PSTU, uma inserção na organização dos atos, diálogo com os movimentos e tentativa de associar a pauta do aumento da tarifa com a insatisfação e demais problemas do cotidiano da população. Entendendo que as manifestações que vinham ocorrendo poderiam culminar na mobilização permanente da classe trabalhadora, princípio do PSTU, e elemento constituinte do momento ideal, os

⁷² Artigo publicado no dia 14 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19462>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁷³ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19462>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19462>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19462>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

materiais públicos propagavam incessantemente a necessidade de se construir grandes atos, convocando toda a população para reivindicar nas ruas. Sem dúvida que, em última medida, o objetivo era transformar a pauta pela redução da tarifa do transporte público em uma pauta maior, que contestasse as precárias condições de vida dos trabalhadores, permanentemente precária dentro dos limites do modo de produção capitalista. Logo, uma fagulha, no caso o aumento das tarifas e a necessidade de um melhor transporte público, poderiam acender a fogueira de uma luta anticapitalista, ou até mesmo socialista.

Ainda no dia 14⁷⁶, os artigos traziam informes relacionados à solidariedade das organizações sindical e estudantil próximas do PSTU, Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-CONLUTAS) e Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (ANEL), para com os presos políticos dos atos, cedendo advogados vinculados a elas para defenderem os manifestantes em cárcere.

No dia 16 de junho⁷⁷, era trazida uma polêmica que já vinha se expressando nas manifestações, referente ao não uso de bandeiras partidárias nos atos. Nesse primeiro momento isso era incitado pelos grupos anarquistas que também compunham os atos, e, como pode se perceber nos trechos que serão citados, fez com que o PSTU se posicionasse sobre isso. Segundo o artigo,

[...] há nos movimentos contra o aumento uma ideia que é muito difundida: a de que partidos políticos não deveriam levar bandeiras, não deveriam se manifestar em atos e passeatas. A justificativa é sempre a mesma: “a união de todos”. Mas há um problema nessa justificativa. Como “unir” todo mundo se se proíbe alguns de se manifestarem, de expressarem, por meio de uma bandeira, o que pensam do mundo e as causas que o apóiam? [...] alguns setores anarquistas cumprem um papel verdadeiramente vergonhoso. Tentam proibir, inclusive por meio da força física, que os militantes dos partidos políticos exerçam uma liberdade elementar: a liberdade de expressão, de levantar uma bandeira, de dizer “nós apoiamos este movimento”. Não é exatamente por essa mesma liberdade que estamos nas ruas neste exato momento? Não lutamos pelo direito de poder lutar?⁷⁸

E segue argumentando da seguinte forma:

Suponhamos que seja proibido aos militantes de partidos políticos levantarem suas bandeiras. Afinal, nem todos os que participam da passeata são, por exemplo, do PSTU. Muito bem, Mas fica a pergunta: e se os militantes LGBT resolverem apoiar a causa e levarem suas belas bandeiras coloridas? Serão

⁷⁶ Artigo publicado no dia 14 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19463>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁷⁷ Artigo publicado no dia 16 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19465>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19465>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

proibidos de levantá-las? Faremos com eles o que os setores mais reacionários da sociedade fazem? Os expulsaremos da manifestação? Afinal, nem todos os que participam da passeata são homossexuais e a causa LGBT não contempla toda a passeata! Vamos agir da mesma forma que agem Marco Feliciano e Silas Malafaia? “Mas o movimento LGBT não é um partido!”, dirão alguns. Muito bem. Mas é uma causa. Uma ideia. Um sonho, da mesma forma que o socialismo. A bandeira vermelha é o símbolo deste sonho⁷⁹.

O artigo é concluído da seguinte maneira:

A ideologia “apartidária”, pregada pelos anarquistas (e muitas vezes apoiada por setores sinceros e bem intencionados do movimento) parece muito progressiva, mas é muito reacionária. É uma ideologia mais conservadora que existe porque é o liberalismo levado às últimas consequências: só admite indivíduos; ignora o caráter necessariamente coletivo e necessariamente organizado das ações da classe trabalhadora. Com isso, o movimento cai no jogo malandro das classes dominantes e se enfraquece, pois expulsa de antemão da luta o ator mais importante de toda e qualquer transformação social mais profunda: a classe trabalhadora e suas organizações⁸⁰.

A defesa das bandeiras partidárias nos atos pode ser entendida melhor no correr das manifestações, que, incitadas por grupos nazifascistas, repudiaram na grande maioria das cidades as bandeiras dos partidos políticos. No momento desse artigo havia uma discussão com os grupos anarquistas, histórica, mas muito aquém do repúdio aos partidos visto nos grandes atos que aconteceram. Evidente que, apesar de, de alguma maneira previsível, o rechaço aos partidos políticos afetou a intervenção do PSTU. Tanto o fez, que um artigo inteiro é publicado para justificar a necessidade da intervenção político partidária. Interessante notar que o momento ideal do PSTU, óbvio, pressupõe a importância de um partido revolucionário, leninista e morenista⁸¹, para atingir a finalidade da revolução socialista mundial. No momento em que qualquer forma de organização relacionada a um partido político é hostilizada publicamente e massivamente, não há como negar que isso afeta de alguma forma as táticas do partido naquele momento. Todavia, não houve mudança na orientação partidária no sentido de se retirar bandeiras ou mesmo se retirar dos atos. O PSTU continuava a participar, apesar do que havia acontecido.

No dia 17 de junho, muda-se completamente o panorama das manifestações, com dados que apontam para a participação de 300 mil pessoas em mais de 30 cidades brasileiras.

⁷⁹ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19465>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁸⁰ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19465>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁸¹ O PSTU, assim como toda a Liga Internacional dos Trabalhadores (Quarta Internacional), é bastante influenciado pelo militante Nahuel Moreno, argentino, falecido em 1987, dirigente da IV Internacional e fundador da corrente internacional LIT-QI. Entre suas principais publicações estão os livros: “A Ditadura revolucionária do Proletariado” e “O Partido e a Revolução”.

Os artigos publicados neste dia foram vários, começando à tarde (15h:19min) e adentrando a madrugada do dia 18 de junho (04h:16min).

No primeiro artigo à tarde⁸², é destacada a repercussão na mídia sobre os atos, dividindo espaço com as notícias do futebol, já que ocorria nesse mesmo período a Copa das Confederações da FIFA no Brasil. Além disso, é trazida a questão dos apoios de brasileiros que vivem no exterior, a repressão aos jornalistas e também alguns dados sobre a vida da classe trabalhadora contextualizando que havia motivos para a insatisfação da população. Entretanto, uma parte em específico que entendemos ser relevante. Como o artigo foi publicado antes dos atos, havia uma preocupação em construí-lo por dentro das organizações de representações de classe:

É hora dos trabalhadores através dos sindicatos e das centrais sindicais se somarem a essa luta. Em Salvador, os rodoviários que há meses estão em campanha salarial se enfrentando com a intransigência da patronal aprovaram greve geral para terça dia 18 e o ato dos estudantes já manifestou seu apoio a essa luta. Devemos multiplicar esse exemplo, por todo Brasil será fundamental a entrada em cena de outros setores dos movimentos sociais, é hora de colocarmos na mesma barricada estudantes, rodoviários, metroviários, ativistas do movimento sem teto e dos atingidos pela Copa, além do mais amplo setor da classe trabalhadora para derrotar mais esse ataque orquestrado por governos e empresariado⁸³.

Os demais artigos trazem informações sobre os atos nas principais cidades do país. No artigo “BH: Protesto reúne cerca de 50 mil e é reprimido pela polícia”⁸⁴, a primeira frase já aponta que: “17 de junho de 2013 entra para memória do Brasil como o dia em que a juventude parou o país”⁸⁵, e segue informando como foi o ato em Belo Horizonte. O artigo “Ato em Porto Alegre reuniu cerca de 20 mil”, também já se inicia ressaltando a forma histórica com que ficaria marcada aquela data: “17 de junho de 2013, um dia que ficará para a história dos Porto Alegrenses e do Brasil”⁸⁶. Também trazem no conteúdo do que foi publicado, a questão da não violência nos atos: “mais de 20 mil jovens e trabalhadores na rua, com bandeira e muitos cartazes na mão, de forma pacífica, marchavam pela principal avenida da cidade quando foram fortemente reprimidos pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul”⁸⁷,

⁸² Artigo publicado no dia 17 de junho. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19469>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁸³ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19469>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁸⁴ Artigo publicado no dia 17 de junho. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19470>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁸⁵ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19470>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁸⁶ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19471>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁸⁷ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19471>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

e finalizam dizendo que não contente em criminalizar, a mídia também menospreza suas pautas, informando que a luta não por “apenas centavos”.

Outro artigo, “Recife entra na onda de protestos que explodem no país”⁸⁸, traz um contexto um pouco diferente. No dia 17 de junho houve uma reunião definindo para o dia 20 de junho um grande ato na capital pernambucana. Dessa reunião saiu um pequeno ato, com cerca de 600 pessoas. Segundo Janaina Oliveira, representante da ANEL, completando o artigo: “O pessoal da rua começou a se juntar com a gente. Foi lindo, até papel picado teve. Demos uma palhinha para o que pretendemos fazer na quinta-feira. Vamos às ruas exigir que Eduardo Campos cumpra o que prometeu. Queremos a redução da tarifa já. [...] Também reivindicamos passe-livre para estudantes e desempregados”⁸⁹.

Adentrando a madrugada, outros artigos foram publicados ainda sob o efeito das manifestações do dia 17 de junho. Já nas primeiras horas do dia 18 de junho, o artigo “O povo na rua, Dilma a culpa é sua”⁹⁰, ressalta o expressivo número de manifestantes nas ruas:

100 mil no Rio de Janeiro (RJ), 65 mil em São Paulo, 50 mil em Belo Horizonte (MG), 20 mil em Porto Alegre (RS), 15 mil em Belém (PA), 10 mil em Curitiba (PR), 10 mil em Brasília (DF) e muitas outras dezenas de milhares país a fora. Ao todo, doze capitais assistiram protestos e muitas outras cidades tiveram manifestações. Algumas delas foram até os palácios dos governos e do Congresso Nacional, tentaram “tomar as bastilhas” do poder corrupto da burguesia brasileira⁹¹.

Destacando os elementos da realidade que fizeram com que a população tenha se levantado, tais como a repressão, desaceleração da economia, inflação e descaso com os serviços públicos diante dos altos investimentos nos “mega eventos” da Copa do Mundo e Olimpíadas, o artigo enfatiza que:

Esses são elementos de instabilidade, porém não significam que o país esteja à beira de uma recessão. Mas significam que há uma percepção diferente sobre a economia. Não há mais um “mar de rosas” que o governo supunha existir. Uma das expressões desse processo foi a primeira queda da popularidade da Dilma de 8% e as vaias contra a presidenta durante a abertura da Copa das Confederações em Brasília⁹².

⁸⁸ Artigo publicado no dia 18 de junho. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19472>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁸⁹ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19472>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁹⁰ Artigo publicado no dia 18 de junho. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19473>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁹¹ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19473>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁹² Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19473>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

Acerca da forma como o PSTU deveria intervir nas manifestações, pode-se perceber no seguinte trecho:

O povo vai seguir na rua. Novas manifestações já estão sendo marcadas por todo o país. O PSTU estará em todas elas exigindo: Revogação dos aumentos das passagens!; Abaixo a repressão! Em defesa do direito de mobilização! Punição para os mandantes da repressão!; Unificar as lutas em um dia nacional contra o aumento dos transportes e a repressão!; Pelo transporte público e gratuito! Estatização dos transportes!; Pela desmilitarização da PM! Fim da tropa de choque!; Dilma, congele os preços dos alimentos e tarifas!; Dilma, revogue as privatizações dos estádios como o Maracanã!; Pela suspensão dos leilões do petróleo! Petrobrás 100% estatal!; 10% PIB para educação!; 2% do PIB para o transporte!⁹³

Ao que parece, havia um esforço do PSTU em canalizar as diversas reivindicações em pautas com ligação direta às refrações oriundas do modo de produção capitalista, pressionando o Estado a partir dos anseios efervescentes da população.

Entretanto, como já havia sido antevisto pelo artigo do dia 16 de junho, alguns setores dos atos repudiavam veementemente a presença de partidos políticos. Tanto que no dia 19 de junho, marcando o terceiro dia de atos massivos por todo o país, o PSTU publicou o artigo “Não deixem baixar as bandeiras vermelhas”⁹⁴, destacando a força das manifestações e o potencial de conquistas quando há uma aliança da classe trabalhadora com a juventude, citando exemplos das Diretas Já e do Fora Collor. Conforme escrito no artigo,

[...] se apareceu o que existe de mais generoso, valente e solidário no coração da juventude, apareceu, também, o que existe de ingênuo, confuso e até reacionário. Não foi tudo progressivo. Apareceram jovens embriagados de nacionalismo, embrulhados na bandeira nacional. Cantando: sou brasileiro com muito orgulho e muito amor. O nacionalismo é uma ideologia política perigosa. Só é positivo quando defende o Brasil do imperialismo. Acontece que não parecia que os que cantavam o hino estavam de acordo em exigir a anulação dos leilões da privatização, portanto, de desnacionalização do petróleo e do pré-sal. Alguns destes jovens fizeram ainda pior. Avançaram sobre militantes de esquerda e suas bandeiras. Atacaram as bandeiras do PSOL, do PCB e do PSTU. Por sorte, não aconteceu uma tragédia: porque a militância da esquerda tinha o direito e a disposição de defender suas bandeiras, a qualquer custo, e poderia ter se precipitado uma pancadaria séria, com feridos⁹⁵.

É possível perceber que mesmo participando da construção de todos os atos, possuindo uma atuação política em consonância com as demais pautas das ruas, nesse momento, mais uma vez, nota-se como a relação de alguns setores da população com os

⁹³ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19473>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁹⁴ Artigo publicado no dia 19 de junho. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19479>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁹⁵ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19479>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

partidos políticos estava desgastada. Sem se preocupar em diferenciar partidos de direita, esquerda, conservadores, fundamentalistas, revolucionários ou reformistas, alguns setores da população hostilizaram bastante os partidos políticos que se mostravam publicamente nas manifestações.

As lutas são apartidárias, mas não são monolíticas, são plurais. Marchamos todos juntos, não importa a ideologia, pelas reivindicações comuns que nos unem. Cada um abraça sua ideologia, seu programa e, se quiser, um partido. Sim, porque na vida, é preciso, mais cedo ou mais tarde, tomar partido. Mas, dentro do movimento ninguém pode impedir os outros de apresentar sua identidade, ou de expressar sua posição. O antipartidarismo, mais grave quando se dirige contra a esquerda socialista, é uma ideologia reacionária e tem nome: chama-se anticomunismo. Foi ela que envenenou o Brasil para justificar o golpe de 1964 e vinte anos de ditadura⁹⁶.

Se antes a preocupação do PSTU era com a repressão e violência policial, situação comum, uma vez que o Estado representa os interesses dos capitalistas contemporâneos, a situação descrita no parágrafo acima é bastante nova, já que as posturas hostis partem das ruas, exatamente do movimento que o PSTU construía. É bem verdade que não foi todo o movimento que expressou repúdio aos partidos políticos, mas uma grande parte fez isso. Talvez nesse momento pudesse haver uma mudança no momento ideal partidário, uma vez que a forma de organização “partido político”, não conseguiria intervir de forma diretiva, ou mesmo como parte do ascenso. O que se viu foi que a tática de construir atos, aproximar pautas e almejar lutas de proporções maiores não foi abandonada, mas não saiu como a ideia inicial do partido. Se por um lado as ruas conseguiram expressar pautas maiores e relacionadas a problemas cotidianos para além do transporte público, as formas de se organizar também foram questionadas, colocando os partidos, e de forma equivocada, como uma demonização dos tempos políticos atuais. Mesmo o PSTU considerando publicamente que não dirigia os atos, mas atuava como mais uma organização política na construção, o foco passou a ser participar dos atos, mas fortalecer organizações populares de alguma forma próximas ao eixo de classe, como ANEL, CSP-CONLUTAS, MTST, etc.

Nos artigos do dia 19 de junho⁹⁷, véspera dos maiores atos das manifestações de junho, os conteúdos anunciavam grandes atos na Bahia, Pernambuco, Pará, Rio e São Paulo, com números massivos de participantes e recuos significativos dos governos, abaixando em quase todas as cidades os aumentos das tarifas do transporte público. O tom dos artigos era o

⁹⁶ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19479>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁹⁷ Disponíveis em: <<http://www.pstu.org.br/node/19481>>, <<http://www.pstu.org.br/node/19482>>, <<http://www.pstu.org.br/node/19483>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

de enfatizar como a pressão popular foi a responsável pelas conquistas parciais e que se poderia alcançar muito mais. Havia também um chamado para o ato do dia 20 de junho.

No dia 21 de junho, dia seguinte ao grande ato do dia 20, o artigo “Protestos varrem o país”⁹⁸, já nas primeiras linhas é possível ver a dimensão dos atos:

Uma onda de protestos radicalizados varre neste momento o país. As mobilizações contra o aumento das passagens dos transportes públicos que conquistaram a redução das tarifas em várias cidades, incluindo 14 capitais entres elas São Paulo e Rio de Janeiro, as manifestações não cederam, e, ao contrário, cresceram exponencialmente e atingem agora mais de 100 cidades⁹⁹

E continua: “Ao todo, mais de 1 milhão de pessoas saíram às ruas nesta quinta-feira histórica. Uma das maiores manifestações ocorreu no Rio de Janeiro, onde pelo menos 300 mil foram às ruas e enfrentaram a polícia”¹⁰⁰. Os números continuam grandiosos, apontando que cerca de 100 mil pessoas estiveram nas ruas de Brasília e São Paulo, e 50 mil em Porto Alegre e Belo Horizonte. Se os motivos causadores das revoltas estavam claros¹⁰¹, as agressões dirigidas ao PSTU e a outros partidos de esquerda representava um duro golpe a algumas organizações:

O repúdio aos políticos tradicionais, às instituições e, principalmente, à traição do PT, se expressa nesses protestos de massas. No entanto, esse sentimento em si progressivo, resvala numa verdadeira campanha contra todos os partidos, voltando-se inclusive contra a esquerda socialista, como o PSTU e o PSOL, colocados na vala comum dos demais partidos. Esse sentimento, alimentado por um importante setor da imprensa, faz com que grupos minoritários da direita, nazifascistas e skinheads se sintam à vontade para atuarem nas ruas. Nesse dia 20 houve enfrentamentos isolados provocados por grupos de ultradireita, que tentam pegar carona nos protestos e surfar na onda antipartido para atacar as organizações de esquerda. No Rio de Janeiro, um grupo atacou a coluna formada por movimentos sociais e partidos de esquerda, que marchava pela Avenida Rio Branco. Próximo da Praça XI, um grupo de provocadores pertencentes a bandos nazi-fascistas rompeu o cordão de segurança formado pelos ativistas e atacou barbaramente os militantes com bombas de efeito moral, pedras e mastros das bandeiras roubadas. Houve enfrentamento e várias pessoas ficaram feridas, incluindo pelo menos 13 militantes do PSTU. Negros, homossexuais e militantes de Direitos Humanos também foram vítimas de militantes fascistas¹⁰².

⁹⁸ Artigo publicado no dia 21 de junho. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19492>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

⁹⁹ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19492>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁰⁰ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19492>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁰¹ “De norte a sul, o Brasil vive um verdadeiro levante popular. A fúria contra o aumento das passagens foi a faísca que fez explodir o descontentamento acumulado por anos pela situação precária da Saúde e Educação, enquanto bilhões são gastos na preparação da Copa do Mundo. As manifestações também são contra a repressão que se abateu contra os protestos pela redução das passagens e os atos contra a Copa. O repúdio à corrupção também se expressam em faixas e cartazes como "Fora Renan Calheiros", ou "Fora Sarney". Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19492>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁰² Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19492>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

Considerando os ataques fascistas e a ofensiva da polícia, que além de reprimir violentamente, infiltrava policiais a paisana nas manifestações para espionar e plantar provas, o PSTU adota a seguinte política, observada na fala de sua figura pública de maior visibilidade:

As manifestações de hoje indicam que a luta vai continuar, tivemos uma primeira vitória com a redução das passagens, mas queremos que ela seja a primeira de muitas, temos muitas outras demandas que apontam um outro modelo econômico ao aplicado pelo PT e PSDB em nosso país", afirmou o dirigente do PSTU, Zé Maria, na plenária realizada ao final do ato em São Paulo. "Temos muito orgulho da luta que travamos aqui hoje, porque não é um grupo de fascistas que não sabe que a ditadura acabou quem vai dizer que nosso partido não tem o direito de existir", afirmou, em relação ao conflito com a direita. "Vamos reunir as organizações sindicais e definir um dia de luta e paralisações, porque temos que chamar os metalúrgicos, os operários da construção civil, os professores, os bancários, para estarem aqui com suas bandeiras e reivindicações, para lutar contra os fascistas, mas também contra os governos do PT e do PSDB, para conseguirmos as reivindicações da nossa classe", finalizou¹⁰³.

Temendo perder o controle do que viria, afinal, das manifestações, que nesse momento ainda possuíam pautas reivindicando necessidades básicas e cotidianas da população, mas mantinha a hostilidade aos partidos e, até certo ponto, se mostravam coniventes com as agressões gratuitas que militantes sofriam da polícia e de grupos fascistas, o PSTU continuava a resistir, seja tentando participar dos atos, seja fortalecendo os movimentos sociais que construía os ascensos. Importante destacar também que em nenhum momento foi proposto uma forma “alternativa” de organização popular. Assembleias populares, plenárias grandiosas, etc., foram feitas, mas todas de curta duração e sem pretensões a médio e longo prazo. Acreditamos que essas ações influenciaram o momento ideal do PSTU nesse momento, entretanto, havia um limite claro, uma vez que não havia nenhuma alternativa classista sendo criada nos atos. A necessidade de alterar seu momento ideal também deveria estar atenta ao movimento do real nesse momento, pois alterá-lo apenas a partir dos anseios de uma boa parte dos manifestantes seria cooptar a um movimento reacionário, de viés político ideológico dúbio e sem perspectivas a médio e longo prazo.

As publicações do PSTU continuaram enfatizando os ataques fascistas¹⁰⁴ e a repressão policial¹⁰⁵ até às 21 horas do dia 22 de Junho, quando é publicado um artigo¹⁰⁶ comentando o

¹⁰³ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19492>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁰⁴ RJ: Neonazistas atacam movimentos sociais e organizações de esquerda, publicado no dia 21 de junho de 2013 às 13h57min. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19493>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁰⁵ Os artigos referidos são: “BA: Soteropolitanos vão às ruas e são reprimidos mais uma vez, publicado no dia 22 de junho de 2013 às 16h58min”, “CE: Fortaleza foi às ruas de segunda à sexta, publicado no dia 22 de junho

então pronunciamento da presidenta Dilma Roussef. Os escritos trazem que, “o discurso, porém, mostra que se por um lado o governo entendeu as demandas colocadas nas ruas, por outro não indicou que vá atendê-las. O discurso não apontou qualquer mudança na política econômica dos últimos anos que provocou a atual explosão social”¹⁰⁷.

Sobre os temas abordados e as soluções propostas pela presidenta, o artigo é bastante duro nos questionamentos, mostrando que nenhuma delas seria suficiente para mudar o panorama político econômico brasileiro e conseqüentemente a vida das pessoas.

Os temas tocados pelo pronunciamento de Dilma são os mesmos que aparecem em um organograma flagrado por uma equipe de TV durante uma reunião no Planalto na noite do dia 20. Dilma sabe que a população está revoltada com os recursos gastos para a Copa enquanto os serviços públicos, como o transporte, saúde e educação, permanecem à míngua. No entanto, seu discurso aponta que nada vai mudar. A onda de manifestações ocorre hoje não devido a “limitações econômicas e políticas” como afirmou o pronunciamento. A revolta popular que produz uma das maiores mobilizações que esse país já viu é provocada justamente pela atual política econômica levada a cabo pelos governos anteriores, tanto do PSDB quanto os 10 anos de governo PT, que incluem as privatizações e o pagamento da dívida em detrimento dos serviços públicos. Voltam-se também contra a corrupção endêmica dos últimos governos. Como garantir saúde ou educação de qualidade se quase metade do orçamento está empenhado no pagamento dos juros da dívida pública? Como oferecer transporte público de qualidade sem atacar os lucros das empresas do setor? Como enfrentar a corrupção ao lado de Collor, Renan e Sarney? A única medida concreta que o governo prometeu e tem cumprido é a repressão às mobilizações, como já tem feito em algumas cidades com a Força Nacional de Segurança¹⁰⁸.

Em artigo publicado no dia 24 de junho de 2013¹⁰⁹, a autoria é da CSP-Conlutas e Espaço Unidade de Ação. Em seu conteúdo há um chamado para que a classe trabalhadora entre de forma organizada nas manifestações:

Para isso é muito importante, além da participação nas mobilizações que estão acontecendo, que a classe trabalhadora entre de forma organizada nesta luta, trazendo suas reivindicações e cobrando dos governos o seu atendimento. Precisamos cobrar do governo Dilma que, ao invés de ficar fazendo propaganda na TV, atenda as demandas dos trabalhadores. E a mesma cobrança devemos fazer aos governos estaduais e municipais, sejam eles do PT, do PSDB ou do PMDB¹¹⁰.

de 2013 às 21h04min”, e “PA: Protesto pacífico termina com repressão policial, publicado no dia 22 de junho de 2013 às 20h28min”. Disponíveis em: <<http://www.pstu.org.br/node/19493>>, <<http://www.pstu.org.br/node/19496>>, <<http://www.pstu.org.br/node/19497>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁰⁶ Artigo publicado no dia 22 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19498>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁰⁷ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19498>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁰⁸ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19498>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁰⁹ O título do artigo é: “Entidades sindicais e do movimento social convocam dia nacional de luta para quinta-feira”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19499>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹¹⁰ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19499>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

Nesse artigo é possível acompanhar a preocupação do PSTU com o movimento “desorganizado” da classe trabalhadora nos atos, sem referência nas instituições representativas, tal como sindicatos ou partidos, e mais, em muitas cidades hostilizando tais organizações de trabalhadores. Pelo artigo, a resposta sugerida pelo PSTU foi organizar um grande ato com as organizações dos trabalhadores e construir espaços organizativos, tais como assembleias, comitês, etc., para que os trabalhadores pudessem construir uma instância de organização política, ou seja, ainda havia uma preocupação do PSTU em transformar as manifestações em algo classista. O dia escolhido como “Dia Nacional de Lutas” foi o dia 27 de junho e a pauta de reivindicações era a seguinte:

- Menos recursos para a Copa e para as grandes obras / mais recursos para a saúde educação / plano de obras para construir moradias populares, hospitais e escolas; - Redução do preço da tarifa de transporte e melhoria da qualidade / implantação da tarifa social ou tarifa zero / estatização dos transportes coletivos;- Congelamento dos preços dos alimentos e das tarifas públicas;- Aumento dos salários para compensar a inflação;- Reforma agrária;- Menos dinheiro para os bancos e mais recursos para políticas sociais como os 10% do PIB para a educação pública, já e pagamento do piso nacional dos educadores / Suspender o superávit primário e o pagamento da dívida externa e interna para bancos e especuladores;- Redução da jornada de trabalho;- Fim do fator previdenciário / Recomposição do valor das aposentadorias / Anulação da reforma da previdência de 2003;- Defesa do patrimônio público / Contra as privatizações e os leilões do petróleo / Contra o PL 092 que privatiza o serviço público / Revogação da EBSEH que privatiza os hospitais;- Contra a precarização do trabalho e o PL 4330, das terceirizações;- Contra a corrupção / contra a PEC 37;- Contra a repressão, a violência policial e a criminalização das lutas e organizações dos trabalhadores. Trata-se aqui de uma plataforma base, que pode ser acrescida de demandas que estejam faltando, ou mesmo ser utilizada de forma parcial, de modo a focar nas questões concretas de cada categoria ou setor social.¹¹¹

No dia 25 de junho de 2013, o artigo com o título “Fortalecer o dia 27 e preparar o Dia Nacional de Lutas em 11 de julho”¹¹², de autoria também da CSP-Conlutas, mostra que há um movimento entre as organizações de trabalhadores e movimentos sociais na construção de um grande ato unificado:

¹¹¹ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19499>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹¹² Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19502>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

As centrais sindicais brasileiras, CSP-Conlutas, CUT, UGT, Força Sindical, CGTB, CTB, CSB e NCST, juntamente com o MST e o Dieese, realizaram uma reunião nesta terça-feira (25) para discutir o processo de lutas que tomou conta do país. Foi definido que 11 de julho será o Dia Nacional de Lutas com Greves e Mobilizações, com o tema “*Pelas liberdades democráticas e pelos direitos dos trabalhadores*”.¹¹³

Acerca da pauta, ela é mais modesta do que a proposta pelo PSTU no ato do dia 27 de junho, mas o suficiente para que as entidades definissem unidade no ato.

A pauta de reivindicações consensual é redução das tarifas e melhoria da qualidade do transporte coletivo, mais investimentos em saúde e educação públicas, contra os leilões das reservas de petróleo e em defesa do patrimônio público, fim do fator previdenciário e valorização das aposentadorias, redução da jornada de trabalho e contra o PL 4330 (que regulamenta a terceirização), reforma agrária.¹¹⁴

E também, mais uma vez há um chamado aos trabalhadores, no sentido de que fortaleçam suas organizações coletivas: “É hora de os trabalhadores irem as ruas unificados e levantarem bandeiras comuns de suas demandas. Além da participação nas mobilizações que estão acontecendo, entrará de forma organizada nesta luta”¹¹⁵.

Os artigos seguintes¹¹⁶ enfatizaram a reunião, proposta pela presidenta Dilma Rousseff, com as entidades sindicais, no sentido de tentar acordar algumas demandas.

O teor da reunião foi descrito da seguinte maneira no artigo “Reunião das Centrais Sindicais com Dilma foi apenas para ‘inglês ver’ e não apresenta proposta aos trabalhadores”¹¹⁷,

A reunião convocada para essa manhã, 26 de junho, entre as centrais sindicais e a presidenta Dilma Rousseff não tinha o interesse em discutir realmente a pauta dos trabalhadores. Nenhuma medida concreta foi apontada, nenhum encaminhamento efetivo foi providenciado. A presidenta falou 40 minutos, deu 5 minutos para cada central falar e depois levantou-se e foi embora. Assim, pode-se resumir a reunião.¹¹⁸

¹¹³ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19502>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹¹⁴ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19502>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹¹⁵ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19502>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹¹⁶ Os artigos publicados nesse período são: “Dilma continua enrolando e tenta agora jogar a crise no Congresso” do dia 25 de junho de 2013; e “CSP-Conlutas participa de reunião com Dilma e divulga carta aberta” do dia 26 de junho de 2013. Disponíveis em: <<http://www.pstu.org.br/node/19505>>, <<http://www.pstu.org.br/node/19507>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹¹⁷ Artigo publicado no dia 26 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19510>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹¹⁸ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19510>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

Entendendo que a reunião não apresentou nenhuma proposta substancial, a linha dos artigos seguintes era a de fortalecer o ato que aconteceria no dia 11 de julho, enfatizando que as mudanças reais só viriam das ruas e com a classe trabalhadora organizada. Em artigo publicado no dia 26 de junho¹¹⁹, de autoria de Eduardo Almeida, membro da direção nacional do PSTU, essa posição é elucidada:

[...] é fundamental a entrada em cena do movimento operário e sindical como um todo, para dar um novo salto na mobilização. É esse o sentido do Dia Nacional de Lutas nesse dia 27, convocado pela CSP-Conlutas e o Espaço de Unidade de Ação, com inúmeras outras entidades. E já está apontado um novo marco que é o dia de paralisação nacional marcado pelas centrais sindicais (incluindo a CSP-Conlutas) para o dia 11 de julho. Com a incorporação das centrais governistas, como Força Sindical e a CUT, é fundamental dar a essa paralisação nacional um caráter claro contra o governo, porque as centrais governistas vão tentar evitar isso.¹²⁰

Claramente rechaçando as propostas apresentadas pelo governo, o PSTU questiona ponto por ponto as propostas da presidenta Dilma Rousseff:

[...] é necessário que o movimento avance com reivindicações que questionem diretamente o modelo econômico vigente. Não pode ser que mobilizações da dimensão que estamos vendo no país consigam apenas conquistas menores. O povo foi às ruas para mudar o país. Nesse sentido, as reivindicações apresentadas pela CSP-Conlutas na audiência com a presidenta Dilma são uma referência importante. Para haver realmente uma mudança na educação, saúde e transporte, é fundamental parar de pagar a dívida pública aos bancos que hoje consome quase metade de todo o orçamento do governo. Não basta os royalties do petróleo, que só significam 1,2% do PIB para as necessidades da educação (10% do PIB) e da saúde (6% do PIB). Não é possível continuar com a inflação corroendo nossos salários no dia a dia. É necessário o congelamento dos preços e tarifas públicas e o aumento dos salários. É preciso reverter a privatização das estatais realizadas pelos governos do PSDB e do PT. Devemos exigir a reestatização da Vale, Embraer, CSN e demais estatais. O fim dos leilões do petróleo, e por uma Petrobrás 100% estatal, além da reestatização dos aeroportos e rodovias. Não é possível que as grandes empresas do agronegócio dominem o campo brasileiro. É fundamental a reforma agrária ampla, com a desapropriação das grandes propriedades para a produção de alimentos para o povo. É necessário avançar além da rejeição da PEC 37 feita pelo congresso. É necessária a prisão e expropriação dos bens de todos os corruptos e corruptores, inclusive dos grandes empresários que o fazem. Além disso, é preciso encarar com toda a desconfiança a proposta de reforma política do governo, seja ou não feita por plebiscito. O objetivo do governo vai ser a restrição das liberdades democráticas e ampliação do peso dos mesmos partidos majoritários que são repudiados pelas massas. Nós defendemos outra proposta: Fim do Senado! Redução dos salários dos deputados ao nível dos operários! Revogabilidade dos mandatos! Liberdade total para formação de partidos!¹²¹

¹¹⁹ O título do artigo é: “É possível conquistar mais!”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19508>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹²⁰ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19508>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹²¹ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19508>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

Por um viés claramente crítico às proposições do governo, o foco de PSTU, demonstrado nos artigos, é a construção do ato nacional do dia 27 de junho, convocado pela CSP-Conlutas e Espaço de Unidade de Ação, como pode ser visto nos artigos publicados neste dia¹²². Dentre os assuntos abordados, além de um balanço do ato em algumas cidades, há também um balanço geral nacional:

O Dia Nacional de Lutas, convocado pela CSP-Conlutas e o Espaço de Unidade de Ação, que ocorreu nesta quinta-feira, 27 de junho, em diversos estados do país, foi um importante passo para incorporar a classe trabalhadora organizada nas mobilizações populares que sacodem o país. Com greves, paralisações, assembleias e mobilizações de ruas, as organizações dos trabalhadores entraram em cena com suas bandeiras e reivindicações.¹²³

Possivelmente atento à diminuição da participação popular nos atos¹²⁴, ainda no artigo do dia 27 de junho, o PSTU reforça a convocação para o ato nacional amplo, convocado por diversas centrais sindicais, partidos políticos e movimentos sociais, com a expectativa de conseguir envolver as organizações dos trabalhadores aos trabalhadores insatisfeitos que massivamente ocupavam as ruas em todo o país, mostrando que a preocupação do PSTU, em níveis distintos, mas com a mesma motivação, também foi preocupação de muitas entidades representativas da classe trabalhadora.

A convocação da CSP-Conlutas e do Espaço de Unidade de Ação foi uma primeira iniciativa no sentido de envolver a classe trabalhadora, suas organizações e seus métodos, nas mobilizações populares que ocorrem no país há duas semanas. A necessidade do momento é generalizar iniciativas para por os trabalhadores em luta, organizar uma greve geral que possa obrigar o governo Dilma, os governos dos estados e dos municípios a atender as reivindicações dos trabalhadores e da juventude. Uma nova iniciativa já está agendada para o dia 11 de julho. A CSP-Conlutas, junto com a CUT, UGT, Força Sindical, CGTB, CTB, CSB, NCST e MST, convocam um o Dia Nacional de Lutas com Greves e Mobilizações “*Pelas liberdades democráticas e pelos direitos dos trabalhadores*”. A pauta de reivindicações consensual é redução das tarifas e melhoria da qualidade do transporte coletivo, mais investimentos em saúde e educação públicas, contra os leilões das reservas de petróleo e em defesa do patrimônio público, fim do fator previdenciário e valorização das aposentadorias,

¹²² Os artigos publicados no dia 27 de junho são: “Dia Nacional de Luta: acompanhe como foram as mobilizações em todo o país”, “100 mil voltam a tomar as ruas em Belo Horizonte e a Polícia Militar faz novas vítimas” e “PA: Operários da construção civil de Belém vão às ruas”. Disponíveis em: <<http://www.pstu.org.br/node/19515>>, <<http://www.pstu.org.br/node/19516>> e <<http://www.pstu.org.br/node/19518>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹²³ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19515>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹²⁴ Do dia 26 de junho até o dia 29 de junho os atos tiveram boa participação popular, mas com o número de pessoas diminuindo consideravelmente com o passar dos dias.

redução da jornada de trabalho e contra o PL 4330 (que regulamenta a terceirização), reforma agrária.¹²⁵

A partir de então, os artigos publicados até o dia 11 de julho traziam temas diversos, mas interlocuções interessantes com a conjuntura nacional. Se no dia 28 de junho havia um artigo que questionava de forma mais profunda a proposta de Reforma Política formulada pelo governo¹²⁶, os outros exaltavam a importância da participação de “bandeiras vermelhas”¹²⁷ nos atos e o perigo fascista engendrado de forma oportunista nas manifestações¹²⁸. Buscando dialogar com as pautas mais comuns nos atos, os artigos do dia 30 de junho pautaram suas intervenções no ataque à saúde pública advindo com o Ato Médico e os gastos excessivos com os megaeventos da Copa do Mundo e Olimpíadas¹²⁹.

Na primeira semana de julho as discussões permanecem dentro dessa linha de diálogo com as pautas das ruas, abordando o desgaste da presidente com a população¹³⁰, a precariedade do transporte público¹³¹, mas também reforçando algumas propostas defendidas pela vereadora do PSTU em Natal/RN¹³², como mais verbas para a educação e o passe-livre, ressaltando o diferencial entre seus parlamentares e a maioria dos demais, provavelmente na tentativa de diferenciar os parlamentares para uma população que acumula desgastes e decepções com os representantes eleitos, esboçando isso nas manifestações e sem diferenciar parlamentares e partidos, entendendo todos como parte de um sistema excludente, corrupto e ineficiente.

¹²⁵ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19515>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹²⁶ O título do artigo é “Reforma Política é distração e retrocesso para enganar a população”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19521>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹²⁷ O título do artigo é “Manifestação pacífica no Rio é marcada por bandeiras vermelhas”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19524>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹²⁸ O título do artigo é “A armadilha da ‘onda conservadora’”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19525>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹²⁹ Os títulos dos artigos são: “Lei do Ato Médico: um ataque à saúde pública” e “Protesto no Rio contra os gastos da Copa e a privatização do Maracanã reúne 5 mil”. Disponíveis em: <<http://www.pstu.org.br/node/19528>> e <<http://www.pstu.org.br/node/19530>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

¹³⁰ O título do artigo é “Popularidade de Dilma despenca com os protestos”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19534>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹³¹ O título do artigo é “Menos impostos e mais lucros para os empresários do transporte público?”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19532>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹³² Os títulos dos artigos são: “Amanda aprova emenda para que a educação de Natal receba no mínimo 30% da arrecadação” e “Vereadora Amada Gurgel propõe passe-livre para estudantes e desempregados”. Disponíveis em: <<http://www.pstu.org.br/node/19535>> e <<http://www.pstu.org.br/node/19543>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

Ao mesmo tempo, em outro artigo no dia 3 de julho¹³³, dando a entender que o recado das ruas era de que dificilmente algum partido poderia se dizer responsável pelos atos que vinham acontecendo, o PSTU reconhece que “as grandes manifestações que sacudiram o país não conquistaram apenas importantes vitórias. Também começaram a produzir intensa politização e a fomentar novos tipos de organismos de luta e mobilização”¹³⁴.

Ainda neste artigo, afirmam que as ruas vinham constituindo assembleias populares, sobretudo em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro:

Os exemplos mais concretos são as assembleias populares de Belo Horizonte e o Fórum de Lutas do Rio de Janeiro. Há também iniciativas semelhantes em Fortaleza, Maceió e Campinas. Todas têm em comum uma crítica progressiva sobre as limitações estruturais do sistema de representação da democracia eleitoral burguesa, seus partidos corruptos e eleições viciadas que são bancadas pelo grande capital. Todos buscam construir, a partir da luta, outra esfera de representação e de unidade de ação, transformando a força política espontânea que vem das ruas em organização.¹³⁵

Essa experiência vinha ganhando força e foi comparada pelo PSTU aos acontecimentos da Argentina em 2001:

Guardada todas as proporções, a experiência realizada em Belo Horizonte e no Rio já teve seu equivalente na Argentina, durante a rebelião de 2001 que derrubou o então presidente Fernando de la Rúa. Naquela época, o país vivia uma intensa crise devido aos inúmeros planos neoliberais que privatizaram estatais e os serviços públicos. Para piorar, o governo ainda promoveu o chamado “crrralito”, o confisco da poupança da população. As Assembleias Populares surgiram centralmente na capital argentina e aglutinam vizinhos em todos os bairros. Suas reuniões eram feitas nas esquinas e praças. Nestas assembleias, que cada vez adquirem um caráter mais popular, se discutia tudo. Algumas tomam tarefas que têm a ver com a luta contra a impunidade, outras instalam restaurantes e instrumentam medidas de economia solidária, articulando com organizações piqueteiras. Também assumiram tarefas em defesa dos hospitais e mobilizações contra os aumentos das tarifas, contra os cortes de luz, pela recuperação das empresas privatizadas etc. Ao mesmo tempo, se avançou na sua centralização com a Coordenação do Parque Centenario, um bairro de Buenos Aires. Era lá que se reunia semanalmente uma plenária geral e se discutia temas que apontavam uma saída para o país, como a nacionalização dos bancos, o controle do comércio exterior, a expropriação com controle operário, o não pagamento da dívida. Debates políticos importantes foram travados nestes espaços, a favor e contra o poder dos trabalhadores, do horizontalismo, da Assembleia Constituinte, etc.¹³⁶

¹³³ O título do artigo é “A força das ruas transformada em organização”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19544>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹³⁴ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19544>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹³⁵ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19544>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹³⁶ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19544>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

Atento ao movimento da realidade, os artigos seguintes até o dia 11 de julho versaram sobre temas que se articulavam diretamente às assembleias populares e demais formas de organização construídas nesse período. Do dia 6 ao dia 9 de julho, os temas mais comuns eram sobre movimentações por pautas específicas em diferentes cidades¹³⁷, discussões sobre a validade das propostas do governo para com as reivindicações das ruas¹³⁸, considerando as contradições de sua governabilidade, além do fortalecimento da importância das assembleias populares. Há também um artigo importante, que questiona o rumo das manifestações após os atos do dia 11 de julho, momento que engendrava a possibilidade de uma greve geral no país, sendo a aposta para a entrada da classe trabalhadora organizada a partir de suas organizações de classe. Esse artigo, assinado pelo professor Valério Arcary, traz as seguintes reflexões:

Ao contrário do que pensam aqueles que ainda oferecem o seu apoio crítico ao PT e seu governo, o que está em disputa no Brasil, depois das Jornadas de Junho, não é o destino do governo Dilma, mas o destino das mobilizações que nasceram do mal estar social. O governo Dilma, dez anos depois da eleição de Lula em 2002, não oferece razão alguma para qualquer dúvida. Não tem preocupação maior, senão recuperar o mais rápido possível a estabilidade das instituições. O que mais teme o governo é a amplitude da greve geral de 11 de julho. O que está em disputa é qual será a dimensão da entrada da classe trabalhadora em cena. E quais serão as repercussões da greve geral na consciência de milhões de jovens que foram às ruas.¹³⁹

Sobre as manifestações anti-partidárias, generalizadas, segundo Arcary, erroneamente para todos os manifestantes, fez com que

[...] muitos na esquerda se perguntassem se as massas juvenis não estariam sendo manipuladas pela direita para desestabilizar o governo Dilma, e preparar a volta do PSDB e seus aliados ao poder. A propaganda petista do “*nunca antes na história deste país*”, depois de dez anos de repetição, fez estragos na consciência crítica da militância de esquerda, especialmente, entre os ativistas do movimento da classe trabalhadora organizada.¹⁴⁰

E continua:

¹³⁷ Os títulos dos artigos são: “Câmara Municipal de Belém: de casa do povo à casa da repressão”, “SE: Moradores dos bairros de Santa Maria e 17 de Março entregam abaixo assinado ao prefeito e governador” e “Em Macaé, movimentos convocam o dia 11 de julho com greve e paralisações”. Disponíveis em: <<http://www.pstu.org.br/node/19546>>, <<http://www.pstu.org.br/node/19554>> e <<http://www.pstu.org.br/node/19552>>. Acesso em 13 dez. 2014.

¹³⁸ Os títulos dos artigos são: “Um plebiscito para fortalecer o governo e não mudar nada” e “Mais recursos para saúde, educação e transporte? Só não pagando a dívida pública”. Disponíveis em: <<http://www.pstu.org.br/node/19555>> e <<http://www.pstu.org.br/node/19560>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹³⁹ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19558>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁴⁰ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19558>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

[...] admitir que é contraditório, porém, não é suficiente. Qualquer análise tem o desafio de compreender uma dinâmica. De onde vem? Para onde vai? Uma análise sólida não tem compromisso senão com a compreensão da realidade. Análises não podem ser instrumentais. Precisam ser o mais rigorosas possíveis. Que aqueles que saíram às ruas não são reacionários é evidente.¹⁴¹

Suas considerações trazem a luz questionamentos fundamentais para aquele momento, que se concebia de forma problemática para os partidos políticos, mesmo os de esquerda¹⁴², hostilizados por grande parte da população sob argumentos reacionários, mas também demonstrando certo avanço progressista, uma vez que questionavam as instituições e, de certa forma, até mesmo a governabilidade. A partir disso, como interpretar esse fenômeno pela ótica dos revolucionários? Qual seria a inserção de um partido operário em atos predominantemente compostos pelo “novo precariado”¹⁴³, considerando seu pouco experiência histórica, desgastes com as representações políticas e mesmo inserção precária no mundo do trabalho? Ciente da importância desse sujeito e da necessidade de incorporá-lo de forma organizada nas manifestações, Arcary continua seu texto:

Acontece que o mais complexo modelo teórico sempre será imperfeito e insuficiente para abarcar as muitas e imprevisíveis combinações históricas concretas. A teoria da revolução está sempre em processo de atualização. O marxismo tinha previsto, por exemplo, que o proletariado seria o sujeito social da revolução anticapitalista. Em consequência tinha prognosticado que os países industrializados de forma pioneira seriam o cenário das primeiras revoluções socialistas vitoriosas. Entretanto, um dos paradoxos históricos mais perturbadores, foi que os trabalhadores só tenham conquistado o poder num país central até hoje, e ainda assim de forma efêmera, na França, durante os dias da Comuna de Paris em 1871, no que poderíamos dizer que foi uma “contramão” da época histórica, porque o capitalismo ainda estava longe de ter esgotado suas possibilidades de desenvolvimento na escala internacional. E a maioria das revoluções anticapitalistas vitoriosas tiveram como sujeitos sociais outras classes. Somente na Rússia Czarista a classe trabalhadora foi o sujeito da derrota do capital. Foi nestas circunstâncias que a teoria da revolução foi reelaborada por Lenin e Trotsky.¹⁴⁴

Sobre o método para compreender a realidade nesse momento, assim como a interpretação do sentimento anti-partidarismo, continua:

É da natureza da discussão teórica a produção de conceitos e ideias como instrumentos de interpretação da realidade, o que supõe a necessidade das comparações e as generalizações. Não se pode realizar trabalho teórico sem o esforço de caracterizações e conceituações. Na análise da realidade, no entanto, é preciso muito cuidado para não deixarmos nossas preferências teóricas nos

¹⁴¹ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19558>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁴² Referimo-nos aqui aos partidos PSOL, PCB e PSTU.

¹⁴³ Nosso entendimento sobre Precariado parte das referências de BRAGA (2012).

¹⁴⁴ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19558>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

cegarem. A teoria deve estar sempre em processo de verificação. O auto-engano é uma armadilha poderosa. Assim como o narcisismo é uma doença infantil intelectual, o auto-engano é uma doença infantil do narcisismo. Que bom quando pensamos ver confirmadas nossas hipóteses! A construção de conhecimento sério, todavia, exige profunda humildade. Em outras palavras, combater a superficialidade, as generalizações rápidas, portanto, enxergar a situação concreta. Isso significa uma atitude crítica em relação às nossas hipóteses, a disposição de corrigi-las, a percepção de que a realidade é sempre mais surpreendente que os prognósticos que foram feitos, que o conhecimento é uma construção coletiva, que a polêmica ajuda o esclarecimento, que a luta de ideias deve ser feita com respeito pelas hipóteses e argumentos contrários, e muito mais. Exige, portanto, teoria e método. Ainda que tenha se manifestado de forma explosiva nas ruas nas Jornadas de Junho, há que recordar que irrupções de antipartidarismo já tinham vindo à tona várias vezes nos últimos anos, e não pode ser considerado uma surpresa. O repúdio aos partidos, que são desprezados como os instrumentos dos profissionais da política não é novo. Tem uma dimensão positiva? Como tudo é relativo, é bom lembrar que a ausência de direção é muito melhor que a presença de uma direção burocrática. E superior, incomparavelmente mais avançado, que a liderança de uma direção burguesa. O domínio dos monopólios sobre o regime democrático está na raiz da corrupção. E a corrupção pessoal dos políticos profissionais está na raiz do ódio da juventude. Esse processo de experiência, ainda que incompleto, porque identifica mais o corrompido do que o corruptor, é progressivo. A luta contra a corrupção, uma forma degenerada de controle político inerente ao capitalismo, é uma luta progressiva.¹⁴⁵

Conjecturando que CUT e PT tentariam deslegitimar qualquer manifestação que não estivesse vinculada às suas organizações, Arcary sugere o esforço de se potencializar os sujeitos participantes das manifestações: “O que está em disputa, portanto, é a consciência de milhões que irão lutar no dia 11 de Julho. A CUT e o PT farão o que puderem para conter, desviar e bloquear o caminho das mobilizações no dia seguinte. A tarefa da hora é abrir o caminho”¹⁴⁶.

No dia 11 de julho, o artigo “Dia histórico marca a entrada da classe trabalhadora na onde de protestos”¹⁴⁷ fez um balanço do ato nacional:

Esse dia 11 de julho marcou a entrada da classe trabalhadora na onda de protestos que explodiu em todo o país em junho. O dia nacional de lutas convocado pelas centrais sindicais registrou paralisações, bloqueios de estradas e manifestações em pelo menos 23 estados. É muito difícil que alguém no Brasil não tenha participado ou se deparado com os efeitos das manifestações e greves desse dia. Demonstrando grande disposição de luta, categorias de peso como metalúrgicos, operários da construção civil, portuários, servidores públicos, e diversas outras, cruzaram os braços e foram às ruas nessa quinta-feira.¹⁴⁸

¹⁴⁵ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19558>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁴⁶ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19558>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁴⁷ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19568>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁴⁸ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19568>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

Apesar do balanço positivo, a densidade dos atos foi notoriamente bem menor do que antes, como pode se notar na descrição a seguir:

Em São Paulo, metalúrgicos paralisaram 35 fábricas da região da Zona Sul e realizaram uma grande passeata que chegou a reunir cerca de oito mil trabalhadores. Houve ainda paralisações com manifestação de operários da construção civil e comerciários, além de atos na Zona Oeste e Leste. Importantes rodovias e avenidas da cidade foram fechadas ao longo do dia. À tarde, uma manifestação unificada reuniu algo como 10 mil pessoas na Avenida Paulista. Em outra importante região industrial do estado e do país, em São José dos Campos, houve paralisações em pelo menos 20 fábricas, atingindo algo em torno de 15 mil operários. Uma passeata na cidade reuniu 2 mil pessoas. Já no Rio de Janeiro, servidores dos Correios bloquearam a saída de caminhões da principal unidade da empresa. Houve ainda manifestações com paralisações de metalúrgicos e servidores, além das escolas das redes estaduais e municipais. Houve ainda manifestações com paralisação de petroleiros, bancários e terceirizados da Secretaria da Saúde. Pela tarde, um protesto unificado reuniu quase quinze mil pessoas e, ao final, foi duramente reprimido pela Tropa de Choque. Relatos de companheiros presentes no ato dão conta que a polícia atacou por trás, de forma covarde, manifestantes pacíficos, perseguindo-os durante um longo trajeto. Mais um capítulo vergonhoso da truculência policial no Rio. A capital mineira, por sua vez, viveu praticamente um dia de greve geral. A cidade já amanheceu com paralisação dos ônibus e do metrô. A greve atingiu também a rede estadual de ensino e grande parte das escolas municipais. No interior, a paralisação se alastrou para várias metalúrgicas, além de siderúrgicas e mineradoras. Já em Porto Alegre, cuja Câmara Municipal está ocupada por manifestantes, houve paralisação dos rodoviários. Professores do CPERS também bloquearam a rodovia que dá acesso à cidade. No Norte e Nordeste, a jornada de greves e protestos também foi forte. Em Belém houve paralisação dos operários da construção civil e uma manifestação que reuniu os operários, estudantes e diversas outras categorias. Em Aracaju, capital do Sergipe, operários da Petrobrás e bancários dos bancos públicos cruzaram os braços, assim como os professores da rede pública. Já na capital do Ceará, Fortaleza, os operários da construção civil pararam suas atividades nesse dia e realizaram uma manifestação que reuniu ainda ativistas do Movimento dos Conselhos Populares, do MST, de oposição sindical dos bancários e estudantes da ANEL. Natal, por sua vez, viu uma das maiores manifestações do dia 11 em todo o país. O protesto unificado das centrais sindicais reuniu algo como 20 mil pessoas por saúde, educação, transporte, reforma agrária e contra a política econômica do governo Dilma.¹⁴⁹

Nos dias seguintes os artigos mostravam como foi o dia 11 de julho em diferentes cidades¹⁵⁰, ressaltando a importância da entrada das organizações da classe trabalhadora e das paralisações vinculadas a alguns setores diretos da produção, como os metalúrgicos e os

¹⁴⁹ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19568>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁵⁰ Os títulos dos artigos são: “Em Natal, Dia Nacional de lutas reúne 15 mil trabalhadores e estudantes”, “Operários do ABC pararam a produção e apontaram limites das direções governistas”, “Paraíba protesta contra privatização de rodoviárias no dia 11 de julho”, “Santa Catarina teve mobilizações e greves no dia 11 de julho”, “Dia Nacional de luta em Macaé mostra a força dos trabalhadores nas ruas e no mar” e “Luta e Resistência: A ocupação da Câmara Municipal de Porto Alegre”. Disponíveis em: <<http://www.pstu.org.br/node/19574>>, <<http://www.pstu.org.br/node/19575>>, <<http://www.pstu.org.br/node/19577>>, <<http://www.pstu.org.br/node/19579>>, <<http://www.pstu.org.br/node/19582>> e <<http://www.pstu.org.br/node/19583>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

petroleiros. O artigo publicado no dia 12 de julho¹⁵¹ trouxe as seguintes informações sobre o ato: “as oito Centrais Sindicais (CSP-Conlutas, CUT, Força Sindical, UGT, CGTB, NCST, CGTB, CTB e CSB), reunidas nesta sexta-feira (12), fizeram um balanço positivo das ações que realizaram no dia 11 de julho, “Dia Nacional de Greves, Paralisações e manifestações”¹⁵². O encaminhamento desse dia nacional de atos foi a organização de outro, agora no dia 30 de agosto.

Ainda avaliando o ato, é descrito que,

[...] muito além do que as mais de 50 estradas bloqueadas nas diversas regiões do Brasil, durante os protestos do dia 11, o balanço de todas as Centrais deu ênfase aos milhões de trabalhadores e trabalhadoras que cruzaram os braços, fizeram greves e promoveram a paralisação da produção de diversos setores da indústria, do comércio e de serviços, a exemplo dos metalúrgicos das montadoras de São José dos Campos, Minas Gerais, São Paulo, capital e ABC, Santos e Rio Grande do Sul; operários da Construção Civil de Fortaleza, Belém e São Paulo, além de comerciários e setores do transporte em algumas capitais, servidores do Paraná, entre outros. Para os diversos representantes das Centrais Sindicais, a classe entrou com força na defesa de suas reivindicações e isso foi um elemento chave. As organizações presentes também destacaram as ações dos movimentos sociais, em especial do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).¹⁵³

Apesar de não obter êxito na propositura de uma greve geral¹⁵⁴, a intervenção do PSTU reforçou o chamado para o ato nacional do dia 30 de agosto, sem, no entanto, deixar de apresentar suas críticas à conjuntura nacional e ao governo. Em seu discurso no ato, Zé Maria¹⁵⁵ reiterou que,

[...] é importante as Centrais Sindicais seguirem em unidade para arrancar essas conquistas para os trabalhadores brasileiros. Contudo, o dirigente fez uma ponderação: “*Para conquistarmos nossas reivindicações temos enfrentar os governos, a começar pela presidente Dilma que, não só não atende a nossa pauta, mas segue aplicando uma política a serviço dos interesses do capital. Basta ver a manutenção do superávit primário, o envio de centenas de bilhões de nosso dinheiro público todos os anos pra pagar juros da dívida pública, a desoneração da folha aos empresários, aumento da taxa de juros as privatizações etc.*”, salientou. O dirigente da Central disse ainda que nessa batalha os sindicatos têm de ter um lado, ou seja, da classe trabalhadora, contra os patrões e o governo. “*Devemos seguir com as mobilizações, realizar os*

¹⁵¹ O título do artigo é “Após forte dia de greves e manifestações, centrais convocam novo Dia Nacional de paralisação para 30 de Agosto”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19581>>. Acesso em: 13 de dez. 2014.

¹⁵² Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19581>>. Acesso em: 13 de dez. 2014.

¹⁵³ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19581>>. Acesso em: 13 de dez. 2014.

¹⁵⁴ Segundo o artigo “A CSP-Conlutas chegou a propor que se definisse já pelo chamado a Greve Geral para o dia 30 de agosto. Essa forma, porém, não foi aceita pelas demais centrais. Ao final, todos concordaram com o chamado ao Dia Nacional de Paralisação, marcado para 30 de agosto”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19581>>. Acesso em: 13 de dez. 2014.

¹⁵⁵ Zé Maria de Almeida é o presidente nacional do PSTU.

*protestos estaduais, preparar o dia nacional de paralisação e irmos criando as condições para realizarmos uma Greve Geral nesse país”, finalizou Zé Maria.*¹⁵⁶

Outros dois artigos¹⁵⁷ tratam sobre a repercussão do ato no dia 11 de julho, contrargumentando a posição de algumas opiniões que diminuía as manifestações, assim como a cobertura dada pela grande mídia.

A imprensa quer nos fazer crer que o dia 11 de julho foi um dia em que apenas um punhado de sindicalistas e militantes políticos causaram transtornos que atrapalharam um pouco a rotina. Não conseguem explicar porque o Jornal Nacional precisou dedicar seu primeiro bloco inteiro para explicar o que acontecia. Não conseguem apagar do Google os milhares de links relacionados às paralisações que ocorreram em todo o território nacional. Se fossem realmente esconder as notícias relacionadas ao número de pessoas que não trabalharam neste dia, teriam que desaparecer com o Facebook, tamanha a quantidade de fotos, comentários e compartilhamentos nesta rede social.¹⁵⁸

Ainda nesse artigo, é exaltada mais uma vez a entrada da classe trabalhadora nas manifestações:

É preciso tirar conclusões sobre o que está acontecendo. A primeira delas é que a classe trabalhadora entrou com muita força no movimento puxado pela juventude. Essa foi uma das maiores greves gerais de nossa história, semelhante às greves da década de 1980. A segunda conclusão é que as manifestações de rua ganham “novas” ferramentas de apoio, tradicionais do movimento operário: as greves e paralisações. Foi a classe operária em cena, com seus métodos, dando prejuízo de bilhões à burguesia, quem deu o recado no dia 11, contra tudo o que está aí.¹⁵⁹

E descrevendo especificamente a intervenção do PSTU,

[...] na greve geral os trabalhadores do PSTU organizaram por dentro das empresas as paralisações. Nossa juventude foi para a porta das fábricas apoiar os trabalhadores e fez um chamado a todos os ativistas para organizarem a paralisação. Mais do que nunca, é preciso saber diferenciar os partidos políticos e reafirmar o formato de organização do nosso partido. Todas as nossas atividades foram discutidas e decididas em reuniões, coletivamente. E depois atuamos juntos nas mesmas atividades, golpeando a burguesia com um punho só, sem divisões. Nenhum parlamentar ou figurão falou em nome de nosso partido sem antes ter se submetido ao coletivo partidário. Isso é democracia. Só com um partido com a mais férrea disciplina e democracia interna a serviço de uma

¹⁵⁶ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19581>>. Acesso em: 13 de dez. 2014.

¹⁵⁷ Os títulos dos artigos são: “Seis conclusões sobre o caráter da mobilização popular após o 11 de julho” e “Dia 11: vitória ou fracasso?”. Disponíveis em: <<http://www.pstu.org.br/node/19588>> e <<http://www.pstu.org.br/node/19592>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁵⁸ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19588>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁵⁹ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19588>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

estratégia socialista podemos fazer uma revolução social. Está na hora de fortalecer esta alternativa.¹⁶⁰

O segundo artigo é também enfático sobre a cobertura da grande mídia:

Surpreendentemente, porém, no dia seguinte, os principais jornais trataram o dia de paralisação como um "fracasso". A manchete da Folha de S. Paulo é um exemplo da contradição absurda entre fato e notícia, estampando que "Protestos sindicais afetam o país, mas têm baixa adesão". Ora, como puderam afetar o país com baixa adesão? Manchete semelhante trouxe o concorrente Estadão: "Protestos têm baixa adesão em SP e confronto no Rio", destacando na foto principal uma grande imagem aérea da Avenida Paulista, em que se pode ver praticamente toda a via, e em que a manifestação ocupa apenas uma pequena parte. A intenção era clara: evidenciar a "baixa" participação no protesto. Poderia causar estranhamento, porém, no leitor que resolvesse abrir o jornal e se deparasse com a seguinte notícia: "Protestos afetam venda e produção". Nele, ficamos sabendo, por exemplo, que "*a produção foi paralisada em pelo menos quatro refinarias brasileiras e em oito unidades de montadoras. A fábrica da Renault em São José dos Pinhais (PR) deixou de produzir 1,3 mil veículos e 1,6 mil motores ontem. Já a Volvo, em Curitiba (PR), atrasou a produção de 115 caminhões e oito ônibus*". Ou ainda que, em Pernambuco, "manifestantes bloquearam os acessos do complexo industrial e portuário de Suape. Nenhum ônibus que transportava trabalhadores podia entrar no complexo, onde trabalham 75 mil pessoas em cerca de 150 empresas". Um pouco demais para uma jornada com tão pouca adesão, não? Para reforçar o aspecto supostamente artificial da jornada de lutas, tanto a Folha quanto o Estadão destacaram a presença de "militantes pagos" para participarem das manifestações e empunharem bandeiras. Teriam sido as dezenas de milhares de operários que cruzaram os braços nesse dia também pagos para isso?¹⁶¹

É perceptível nos artigos em questão que no aspecto do embate de classes, especificamente no que diz respeito à agressão ao modo de produção, as paralisações ocorridas no dia 11 de julho, segundo o PSTU, foram tão ou mais importantes que as manifestações populares de junho, uma vez que setores importantes vinculados direta ou indiretamente a produção foram afetados. No aspecto do número de participantes, evidente que esses atos tiveram uma participação popular muito inferior.

Objetivando construir o ato nacional do dia 30 de agosto, a todo o momento referido pelo PSTU como uma possibilidade real de mobilização de uma greve geral no país, os artigos anteriores a esse ato versavam sobre as lutas que ocorriam nesse período, buscando dialogar com os problemas do dia a dia do trabalhador. Alguns artigos com temas de destaque são: "Mais saúde para os brasileiros ou resposta improvisada do governo Dilma?", "Sete dias que abalaram Porto Alegre: Ocupação de Câmara de Vereadores termina vitoriosa", "Mais de 2 mil pessoas protestam na porta do governador Sérgio Cabral", "Daleste: mais uma vítima da

¹⁶⁰ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19588>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁶¹ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19592>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

‘guerra à periferia’”, “No Rio, estudantes e trabalhadores protestam no dia da vista do Papa”, “Ativistas ocupam Câmara de Vereadores de São Luís (MA)”, “Aracaju tem ruas bloqueadas e população revoltada com caos no transporte”, “Trabalhadores de transporte alternativo ocupam prefeitura de Natal”, “Toda solidariedade à ocupação Santa Lúcia, em Maceió (AL)”, “Não foi só por vinte centavos, é por R\$425 milhões! Fora Alkmin, corrupto e ditador!”, “RJ: em defesa de todo ativista contra os ataques da polícia e da burguesia!”, “Em Fortaleza, ato de rua marca dia nacional de luta contra as terceirizações”, “Após pressão, governos anunciam construção de casas às famílias do Pinheirinho”, “Greve dos profissionais de educação do Rio continua”, “Após mobilizações, GM recua e mantém produção do Classic”, “Osasco: A ocupação “Nova Esperança” e a luta pela Reforma Urbana no país” e “Caso Amarildo: CSP-Conlutas lança campanha de solidariedade à família”.

Outros dois artigos ressaltaram a importância de se construir o ato do dia 30 de agosto. O primeiro¹⁶² abordou a crise de representação política vivida por boa parte dos ativistas e refletida, de uma maneira geral, também na população. Buscando explorar os problemas da governabilidade petista, o artigo apontou os seguintes questionamentos:

Muitos trabalhadores e estudantes que apoiavam o PT vivem, hoje, uma crise: sabem que Dilma está fazendo um desastre no governo, mas têm medo da “volta da direita”. Em geral, esses ativistas participam ou apoiam as mobilizações que estão sacudindo o país. Ficam indignados com a situação e sabem da responsabilidade do governo petista. Chegam à beira da ruptura completa com o PT, mas recuam, pois “a direita pode se aproveitar” [...]É preciso pensar com a ousadia necessária. É hora de romper com o PT para ajudar na formação de outra referência de esquerda. A dimensão das mobilizações permite pensar na construção de uma nova alternativa que se contraponha tanto à direita como ao PT. Caso exista uma ruptura com o PT de todo um setor, de muito dos ativistas que lutam, será possível construir uma alternativa de esquerda com maior rapidez. Caso não exista essa possibilidade, a direita pode ocupar espaços de oposição. É hora de dar um passo adiante, de ruptura com o PT. O PSTU é um partido revolucionário socialista. Continuemos a lutar juntos, como na preparação do dia 30 de agosto, Dia Nacional de Paralisações. E vamos construir, juntos, uma nova alternativa de esquerda revolucionária.¹⁶³

O segundo artigo¹⁶⁴, apesar de referir-se ao contexto do Estado do Rio de Janeiro, mostra bastante sobre a linha de intervenção do PSTU e sua expectativa para o ato do dia 30 de agosto.

¹⁶² O título do artigo é “Editorial: é preciso dar um passo adiante”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19849>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁶³ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19849>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁶⁴ O título do artigo é “Queremos mais que os anéis: Greve Geral dia 30!”. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19899>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

Não dá para esperar 2014. Cabral e seu vice Pezão não podem permanecer à frente do governo. O governo Cabral tem que cair. O quanto antes melhor. Ambos devem sair, e esta não é uma tarefa pequena. Fortalecer e criar Fóruns de Lutas, a exemplo do que funciona na capital; construir núcleos desse Fórum ajuda, e muito, nessa batalha. Fortalecer as entidades do movimento independentes dos governos, como a ANEL e a CSP-Conlutas, é parte da mesma tarefa. Este caminho permite, inclusive, discutirmos que saída podemos dar para termos um governo dos trabalhadores e do povo. É preciso multiplicar as mobilizações pelo estado, construir passeatas, atos, bloqueios de estradas, greves. Já temos o próximo dia 8 como data pelo Fora Cabral. O dia 30 de agosto, no estado do Rio, pode e deve ser transformado em um forte dia de greves e manifestações pelo Fora Cabral. A juventude, os estudantes, juntando-se aos trabalhadores, unificados, podem dar uma dinâmica que acabe de uma vez com esse governo. Nas escolas, nos bairros, nas fábricas. Nos locais de estudo, trabalho e moradia é preciso discutir e organizar as ações com um objetivo: #FORA CABRAL!¹⁶⁵

No que diz respeito ao momento ideal do PSTU, mais uma vez, ao que parece, houve um desencontro entre subjetividade-prática-objetividade, considerando que, mesmo sendo deveras importante a entrada da classe trabalhadora, principalmente através de suas organizações, nos atos, não havia uma possibilidade concreta de se efetivar uma greve geral. Infelizmente os trabalhadores fazem parte da massa que também hostilizou os partidos e vivem uma crise política sem tamanho com suas entidades representativas. Por mais importante que seja construir uma greve geral, ao que parece, as condições subjetivas e objetivas não estavam na ordem do dia no momento desses chamados. A aposta no fortalecimento de outras formas de organização, menos desgastadas do que os partidos, foi uma tática interessante, mas ciente da fragilidade dessa ferramenta e das dificuldades de se construir um espaço policlassista e de massas, como se configuraram as assembleias populares, princípios e diretrizes do PSTU se mantiveram inalterados, mesmo depois de todo o desgaste sofrido.

Finalizando as análises dos artigos publicados no editorial nacional do PSTU, nossa última pesquisa será sobre o artigo “Paralisações, bloqueios de estradas e manifestações marcam esse 30 de agosto”¹⁶⁶. Evidentemente que o PSTU continuou a produzir artigos, mas para colocar um limite metodológico, terminaremos aqui nossos estudos de artigos.

No artigo final, um balanço do ato nacional do dia 30 de agosto, ressaltando novamente a importância da participação das organizações de classe, criticando o boicote da CUT à atividade e ressaltando o protagonismo da CSP-Conlutas nesse dia. Apesar do cada vez menor número de participantes, as mobilizações continuaram sendo exaltadas, como pode ser visto no relato:

¹⁶⁵ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19899>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁶⁶ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19971>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

O dia nacional de luta e paralisações convocado pelas centrais sindicais para esse dia 30 de agosto sacudiu o país. Paralisações, totais ou parciais, cortes de estradas e avenidas, além de manifestações públicas, marcaram essa data mostrando que, quase três meses após a explosão dos protestos que tomaram conta do Brasil, persiste a disposição de luta do povo e, em especial, entre os trabalhadores. A jornada de mobilizações segue, assim, o dia 11 de julho, que viu a entrada em cena da classe trabalhadora nas manifestações, com suas organizações e métodos de luta, apontando para o crescimento das mobilizações. O 30 de agosto foi marcado por mobilizações de categorias de peso, como metalúrgicos, mineiros, trabalhadores da construção civil, petroleiros, servidores públicos e a juventude. A adesão de trabalhadores do transporte público fez parar por algumas horas pelo menos sete capitais: Fortaleza, Salvador, Natal, Belo Horizonte, Porto Alegre, São Luís e Palmas. Em São José dos Campos, interior de São Paulo e importante pólo industrial, pelo menos 27 mil operários de 25 fábricas paralisaram, incluindo os metalúrgicos da General Motors. Metalúrgicos no interior de Minas também cruzaram os braços, assim como os mineiros do complexo da CSN. Os petroleiros também pararam, paralisando refinarias como a de Cubatão. O Comperj (Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro) também parou. Em Santos, os manifestantes bloquearam a entrada para a cidade, incluindo a rodovia Anchieta. Operários da construção civil tiveram importante participação, como em Belém e Fortaleza. O dia 30 ainda teve paralisações importantes no funcionalismo, tanto federal como os servidores estaduais e municipais de várias regiões, principalmente os trabalhadores da educação.¹⁶⁷

Apesar da construção desse ato ter perpassado o diálogo com as principais pautas das ruas, questões do dia a dia dos trabalhadores, seu alcance e mobilização foi bem inferior às manifestações de junho e mesmo ao ato do dia 11 de julho. Ainda assim, o artigo tentou resgatar as inspirações de junho:

Assim como ocorreu no dia 11 de julho, é quase impossível que alguém nesse país não tenha sentido ou pelo menos visto pela imprensa as consequências desse dia de mobilizações. Elas mostram que a disposição de luta continua mais viva do que nunca quase três meses após a onda de manifestações que tomou conta do país. E revela ainda que os problemas pelos quais a população foi às ruas também persistem. "*Os trabalhadores foram às ruas nesse dia cobrar do governo e dos empresários a mudança desse modelo econômico, o fim do fator previdenciário, o fim desse PL 4330 das terceirizações, o fim do leilão do petróleo, enfim, a mudança dessa política em que o governo atende todas as reivindicações dos bancos e do empresariado e piora as condições de vida do povo brasileiro*", afirma José Maria de Almeida, o Zé Maria, dirigente da CSP-Conlutas e do PSTU.¹⁶⁸

Se nos relatos dos artigos entre maio e setembro podemos destacar alguns elementos importantes da práxis política do PSTU nas manifestações de junho, acreditamos ser também relevante verificar se houve mudanças no momento ideal do partido na elaboração dos

¹⁶⁷ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19971>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁶⁸ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/19971>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

programas eleitorais, material que foi disponibilizado para a campanha do candidato Zé Maria de Almeida.

Publicado no site do PSTU no dia 30 de junho de 2014, com o título “Uma alternativa operária e socialista nas eleições”¹⁶⁹, o então pré-candidato à presidência da república pelo PSTU, Zé Maria de Almeida, apresenta sua pré-candidatura, os eixos do programa do partido, a justificativa por não ter ocorrido uma frente de esquerda, com PSOL e PCB, além de diferenciar sua candidatura da dos “grandes” partidos.

O artigo busca dialogar com as manifestações de junho de 2013, alertando que nenhum dos principais candidatos pode proporcionar as mudanças advindas das ruas:

As mudanças exigidas pelos milhões de jovens e trabalhadores foram às ruas no ano passado, e que, em 2014, estão fazendo greves e manifestações que sacodem o país – como a recente greve dos metroviários de São Paulo – não virão pela ação dos governos federal, estaduais e municipais. Todos eles estão comprometidos com os grandes grupos econômicos e não com o atendimento das necessidades do povo. Tampouco, as mudanças virão através das distintas candidaturas que estão postas hoje. A direita tradicional, representada por Aécio Neves (PSDB), já governou nosso país. Todos se lembram da tragédia que foram para o povo, os governos de FHC. Eduardo Campos (PSB) e Marina Silva (REDE), que se apresentam como alternativas, estavam no governo do PT até dias atrás. Marina, quando compunha o governo Lula, e Campos, no governo de Pernambuco, não fizeram nada diferente do que faz o PT no governo. Mas as mudanças que precisamos não virão com a continuidade do governo do PT e a reeleição da presidente Dilma. Sabemos que muitos trabalhadores ainda têm esperanças no PT. Mas é preciso encarar a realidade. Depois de 12 anos de governo, o tão falado “Brasil Para Todos” da propaganda petista se resume a oferecer Bolsa Família e crédito para endividar as pessoas. O povo brasileiro precisa de serviços públicos de qualidade, salário e aposentadoria digna, reforma agrária: acesso à cultura e ao lazer. No entanto, longe de garantir isso, o governo do PT promove recordes de rentabilidade dos bancos, empreiteiras e multinacionais. O país cresceu, mas a riqueza continua a ser canalizada para os bancos e empreiteiras da mesma forma que nos governos anteriores. Isto acontece porque o PT optou por governar com os banqueiros, com as empreiteiras, as multinacionais, as grandes empresas do agronegócio. A presença de figuras como Collor de Mello, Sarney e Maluf no governo petista é a personificação desta escolha.¹⁷⁰

Na tentativa de apresentar uma alternativa eleitoral que contemple as reivindicações trazidas das ruas, “o PSTU apresenta a minha candidatura à presidência da República e da professora e militante do movimento negro e feminista Cláudia Durans para vice. Porque é preciso uma alternativa operária para promover as mudanças que o nosso país necessita”¹⁷¹. Como linhas do programa eleitoral:

¹⁶⁹ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/20757>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁷⁰ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/20757>>. Acesso em: 13 dez. 2014

¹⁷¹ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/20757>>. Acesso em: 13 dez. 2014

Vamos apresentar um programa que, para atender as reivindicações de saúde, educação, moradia, transporte coletivo, reforma agrária, aposentadoria, emprego e salário dignos, aponte as mudanças necessárias na estrutura econômica, política e social do país. Um programa de ruptura com o capitalismo, rumo a uma mudança socialista em nosso país. Para aplicar este programa é preciso um governo da classe trabalhadora, que rompa com os banqueiros, empreiteiras e multinacionais, para mudar de verdade o Brasil.¹⁷²

Com trajetórias próximas, mas realidades contemporâneas bem distintas, o texto diferencia o PSTU do PT, enfatizando que as mudanças reais expressadas nas manifestações não cabem nas urnas, mas será fruto de muita mobilização da classe trabalhadora, ressaltando ainda que as bases para esse programa se encontram num projeto socialista.

Os trabalhadores quando construíram o PT, há mais de 30 anos, tinham esse sonho de chegar ao governo e mudar o país. Lula e a direção desse partido trocaram este sonho por um acordo com os banqueiros e grandes empresários. Agora, o PT governa para eles. Minha candidatura quer resgatar esse sonho da classe trabalhadora. Por isso, defende um caminho distinto daquele trilhado pelo PT. Defende a ruptura com os banqueiros e grandes empresários para mudar, de fato, o Brasil. Para organizar o país de acordo com as necessidades e interesses dos trabalhadores e do povo pobre. Obviamente, uma mudança desta envergadura não virá apenas com o voto. Eles são importantes, pois cada voto que conseguirmos, em apoio a essas ideias, é um passo que estaremos dando no rumo de nosso objetivo. Mas será preciso mais do que isso. Será necessária muita organização e mobilização dos trabalhadores, da juventude e dos setores oprimidos (negros, mulheres e LGBTs) para reunirmos força para promover esta transformação em nosso país. A campanha eleitoral do PSTU estará a serviço de defender as mudanças em nosso país e a serviço de estimular e fortalecer as lutas e organização dos trabalhadores e da juventude. E a serviço de fazer com que o maior número possível de trabalhadores, trabalhadoras e jovens deste país venha somar-se ao nosso partido na construção de um projeto socialista.¹⁷³

Outro artigo importante sobre o período pré-eleitoral foi originalmente publicado no jornal Folha de São Paulo no dia 11 de julho de 2014 e reproduzido no site do PSTU no dia 16 de julho de 2014, intitulado “A mudança que o Brasil precisa”¹⁷⁴.

Nele, o eixo se mantém na caracterização da recessão econômica e seus rebatimentos no dia a dia dos trabalhadores, demonstrando mais uma vez que não há diferenças entre um governo do PT ou PSDB: “Os indicadores econômicos não são nada animadores. Os resultados da indústria apontam para a manutenção do cenário de desaceleração da economia brasileira. A alta dos preços pressiona a inflação, que corrói os salários dos trabalhadores. O

¹⁷² Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/20757>>. Acesso em: 13 dez. 2014

¹⁷³ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/20757>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

¹⁷⁴ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/pstu16/20818>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

governo do PT e a oposição conservadora do PSDB e PSB, apesar de se engalfinharem na disputa eleitoral, defendem as mesmas políticas - o chamado ajuste fiscal”¹⁷⁵.

Destacando a incompatibilidade de ocorrerem mudanças estruturais ou mesmo conjunturais importantes, Zé Maria de Almeida destaca o que vem ocorrendo com o fundo público, quando se destina quase metade do orçamento público para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

Todos os anos, o governo federal desembolsa para os bancos, a título de pagamento da dívida pública, algo em torno de 42% do Orçamento federal, quase metade do que arrecada com os impostos pagos pela população. No entanto, segundo a associação Auditoria Cidadã da Dívida, o governo gasta somente 4,11% do Orçamento com saúde e 3,49% com educação. Para os banqueiros vai 5,5 vezes mais do que para saúde e educação juntas. Não será possível mudar o Brasil e assegurar vida digna para o seu povo enquanto todos os recursos do país e a riqueza produzida pelo trabalho de toda a população continuarem sendo destinados ao aumento dos lucros de banqueiros e empresários. As mudanças exigidas pela juventude e pelos trabalhadores que foram e vão às ruas, como nas manifestações populares em junho do ano passado e as greves dos metroviários de São Paulo um mês atrás, não acontecerão pela ação destes governos que aí estão.¹⁷⁶

Por fim, aponta a alternativa apresentada pelo PSTU para as eleições presidenciais e o anseio de mudanças da população:

Precisamos de um governo dos trabalhadores, sem patrões, que rompa com os banqueiros, as empreiteiras e as multinacionais. Um governo que seja apoiado pelas classes trabalhadoras e pela juventude. Só assim será possível atender às demandas da população e garantir, enfim, um Brasil justo. É a serviço dessa estratégia que estará a campanha eleitoral do PSTU.¹⁷⁷

A tentativa de inserir no programa eleitoral os elementos trazidos pelas manifestações de junho de 2013 é notável. Tentativa não só do PSTU, mas da maioria dos partidos, mesmo os representativos da direita¹⁷⁸.

É interessante notar a mudança do slogan de 2010 para 2014. O PSTU em 2010 trazia o tradicional slogan: “Contra Burguês, vote 16. Operário e Socialista dessa vez!”, situação diferente de 2014, quando o slogan passou a ser: “Nas ruas, nas lutas, nas greves: construir um Brasil para os trabalhadores!”. É também importante notar como a esquerda reagiu às manifestações, pelo menos no que diz respeito aos slogans de campanha. O PSOL, em 2010

¹⁷⁵ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/pstu16/20818>>. Acesso em: 13 dez. 2014

¹⁷⁶ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/pstu16/20818>>. Acesso em: 13 dez. 2014

¹⁷⁷ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/pstu16/20818>>. Acesso em: 13 dez. 2014

¹⁷⁸ Por questões metodológicas infelizmente não poderemos analisar a mudança do momento ideal nas manifestações de junho em outros partidos. Entretanto, gostaríamos de expressar a vontade de continuar esse estudo, num momento próximo, ao menos nos partidos de esquerda, entendidos por nós como PCB e PSOL.

possuía o slogan “Opção pela Igualdade” e em 2014 trouxe a seguinte mensagem: “O povo acordou por mais direitos”, obviamente destacando as mobilizações ocorridas no Brasil. Já o PCB, no que diz respeito ao slogan, pouco se diferenciou de 2010, quando trazia a mensagem “Construindo o Poder Popular. Rumo ao Socialismo”, e em 2014 utilizou “Construindo o Poder Popular: por um Brasil socialista”.

Sobre o programa de governo, ou seja, as propostas apresentadas pelo PSTU para a população, as mudanças foram sutis, atualizadas apenas por questões mais latentes na conjuntura atual, nada que fugisse aos princípios e diretrizes do partido. Se em 2010 o programa foi construído coletivamente, através de seminários em todos os estados do país, em 2014 o que se percebeu foi uma atenção maior às pautas das ruas, numa tentativa de incorporá-las ao programa de governo, o que, a partir da nossa análise, representou um programa mais completo, explorando de uma forma mais profunda as principais questões da conjuntura. O texto que introduz o programa caracteriza da seguinte forma o momento atual:

Em junho de 2013, milhões foram às ruas de todo o país exigindo mudanças. Nos meses que se seguiram os trabalhadores protagonizaram uma onda de greves que, muitas vezes, se enfrentaram não só com os patrões, mas com as próprias direções sindicais pelegas. A greve dos garis do Rio de Janeiro causou comoção em todo o país e foi um símbolo desse processo. Ocorreram fortes greves operárias no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, na construção civil de Fortaleza e, na capital paulista, os metroviários realizaram uma das maiores greves de sua história. As manifestações e as greves mostram uma insatisfação cada vez mais generalizada com as condições de vida dos trabalhadores e da maioria da população. A inflação corrói os salários enquanto os serviços públicos são cada vez mais sucateados. Os governos, porém, nada fizeram para atender essas reivindicações. Pelo contrário, criminalizam as lutas e tratam as mobilizações como caso de polícia, prisões e processos judiciais. Agora, querem canalizar essa insatisfação para as eleições e dizem representar o desejo de mudança.¹⁷⁹

Se diferenciando das candidaturas de PT, PSDB e PSB, partidos financiados e organizados para e pelo Capital, o PSTU dialoga com a população mostrando que:

O PSTU se apresenta nessas eleições para defender um programa da classe trabalhadora, que enfrente a espoliação do país pelos bancos internacionais e multinacionais e a exploração e os privilégios dos patrões, donos de bancos, de empreiteiras, de multinacionais, do agronegócio e das grandes empresas. Uma minoria que lucra bilhões e bilhões com a dominação do Brasil e a exploração da maioria trabalhadora. Para mudar de fato e atender as reivindicações colocadas nas ruas e nas greves é preciso romper com essa minoria, que, diante da crise que se avizinha ainda vai querer, mais uma vez, jogar o preço da crise sobre nossas costas. O PSTU e a candidatura de Zé Maria à presidência e Cláudia Durans vice apresenta um projeto da classe trabalhadora para o Brasil, que só pode ser

¹⁷⁹ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/pstu16/21058>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

aplicado por um governo dos trabalhadores, sem patrões, apoiado na maioria do povo mobilizado. Sua candidatura está ao serviço da luta por esse objetivo. Pois a mudança necessária não virá através das eleições, controladas pelo poder econômico, mas sim da luta dos trabalhadores, do povo pobre e da juventude. Queremos e pedimos o voto dos trabalhadores e da juventude, para fortalecer uma alternativa operária e socialista, não só para as eleições, mas para as lutas e mobilizações. Ao votar 16 você estará fortalecendo essa alternativa e essa luta.¹⁸⁰

Concluído o estudo dos artigos nos marcos temporais propostos, nosso esforço será o de remontar o momento ideal do PSTU investigando se houve alguma mudança a partir das manifestações de junho. É essencial deixar claro, mais uma vez, que nosso esforço não tem nenhuma pretensão em afirmar que o que seguirá nos apontamentos conclusivos é uma fiel e rigorosa composição do momento ideal do PSTU, mas sim um esforço, a partir do material que analisamos, de se aproximar do que poderia ser esse momento ideal e as implicações das manifestações na prática do partido.

¹⁸⁰ Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/pstu16/21058>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Na composição deste trabalho ousamos tratar de temas pouco convencionais na teoria lukacsiana, buscando, a partir de suas sistematizações filosóficas, encontrar materialidade na práxis contemporânea da esquerda brasileira. Nosso empenho foi no sentido de retribuir à luta de classes, à dinâmica ideológica contemporânea, com um material que pudesse ser de alguma forma útil aos que estão nas ruas defendendo saídas classistas para as mazelas do capital. Não corroboramos com sofisticações diletantes academicistas ou correntes do pensamento que criticam, mas se imobilizam diante do movimento do real. Aqui gostaríamos de assinalar que escolhemos caminhar conforme Marx elucidou na 11ª Tese sobre Feuerbach: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; agora é preciso transformá-lo”.

Assim esclarecido, buscamos nas traduções mais recentes da obra lukacsiana a concepção da política, destacando suas elaborações sobre a ideologia, e conseqüentemente, sobre o momento ideal. Propondo-nos a analisar a intervenção partidária nos dias de hoje, voltamos aos clássicos para compreender o que eles entendiam como partido político e vimos, apesar de concordâncias genuínas, diferenças importantes entre Marx e Lenin.

Nos dias de hoje, a fórmula do partido, assim como vimos em Lenin, ainda é válida? Ou, a partir da hostilidade emergida nas manifestações de massa de junho, os partidos de esquerda deveriam ser dissolvidos em vista de uma nova forma de organização, tal como Marx vivenciou na sua contemporaneidade? Seria essa uma saída? Em seus escritos na *Nova Gazeta Renana*, datados de junho de 1848, Marx afirma que:

De hábito [...] é exigido: entusiasmo pelo partido de cujos princípios se comparte, confiança absoluta na sua força, disposição permanente seja para defender os princípios alegando força real, seja para encobrir a debilidade efetiva com o brilho dos princípios. Não cumprimos essas exigências. Não douraremos com ilusões enganosas as derrotas sofridas. [...] Importa-nos que o partido democrático tome consciência da sua situação. Perguntar-nos-ão porque nos voltamos para um partido; porque, em lugar disso, não encaramos o objetivo das aspirações democráticas, o bem estar do povo, a felicidade de todos sem distinção. Tais são o direito e o costume da luta, e a felicidade da nova época só poderá nascer da luta dos partidos. [...] Nós exigimos do partido democrático que tome consciência de sua situação. (MARX *apud* CHASIN, 1989, p. 1)

Ressalvadas as motivações e especificidades do contexto de Marx, radicalmente distintas do que ocorre hoje, em suas palavras, a tática do partido não é imutável e, tanto não o é, que o próprio Marx, num determinado momento, passa a se empenhar mais na organização da *Nova Gazeta Renana* do num partido tradicional, todavia, mantendo firme um *programa* na condução da linha política dessa organização.

Esse debate é importante para contextualizarmos o nível de desgaste que os partidos acumularam e se ainda hoje é importante termos partidos de formato leninista, como a ferramenta capaz de universalizar as diversas lutas sociais. Junto a essa discussão, trouxemos os elementos constituintes da maior mobilização de massas brasileira das últimas décadas, ressaltando as correntes do pensamento que acreditavam que o país vivia uma etapa de crescimento econômico com justiça social, mas trazendo também contribuições de diversos teóricos acerca do colapso econômico e social que colocavam por terra todo e qualquer argumento dos defensores do que se chamou “neodesenvolvimentismo”.

Com a população dependente das políticas assistenciais e compensatórias, feito comum em diversas regiões do mundo, especialmente nas áreas mais pobres, e no intuito de amenizar os antagonismos de classes, buscando que eles continuem relativamente controlados, o Estado brasileiro, para além das suas funções coesivas, adotou, de forma sistemática, também formas repressivas, resultando em encarceramento de boa parte da população sobrando, no intuito de criminalizar movimentos sociais ou simplesmente exterminar os segmentos mais empobrecidos das periferias das grandes cidades. O que se tem é a seguinte lógica: “parte das massas trabalhadoras se conforma com o consumismo; outra parte é objeto das políticas sociais minimalistas do Estado capitalista; uma outra sofre a mão pesada da repressão estatal” (BRAZ, 2014, p. 152).

Há, portanto, uma situação bastante adversa para o proletariado na cena contemporânea das lutas de classes, mas essa reflexão evoca uma problemática ainda mais complexa, relacionada às formas de organização da classe trabalhadora, ou mais especificamente, coloca a necessidade de se pensar, nesse quadro, a questão da mediação universal, responsável por aglutinar diversas lutas e direcioná-las no sentido de relacioná-las a grande e principal contradição, a de classes. Orientados por essas inquietações, chegamos ao ponto de partida para discutir o que vimos em junho de 2013.

Em seguida, partimos para uma análise, sob a ótica lukacsiana, da práxis política de um partido político de esquerda no ascenso de junho, no caso, o escolhido foi o PSTU. Buscamos avaliar se o momento ideal desse partido se modificou a partir da explosão social

vivida pelo país, ou, nos termos dos capítulos 1 e 2, em que medida o movimento das causalidades concretas alterou a teleologia da práxis política exercida por um partido revolucionário. Pelo imenso volume de material produzido no período das manifestações, optamos em balizar nossa análise pelos artigos publicados no eixo de assuntos nacionais do site oficial do PSTU. Por este canal, vimos – não sem limites – como se caracterizava o momento ideal do partido antes de junho, os desdobramentos da realidade com as manifestações, e como o partido reagiu após os atos.

Nesse sentido, arriscamos dizer – com base exclusivamente no material escrito produzido no período analisado¹⁸¹ – que o PSTU, nas manifestações de junho, *modificou seu momento ideal*, considerando o momento ideal da elaboração, a finalidade e as formas de executá-la formulados para a ação política nesse caso concreto. Entendemos assim, pois, apesar da manutenção de sua estratégia (revolução socialista da classe trabalhadora), os meios para mobilizar a classe trabalhadora se alteraram consideravelmente no correr das manifestações de junho.

De surpreendido pela dimensão que os atos tomaram, apesar da convocatória ampla realizada pelo partido, à hostilidade fascista e reacionária de alguns setores, amplamente incorporadas pela massa no rechaço às organizações partidárias, ao fortalecimento às assembleias populares e formas de organização plurais, o PSTU reavaliava a todo o momento sua tática, no sentido de potencializar os atos visando inserir algum conteúdo relacionado à contestação da estrutura de classes da nossa sociedade. Percebendo a efemeridade das “novas” formas de organização, tais como assembleias populares, etc., e ciente que o ascenso perdia força, o PSTU se uniu a outras organizações no intuito de trazer as organizações coletivas da classe trabalhadora para o cenário propositivo dos atos. Organizações coletivas da classe trabalhadora, pois é inegável que os sujeitos sociais protagonistas do que ocorreu estão inseridos no que Braga (2013) chamou de precariado, ou seja, classe trabalhadora, com rendimentos de até 1,5 salário mínimo, com vínculos de trabalho flexibilizados e precarizados.

Como vimos em Lukács, os homens concretos elaboram a todo o momento perguntas e respostas. Pressupondo a práxis de um partido, têm-se um campo absurdamente mais complexo do que quando lidamos com a relação do trabalho simples. Com todas as mediações

¹⁸¹ É importante dizer que nossas impressões se devem apenas ao material escrito que pesquisamos. Uma aproximação com maiores elementos sobre o momento ideal do PSTU necessita de um marco temporal muito maior, assim como um volume de material igualmente mais vasto. Não temos dúvidas de que entrevistas, visitas de campo, etc., trariam elementos de profunda relevância no estudo do momento ideal. Esperamos realizar isso num próximo trabalho.

existentes no ideário dos seres sociais, as incertezas e imprecisões em relação às finalidades são muito maiores.

Analisando a partir da práxis do PSTU, as perguntas e respostas emergiam de uma forma muito rápida naquela conjuntura, trazendo severas dificuldades para se entender essência e aparência nas manifestações, no sentido de identificar os diversos graus e conexões de sua existência. Isso explica as constantes mudanças táticas, e consequentemente, no *momento ideal* do partido, conforme os atos iam acontecendo. Isso traz para o primeiro plano as complexas relações entre causalidade e teleologia numa práxis social desse tipo e o lugar dessa reciprocidade intermitente na alteração ou manutenção do padrão geral que resume a direção existente num partido.

Há de se destacar também a dimensão da singularidade quando pensamos no partido. Por mais que esse elemento seja específico do sujeito, é indispensável pensá-lo quando buscamos compreender a práxis política de um sujeito coletivo como síntese das decisões individuais sob um programa geral de ação. Isso implica considerar que, mesmo publicamente o PSTU assumindo determinadas posições, é possível que em maior ou menor medida aja um ou um grupo de militantes que destoe um pouco da linha geral do partido, uma vez que as reações vão variar de acordo com opções destoantes. Todavia, deve-se ter claro que um partido político é composto por afinidades de percepções, interesses, vivências, objetivos, etc., e o que normalmente ocorre é uma afinidade entre política partidária e militância. O grau de contraditoriedade entre as decisões individuais e aquelas consolidadas num programa geral condiciona decisivamente a perpetuação do segundo.

Lukács, como vimos, afirmou que todos os conflitos se manifestam como embates de interesses entre homens singulares ou então entre homens e grupos, ou mesmo entre dois grupos distintos. Esses grupos surgem do fato de que os interesses vitais dos homens singulares que os compõem são os mesmos ou são fortemente convergentes e se mostram antagônicos aos interesses vitais de outros grupos. No caso do PSTU seria a convergência de interesses de um grupo de pessoas num sentido oposto ao de outros grupos, uma vez que no aspecto ideológico, os interesses do PSTU são antagônicos ao que advém da ideologia das massas, fortemente atrelado ao modo de vida proporcionado pela sociedade capitalista.

Dessa mesma forma podemos até mesmo entender as manifestações de junho, quando membros de um determinado grupo convenceram a sociedade que seus interesses vitais eram importantes para a sociedade como um todo, portanto, de que cada um daqueles que defendem esses interesses, simultaneamente fazia algo útil para a sociedade como um todo.

Sem dúvida que esse momento demarcou uma adesão massiva da população aos atos e as dimensões da mobilização que vimos.

Outro aspecto importante ocorre quando Lukács alerta que quanto mais desenvolvida for a sociedade, mais possibilidades de escolha surgem. Isso posto, pode-se entender a política do PSTU antes, durante e depois dos atos. Se antes, havendo mobilizações contra o aumento das passagens, as possibilidades eram pequenas, ou seja, o partido deveria participar dos atos, apoiá-los e convocar mais pessoas para fortalecê-lo, com as dificuldades posteriores durante as mobilizações, essas possibilidades se aumentaram consideravelmente. Isso implica nos erros e acertos durante as manifestações, quando a militância do PSTU vai às ruas com bandeiras, mas é rechaçada pela população, ou quando tenta participar da direção dos atos e percebe que nenhum partido é bem visto naquele espaço, fazendo com que o PSTU mude sua tática, fortalecendo movimentos sociais e a construção de espaços horizontalizados para a organização dos atos. Importante destacar que no ascenso houve um certo *desenvolvimento da sociedade*, alterando significativamente as possibilidades de escolhas do PSTU e demais organizações políticas.

Dentro dessa percepção, Lukács mais uma vez nos esclarece que o conhecimento é sempre aproximado, nunca com certezas absolutas e previsibilidades garantidas. Contudo, como vimos, é necessário conhecer a legalidade da própria realidade. Quando isso ocorre tem-se um conhecimento concreto, mas jamais perfeito de determinadas finalidades e meios, considerando inclusive as dificultosas antecipações no plano da ação política. Assim, Lukács elucida que não há teleologia sem uma causalidade que a realize, e, considerando a práxis de um partido político, isso equivale a dizer que se há uma compreensão equivocada da realidade, nas suas conexões causais, sua teleologia vai se tornar, num grau elevadíssimo, refém do acaso.

Sobre a prática política, Lukács sustenta que ela é uma posição teleológica que modifica, como vimos, o mundo fenomênico onde se desdobra o conflito, movimentando as alternativas postas pela essencialidade social e visando, ao mesmo tempo, à transformação da própria essência.

Também já apontamos que para ele há dois motivos objetivamente distintos em todas as decisões políticas, mesmo que na realidade estejam muitas vezes interligados. O primeiro, a partir de Lenin, seria “o elo mais próximo da corrente”, momento raramente reconhecido no correr da história, e mesmo quando reconhecido, muitas vezes não foi suficiente nos processos decisórios.

O desafio para o PSTU e demais organizações políticas era compreender qual era o próximo elo da corrente, objetivando direcionar suas ações para que a cadeia de fenômenos causais se transformasse em força motriz para uma revolução social. O que vimos, a partir dos documentos produzidos pelo partido, foi uma busca incessante do PSTU pelo “elo mais próximo da corrente”, sem, contudo, conquistar alguma eficácia.

Importante dizer que quem, genuinamente, obteve sucesso no “próximo elo da corrente” foi Lenin, transformando mesmo o que não era revolucionário em força motriz para a revolução socialista. Nas manifestações de junho, acreditamos que o que ocorreu foi mais próximo do exemplo de Bismark, que mesmo sem compreender elementos importantes do processo, buscou colocar em movimento o próximo elo da corrente.

Todavia, Lukács, como vimos, destaca a duração das soluções desse tipo, que mesmo as mais demagógicas podem se tornar boas respostas para um momento de crise. Tanto o é que nas manifestações foi possível perceber pedidos pela volta da ditadura militar, crescimento de grupos neonazistas, dentre outras aberrações. Nos momentos de crise, revolução e contrarrevolução caminham lado a lado.

Acerca da resolução política, como já indicamos, a concepção política de sua base deixa de ser politicamente relevante se lhe faltar qualquer efetividade. Considerando isso, Lukács acredita que as decisões políticas devem ser compreendidas a partir da sua eficácia e da sua duração. Uma resolução política, qualquer que seja ela, não possui relevância alguma se lhe faltar efetividade. Efetividade, que, na ação política, só se completa na duração. Esse é um critério fundamental para indicar se houve repercussão nos sujeitos que participam do processo, num sentido resolutivo em relação à crise, e concomitantemente, um impulso efetivo às forças que atuam por trás dos acontecimentos.

Esse esforço de inserir organizações da classe trabalhadora nos ascensos foi importante, mas sem dúvida não teve o peso esperado. Se setores importantes no sistema produtivo conseguiram parar, nas ruas houve um esvaziamento notório e o chamado para uma greve geral do PSTU ressoou sem eco na realidade. Na relação ideal-práxis-realidade, o PSTU, mas não só, errou mais do que acertou. Segundo Chasin,

[...] um partido político se afirma autenticamente enquanto tal na medida em que pela realização da melhor das análises da realidade, seja capaz de dirigir suas ações como meios de efetivação, a mais próxima possível, dos conteúdos projetados pelas necessidades imediatas e virtualidades gerais das categorias societárias que assume, em tese, por parâmetro e base de apoio. É o que credencia o partido como instrumento legítimo de atuação política, na relação sempre complexa, mas fundamental, entre o plano social e o político, pois a completa dissolução deste laço, ao limite impossível no movimento real, é o

rebaixamento da política aos piores aspectos de um mero jogo, na esfera ideal. (CHASIN, 1989, p. 105)

Apesar da eficácia e duração só poderem ser medidos *post festum*, a realidade já mostrava indicadores de que aquela política poderia ter sido diferente.

O reflexo de políticas distantes da realidade é que, como já trouxemos, a decisão política, pensada como resposta para um caso específico, um contexto de crise, por exemplo, pode dar vida a outras determinações legais totalmente novas. Pensando um erro muito grande de partidos e sindicatos nesse momento, é possível pensar que dentro das determinações novas haja um desgaste ainda maior para com as instituições de classe.

Apesar disso, mesmo com os equívocos cometidos durante as manifestações, não se pode dizer que o PSTU, em sua intervenção, se auto deslegitima, ou mesmo que sua política se rebaixou a “um mero jogo na esfera ideal”. Seus equívocos na relação com a realidade, em maior ou menor medida, também estavam sujeitos à imprevisibilidade de cada ação social. Se ainda hoje não há um consenso sobre o que houve em junho, pensar a intervenção de um partido de esquerda naquele momento era realmente algo muito nebuloso, com possibilidades de erro muito maiores do que de acerto.

Seria duro demais julgar, ou deslegitimar, qualquer partido de esquerda nesse momento avaliando unicamente sua intervenção nos atos de junho. Sobretudo devido à falta de possibilidades com acordos *programáticos* que se constituíam naquele momento. Deve-se ressaltar que a hostilidade tão combatida pelo PSTU nos atos, no aspecto propositivo, não apresentou até agora nenhum programa a médio e longo prazo.

Visto assim, mesmo com os equívocos, ainda hoje é indiscutível a importância dos partidos de esquerda na contemporaneidade, sobretudo por serem as únicas organizações que ainda apresentam *programas* que visam destruir o modo de produção capitalista, buscando universalizar as lutas e apostando no protagonismo da classe trabalhadora nessa tarefa.

Se hoje podemos dizer que a realidade não é favorável os partidos, não temos dúvidas de que pior seria sem o exercício político por meio dos partidos. Os responsáveis pela crise política não são unicamente os partidos, mas todo um aspecto ideológico que vem sendo construído e fortalecido há anos pelo viés pós-moderno, individualizando problemas e saídas para os problemas.

Por fim, gostaríamos de retomar duas importantes considerações de Lenin, influenciadoras do pensamento lukacsiano. Reflexões fundamentais para pensarmos o pós-junho. A primeira enfatiza que nenhuma dominação cai por si só e que não há situação sem

saída. Transformações bruscas não advêm de movimentos mecânicos, mesmo havendo contradições no âmbito da sociedade. A segunda traz o aspecto positivo dessa primeira consideração, uma vez que o ser social não só se modifica, mas é reiteradamente modificado, sendo isso o movimento fascinante da práxis revolucionária.

O mundo no seu desenvolver capitalista pode até produzir condições objetivas favoráveis para uma revolução, mas jamais devemos acreditar que isso ocorre simultaneamente com o desenvolvimento das condições subjetivas dos indivíduos.

Cada situação comporta uma complexa relação entre legalidade e contingência de modo que o movimento da realidade impacta de forma diferente em cada indivíduo, cada reação diz respeito a uma pré-história causal concreta, com múltiplas conexões e de ordem completamente diferente das relações entre fatores econômicos.

A necessidade de se entender a essência de cada situação revolucionária ocorre, pois são nesses momentos que as alternativas humano-sociais se simplificam, se reduzem, diferentemente do cotidiano, que possibilita diversas alternativas, sem muitas confluências. Num momento revolucionário é exigida uma resposta clara a uma pergunta clara, e, sem dúvida, isso faz toda a diferença.

Assim, o elo mais próximo da corrente mostraria o caminho para sair da crise, considerando elementos objetivos do cotidiano e buscando uma relação direta com os interesses dos sujeitos. Evidente que ainda há uma seleção entre possibilidades, mas nesse momento haverá uma hierarquização dos problemas reais da sociedade, das prioridades, o que podem influenciar uma generalização.

Quando isso ocorre, nenhuma sociedade volta às condições anteriores às etapas revolucionárias, transformando pessoas, mas, sobretudo, sociedades.

Cientes do tamanho da responsabilidade após junho, gostaríamos de reforçar a importância de se discutir a intervenção dos partidos de esquerda hoje e de que forma poderíamos instrumentalizá-los para que tenham mais acertos do que erros na relação subjetividade-prática-objetividade. O partido, enquanto mediador universal das lutas, deve ser atualizado e cada vez mais qualificado para uma intervenção adequada na realidade.

Para além, acreditamos ser ainda mais importante que rompamos os limites abstratos dos debates e façamos nós a diferença por dentro das organizações partidárias¹⁸², pois

¹⁸²Alertamos ao leitor que de forma alguma nossa interpretação se baliza por um “voluntarismo militante”. Sabemos que não basta o partido fazer a leitura adequada da realidade e escolher a tática correta para realizar a transformação social. Há ainda o problema do peso da realidade, já destacado por Marx. Aqui, gostaríamos de deixar claro que para nós não basta que o pensamento tenda à realidade, mas a realidade também precisa tender ao pensamento.

somente assim, e de forma qualificada, poderemos, enfim, transformar radicalmente sociedade.

O Brasil mudou, cabe a nós qualificar essa mudança.

Mas quem é o partido? Ele fica sentado em uma casa com telefones? Seus pensamentos são secretos, suas decisões desconhecidas? Quem é ele? Nós somos ele. Você, eu, vocês — nós todos. Ele veste sua roupa, camarada, e pensa com a sua cabeça. Onde moro é a casa dele, e quando você é atacado ele luta. Mostre-nos o caminho que devemos seguir, e nós o seguiremos como você, mas não siga sem nós o caminho correto. Ele é sem nós o mais errado. Não se afaste de nós! Podemos errar, e você pode ter razão, portanto não se afaste de nós! Que o caminho curto é melhor que o longo, ninguém nega, mas quando alguém o conhece e não é capaz de mostrá-lo a nós, de que nos serve sua sabedoria? Seja sábio conosco! Não se afaste de nós! (BRECHT, “Quem é o Partido?”).

BIBLIOGRAFIA

ABENDROTH, W.; HOLZ, H.; KOFLER, L. **Conversando com Lukács**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BENSAÏD, D. **Trotskismos**. Lisboa: Edições Combate, 2008.

BRAGA, R. **A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Sob a sombra do precariado. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

BRAZ, M. Apresentação. In: **LENIN, V. I. Que Fazer? Problemas Candentes do nosso Movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Partido e Revolução: 1848-1989**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. As formas atuais das lutas de classes e a questão do mediador universalizante. In: **Revista Políticas Públicas**, São Luís, Número Especial, p. 143-153, julho de 2014.

CARLI, R. **A política em György Lukács**. São Paulo: Cortez, 2013.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: **Serviço Social & Sociedade**. Nº112. São Paulo: out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-662820120004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez. 2014.

CHASIN, J. **O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper – tardio**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

_____. A sucessão na crise e a crise na esquerda. In: **Revista Ensaio** nº 17/18. São Paulo: Ensaio, 1989.

_____. **Revista Ensaio Ad Hominem**. Santo André: Estudos e Edições Ad Hominem, n.1, Tolmo III, 2000.

_____. **Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

COELHO, E. Uma esquerda para o Capital: Crise do Marxismo e mudanças nos Projetos Políticos dos grupos dirigentes do PT (1979 – 1998). **Tese de Doutorado**. Niterói/UFF, 2005.

COGGIOLA, O. 150 Anos do Manifesto Comunista. In: **MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2011.

COUTINHO, C. N.. **Gramsci: Um Estudo Sobre seu Pensamento Político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. Notas sobre Cidadania e Modernidade In **Revista Praia Vermelha**, n.1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. 145 – 165.

_____. (Org.). **O Leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ENGELS, F. **Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Vitória, 1964.

_____. Princípios do Comunismo. In: **MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto Comunista e Princípios do Comunismo**. São Paulo: Sundermann, 2007.

_____. Prefácio de Friedrich Engels. In: **MARX, K. Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FELIPPE, W. (Org.). **Teoria e Organização do Partido: Coletânea de textos de Lênin, Trotsky e Moreno**. São Paulo: Sundermann, 2006.

FORTES, R. V. **As novas Vias da Ontologia em György Lukács - as bases ontológicas do conhecimento**. Novas Edições Acadêmicas, 2013.

_____. A dialética entre o ideal e o material: considerações sobre o complexo categorial da política obra tardia de Lukács. In: **Revista Trabalho & Educação**, número 24.1. Belo Horizonte: jan/abril. 2015.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. In: **Serviço Social & Sociedade**. Nº112. São Paulo: out./dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-662820120004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 dez. 2014.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

IASI, M. A rebelião, a cidade e a consciência. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LEHER, R.; SETÚBAL, M. (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

LÊNIN, V. I. U. **A Falência da Segunda Internacional**. São Paulo: Kairos, 1979.

_____. **Que Fazer? Problemas Candentes do nosso Movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LESSA, S. **Lukács: Ética e Política**. Chapecó: Argos, 2007.

LÖWY, M. Prefácio a Crítica ao Programa de Gotha. In: **MARX, K. Crítica ao Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **A Teoria da Revolução no Jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 1, 1978.

_____. “Il Problema dell’ ideologia”, “Il lavoro come posizione teleológica” e “Il momento ideal enell’ economia” In: **Per l’ ontologia dell’ essere sociale**. Roma, Editori Riuniti, 1981.

_____. Los fundamentos ontológicos del pensamiento y de la acción humanos. In: **Ontologia del ser social – El trabajo**. Buenos Aires: Herramienta, 2004.

_____. **Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971**; organização, introdução e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. **Para uma Ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma Ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. As lutas de classes na França. In: **Textos**. São Paulo, Edições Sociais, 1977, vol. 3.

_____. **Para a crítica da Economia Política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. “Prefácio” à “Contribuição à Crítica da Economia Política”, in: MARX, Karl, e, ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. Volume I. São Paulo: Alfa-Omega, 1983. p. 300-303.

_____. **O Capital. Crítica da Economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1985, t. III.

_____. **Crítica a Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **Sobre a Questão Judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas**. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEHRING, F. **Karl Marx: A história de sua vida**. São Paulo: Sundermann, 2013.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL – São Paulo). Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, J. Introdução ao método na teoria social. In: **CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009.

_____. Introdução: Sobre Lukács e a política. In: **Socialismo e democratização: Escritos políticos 1956-1971**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

OFFE, C. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

ORGANISTA, J.H.C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. 1º ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.

PAÇO-CUNHA, E. **A Política como pôr socioteleológico em Aristóteles**. Juiz de Fora, mimeo, 2013.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

RIAZANOV, D. **Marx et Engels**. Paris: Anthropos, 1970.

SAMPAIO JR.P. **A Vivemos um processo de reversão neocolonial**. IHU Online, n. 392, 2012. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao392.pdf>>. Acesso em: 13dez. 2014.

_____. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: **Serviço Social & Sociedade**. Nº112. São Paulo: out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-662820120004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez. 2014.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SECCO, L. As jornadas de junho. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

TERTULIAN, N. Lukács e o Stalinismo. In: **Verinotio (Revista On-line)**, nº 7, Ano IV, nov/2007. Disponível em: <<http://www.verinotio.org/conteudo/0.65943372031621.pdf>>. Acesso em: dez.2014

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. In: **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

VAISMAN, E. Resenha ao livro: GyorgLukács, socialismo e democratização – escritos políticos 1956 -1971. [José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho (Orgs.)”]; In: **Crítica Marxista**, n.28, 2009; p. 177

_____. A Ideologia e sua determinação ontológica. In: **Verinotio (Revista On-line)**, nº12, ano VI, out/2010. Disponível em:<<http://www.verinotio.org/conteudo/0.49365995032122.pdf>>. Acesso em: dez.2014.

WOOD, E. M. **Democracia Contra Capitalismo: a Renovação do Materialismo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.